

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

Daniel Antônio da Cunha

A POLÍTICA NA RELIGIÃO OU A RELIGIÃO NA POLÍTICA?

Considerações sobre representação religiosa na Legislatura 2.017-2.020 da Câmara
Municipal de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE
2.018

Daniel Antônio da Cunha

A POLÍTICA NA RELIGIÃO OU A RELIGIÃO NA POLÍTICA?

Considerações sobre representação religiosa na Legislatura 2.017-2.020 da Câmara
Municipal de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa História, Poder e Liberdade
Orientadora: Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês

BELO HORIZONTE
2.018

C972p Cunha, Daniel Antônio da
A política na religião ou a religião na política? : considerações sobre representação religiosa na legislatura 2017-2020 da Câmara Municipal de Belo Horizonte / Daniel Antônio da Cunha. – 2018.

Orientadora: Maria Fernanda Salcedo Repolês.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Modernidade – Teses 3. Leigos (religião) – Teses 4. Secularização – Teses 5. Religião e política – Teses I. Título

CDU 322(815.11)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233.

Daniel Antônio da Cunha

A POLÍTICA NA RELIGIÃO OU A RELIGIÃO NA POLÍTICA?

Considerações sobre representação religiosa na Legislatura 2.017-2.020 da Câmara
Municipal de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Direito da Universidade Federal
de Minas Gerais como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre.

Profa. Dra Maria Fernanda Salcedo Repolês (ORIENTADORA - FDUFG)

Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto (FDUFG)

Prof. Dr. Francisco de Castilho Prates (membro externo)

Prof. Dr. Juliano dos Santos Calixto (suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao mistério do Universo pela chama viva que queima em nós.

Aos que sem nada em troca nutriram-me de esperança e acalmaram meu coração.

Agradeço a toda minha família, com apreço à minha mãe Rosa, às minhas irmãs (e irmão), por sermos cúmplices de um destino feliz preparado por Deus.

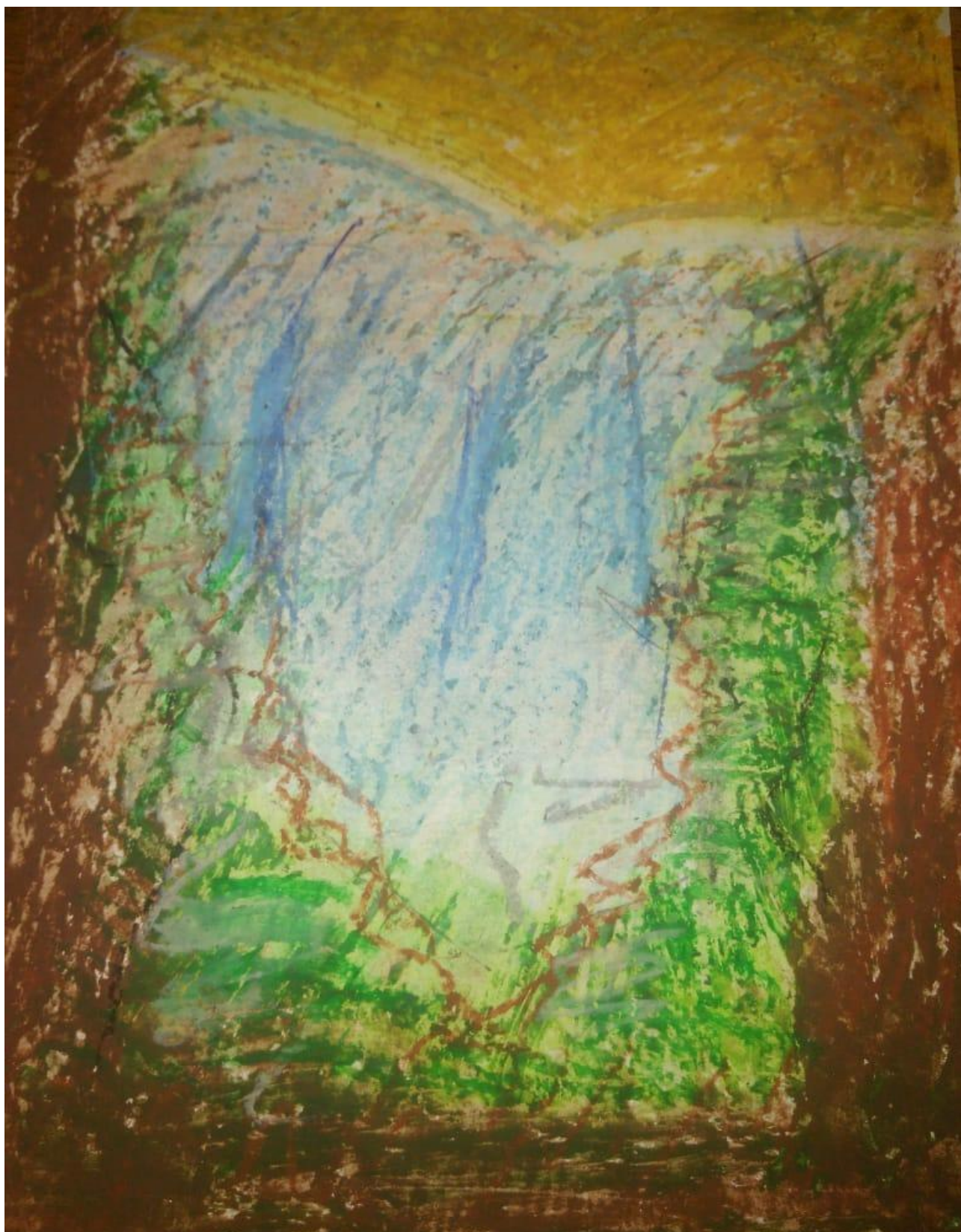
Sou grato à família de amigos que a vida me presenteou, dentre eles, aos que nesse período tão intenso permaneceram ao meu lado: Artur, Marquinhos, Jéssica, Nina, Elisa, Gabriel, Filipe, Gabi, Mateus, Wesley, Juliana, Surya, às Marias: Vírginia e Joana e ao Kin, por me mostrar que outro mundo é possível.

Ao grupo de pesquisas “Tempo, Espaço e os Sentidos da Constituição” em nome da Professora Maria Fernanda Salcedo Repolês, cuja orientação enxergou a criança idealista que ainda pulsa em mim.

Ao Estado Brasileiro pela oportunidade de ter alçado voos maiores do que eu sonhava e ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de financiamento nesse período.

Aos meus mestres de toda a vida, professores e professoras, com especial carinho à Aureliane, cuja generosidade transcende esse tempo.

Ao meu lugar, aquele que já foi e ainda está, cuja busca sempre perseguirei.



A cachoeira (2018)
Daniel Antônio da Cunha
Primeira figura na fase adulta

RESUMO

Esta dissertação tece considerações sobre as tensões envoltas na democracia do presente entre as esferas da política, da religião e do direito. Para isso, fala da representação religiosa na Câmara Municipal de Belo Horizonte na legislatura de 2017-2020, a partir de pesquisa de campo e da análise bibliográfica. O diário de campo é composto por entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos vereadores eleitos no município de Belo Horizonte. Além da análise das entrevistas, também são vislumbrados os símbolos materiais e imateriais da religião e da política observados no ambiente da CMBH, e ressaltados como marcos das tensões constitutivas dessa relação. Também se analisam os resultados da pesquisa de campo a partir dos indicadores sociais dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa *Percepções e Valores Políticos* de 2017 da Fundação Perseu Abramo (FPA). No âmbito da pesquisa bibliográfica, buscou-se resgatar o debate acadêmico na área jurídica e agregar as discussões sobre modernidade, secularização e laicidade de outros enfoques disciplinares nas áreas das ciências sociais, sobretudo os da sociologia da religião, como forma de contribuição para o Direito. Dentre os autores estudados estão, na Filosofia, Jürgen Habermas, e na Sociologia, Max Weber, Faustino Teixeira e José Casanova. Foram pesquisados também os projetos de lei e as discussões sobre eles no período que vai da legislatura anterior, a partir de 2017, e as principais articulações para a aprovação desses projetos na atual legislatura. Ao fim, pretende-se que o leitor compreenda que o paradoxo da religião na política, apontado como um risco à laicidade do Estado, constitui-se concomitantemente ao menos observado paradoxo da política na religião. Sob a perspectiva desse duplo paradoxo é possível perceber o porquê não há saídas prontas e acabadas para o combate aos fundamentalismos que ameaçam o Estado Democrático de Direito. Esse desafio, se visto da perspectiva da consolidação da democracia e do pluralismo, exige de nós a capacidade de visibilizar as disputas que definem os sentidos dos direitos e escancaram as margens do que é jurídico.

Palavras-Chave: *Modernidade. Laicidade. Secularização. Bancada Cristã. Tensões Constitutivas.*

ABSTRACT

This thesis examines the tensions involved in present democracy between the political, the religious and the juridical spheres. For this, it speaks of religious representations in Belo Horizonte's City Council, in the 2017-2020 legislature, through ground research and bibliographical analysis. The field diary is composed of semi-structured interviews applied to elected councilors in the city of Belo Horizonte. In addition to the analysis of the interviews, the material and immaterial symbols of religion and politics observed in the CMBH environment are also glimpsed and highlighted as milestones of the constitutive tensions of this relation. It also analyzes the ground research results taking into account social indicators such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) Census, and the 2017 Research *Perceptions and Political Values* of the Perseus Abramo Foundation (FPA). In the scope of the bibliographical research, we sought to rescue the academic debate in the legal area and to aggregate the discussions on modernity, secularization and secularity of other disciplinary approaches in the areas of social sciences, especially those of the sociology of religion, as a contribution to the Law. Among the authors studied are, in Philosophy, Jürgen Habermas, and in Sociology, Max Weber, Faustino Teixeira and José Casanova. The draft laws and discussions on them during the period that precedes the previous legislature, starting in 2017, and the main articulations for the approval of these projects in the current legislature were also investigated. In the end, the reader is expected to understand that the paradox of religion in politics, which is seen as a risk to a secular State, is concomitant to the least observed paradox of politics in religion. From the perspective of this double paradox it is possible to perceive why there are no ready and finished exits for the struggles against the fundamentalisms that threaten the Democratic Rule of Law. This challenge, if viewed from the perspective of consolidating democracy and pluralism, demands from us the ability to see the disputes that define the meanings of rights and open the margins of what is juridical.

Keywords: *Modernity. Secularism. Secularization. Christian bench. Constitutive Tensions.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista da entrada da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Figura 2: Oratório no 2º andar da CMBH

Figura 3: Crucifixo – Gabinete de E20 (católico)

Figura 4: Cadastro interno – Gabinete de E11 (evangélico)

Figura 5: Oração de Gratidão, Luz e Amor para Tupanawaku – Gabinete de E21 (sem religião)/E29 (sincrético)

Figuras 6 e 7: Símbolos políticos-ideológicos no Gabinete de E21 (sem religião)/E29 (sincrético)

Figura 8: Cartaz no Gabinete de E09 (católico)

Figura 9: Organograma da validação política

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Fases do movimento pentecostal no Brasil
- Quadro 2: Linha do Tempo do Pentecostalismo Político
- Quadro 3: E-mail de apresentação
- Quadro 4: Roteiro preliminar de entrevista semi-estruturada
- Quadro 5: Resposta pergunta 1 – E 04 (espírita)
- Quadro 6: Resposta pergunta 1 – E 08 (católico)
- Quadro 7: Resposta pergunta 1 – E 01 (ateu)
- Quadro 8: Resposta pergunta 1 – E 12 (evangélico)
- Quadro 9: Resposta pergunta 2 – E 16 (católico)
- Quadro 10: Resposta pergunta 2 – E 18 (evangélico)
- Quadro 11: Resposta pergunta 2 – E 14 (evangélico)
- Quadro 12: Resposta pergunta 2 – E 24 (evangélico)
- Quadro 13: Resposta pergunta 2 – E 04 (espírita)
- Quadro 14: Resposta pergunta 2 – E 01 (ateu)
- Quadro 15: Resposta pergunta 3 – E 13 (sincrético)
- Quadro 16: Resposta pergunta 3 – E 12 (evangélico)
- Quadro 17: Resposta pergunta 3 – E 10 (católico)
- Quadro 18: Resposta pergunta 4 – E 08 (católico)
- Quadro 19: Resposta pergunta 4 – E 10 (católico)
- Quadro 20: Resposta pergunta 4 – E 03 (evangélico)
- Quadro 21: Resposta pergunta 4 – E 11 (evangélico)
- Quadro 22: Resposta pergunta 5 – E 15 (católico)
- Quadro 23: Resposta pergunta 5 – E 07 (evangélico)
- Quadro 24: Resposta pergunta 5 – E 21 (sem religião)
- Quadro 25: Resposta pergunta 5 – E 09 (católico)
- Quadro 26: Resposta pergunta 2 – E 19 (católico)
- Quadro 27: Resposta pergunta 1 – E11 (evangélico)
- Quadro 28: Resposta pergunta 1 – E 04 (espírita)
- Quadro 29: Resposta pergunta 5 – E 18 (evangélico)
- Quadro 30: Resposta pergunta 5 – E 13 (sincrético)
- Quadro 31: Resposta pergunta 5 – E 27 (evangélico)
- Quadro 32: Resposta pergunta 5 – E 11 (evangélico)
- Quadro 33: Autodeclaração da cor da pele
- Quadro 34: Comparativo faixa etária CMBH
- Quadro 35: Escolaridade CMBH
- Quadro 36: Perfil Religioso CMBH 2.017-2.020
- Quadro 37: Vereadores Evangélicos por Igreja
- Quadro 38: Resumo do Processo Legislativo PL. 1.642/2.015
- Quadro 39: Principais projetos apontados pelo campo de pesquisa em 2.018
- Quadro 40: Comparativo número projetos por credo x reeleição
- Quadro 41: Comparativo número projetos x apoio aos 4 projetos destacados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Patrimônio declarado CMBH

Tabela 2: Vereadores por tradição religiosa

Tabela 3: Mapa político da CMBH após a eleição 2.016, por credo.

Tabela 4: Mapa político da CMBH após votação PL. 378/2.017, por credo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Art. – Artigo

BA - Bahia

BHTrans – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTB – Central dos Trabalhadores Brasileiros

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FDUFMG – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

FPA - Fundação Perseu Abramo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares

LGBTQI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers,
Interssexuais e demais

LiHS - Liga Humanista Secular

MS – Mato Grosso do Sul

MG – Minas Gerais

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

RO - Rondônia

RR - Roraima

SP – São Paulo

SE - Sergipe

RJ – Rio de Janeiro

OLE – Observatório da Laicidade do Estado

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG's – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Pará

PR - Paraná

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PPGD – Programa de Pós-graduação em Direito

PL – Projeto de Lei

PELO - Proposta de Emenda à Lei Orgânica

RCC - Renovação Carismática Católica

SEA – Seminário de Estudos Avançados

STF - Supremo Tribunal Federal

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNRISD- United Nations Research Institute for Social Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1: AS DISPUTAS DE PODER RELIGIOSO NO BRASIL.....	30
1.1. O Brasil católico e o monopólio político religioso	33
1.2. Os Censos do IBGE e a nova configuração religiosa	35
1.3. O Brasil crente: a chegada do protestantismo histórico.....	38
1.4. Os pentecostalismos no Brasil.....	41
1.5. A mão dupla da religião na política.....	46
1.6. Os evangélicos e os pentecostais na atualidade: perfis políticos e sociais	49
CAPÍTULO 2: O INSTITUCIONAL E O SAGRADO	55
2.1. A simbologia	57
2.2. O que nos contam os gabinetes:	63
2.2.1. Sobre o ambiente físico e as interações político-sociais nos gabinetes:	63
2.2.2. Interações dos funcionários e transeuntes nos corredores da CMBH	66
2.3. As entrevistas: articulação e condução.....	68
2.3.1. Sobre o entrevistador:.....	70
CAPÍTULO 3: O DISCURSO E O TESTEMUNHO	71
3.1. O que fez com que o Senhor entrasse na vida política?.....	73
3.2. O Senhor frequenta algum agrupamento religioso? Esse fato foi importante para sua entrada na política?.....	76
3.3. Quais os temas prioritários do seu mandato? Como o senhor se relaciona com o seu o eleitorado?	79
3.4. Quem o senhor apontaria como seus aliados e seus opositores na Câmara Municipal de Belo Horizonte?	82
3.5. Quais são as dificuldades da política? E quais foram às boas experiências? Pretende continuar na vida política ao fim do mandato?	85

3.6. Colcha de falas	88
CAPÍTULO 4: QUEM FALA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE?	91
4.1. Marcadores e perfis dos vereadores de Belo Horizonte/MG	93
4.1.1. Configuração Religiosa dos Vereadores na CMBH	95
4.2. Comportamentos e articulações:	97
4.2.1. Projeto de Lei 1.642/2.015: Ensino religioso nas escolas públicas:.....	99
4.2.2. As articulações do Projeto de Lei 378/2.017 e a benção ao Executivo:.....	102
4.2.3. Outros projetos:	108
4.3. As estratégias para hegemonia política	111
CAPÍTULO 5: MODERNIDADE, SECULARIZAÇÃO E FUNDAMENTALISMOS	120
5.1. Os debates da teoria da secularização.....	121
5.2. A tese da privatização da religião na modernidade	123
5.3. Habermas e o Direito	128
5.4. Posições fundamentalistas e o risco à democracia	133
5.5 Por um pós-secularismo brasileiro.....	135
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

PRÓLOGO: UM CONVITE

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria.

Eduardo GALEANO. Celebração das Contradições.

Aos leitores reservo um cuidadoso convite, emprestadas as palavras do poeta uruguaio, convido a essa leitura como uma assunção de uma memória viva, a que vem do que foi e é contra o que foi. Não uma memória pessoal, mas a memória narrativa que se exprime nesse trabalho, que também não deixa de ser nossa, mas é antes, fruto das investigações, entrevistas, debates e vivências. Uma narrativa de contínuo gerúndio, uma performance em vestir o direito numa espécie de anti-direito. Direito como sendo sempre espacial, espaço sendo sempre juridificado¹.

Nessa pesquisa, as tentativas de falar do político e da política, do religioso e da religião, demonstraram importantes debates sobre as fronteiras entre as esferas do pensar e das disputas do aqui e do agora. Fazendo com que essa narrativa seja ao mesmo tempo sobre disputas entre e dentro das esferas política e religiosa. Este pesquisador, de imediato, ressalva que, embora aqui faça as honras do convite, é antes de tudo, também um conviva, e por isso nada mais justo que antes se apresente e conte como essa temática chegou até ele.

Nascido e criado no interior participou desde cedo de uma denominação clássica do pentecostalismo, tendo uma vivência dentro do movimento pentecostal que hoje debate. Assim, ao chegar à universidade e vivenciar uma infinidade de novas construções de saberes, viver experiências e conhecer um pluralismo de posições políticas se fez clara a necessidade de continuar na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária voltando o olhar para as tensões que envolvem a esfera religiosa e impactam no respeito às liberdades política e religiosa.

¹ Aqui pegamos emprestado as palavras do Movimento ParangoLei que muito nos inspirou nessa pesquisa. O Movimento e o Manifesto ParangoLei foram lançados publicamente por ocasião da Grande Conferência *Justiça Espacial*, com o Professor Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos, da Universidade de Westminster, Inglaterra, visitante no Programa Cátedras IEAT-UFMG, em 22 de março de 2018. O grupo reúne pesquisadores interessados em explorar campos de investigação nas relações entre direito e espaço. Além do Laboratório de Direito e Teoria da Universidade de Westminster, participam também grupos da UFMG, UFPR, Unifesp e UFRJ.

De imediato é necessário reconhecer as graves ameaças que o fundamentalismo religioso incrustado sob uma lógica de conservadorismo político pode significar para o Estado Democrático de Direito; assumir que somente uma comunicação democrática pode nos ofertar subsídios para as tensões, sobretudo no campo de uma moralidade pós-convencional e reafirmar que na sociedade do presente não é possível retrocessos no respeito às diversidades. Também é necessário que a resposta para os tempos de incertezas seja o aprofundamento da democracia, fortalecendo a liberdade política e a elevando a conditio sine qua non.

De pronto, a representação simbólica dos cidadãos religiosos na mídia e na opinião pública sempre me pareceu estranha. Uma estranheza que se fortaleceu nos debates na universidade, cujos interlocutores majoritariamente alocam a algumas experiências religiosas vocativos de irracionalismo e atraso intelectual, elegendo uma racionalidade que se quer vencedora, mas que não se sustenta fora dos debates e não é capaz ela mesma de ofertar melhores sentidos para as disputas do cotidiano, mas antes omite, quando lhe é conveniente, o status quo político-religioso e os recortes econômicos, de raça, gênero e classe que perpassam também a esfera religiosa.

Nesse debate, chamou atenção a postura dos críticos da chamada “Bancada Evangélica”. A crítica necessária aos excessos da liberdade política recaía na generalização de distintas vivências religiosas, na uniformização dos eleitores e dos fieis, dos representantes e dos supostos representados, conduzindo à visões estereotipadas, em uma dicotomia entre “nós” x “eles”, “razão” x “ignorância”, “modernidade” x “atraso”.

Antes, debatemos² sobre a uniformização implícita nos discursos contrários, e assim foi possível observar diversidade interna nessa bancada da 55ª Legislatura do Congresso Nacional, além de uma convergência política seletiva para alguns debates e não para outros³. Esse interesse transformou-se em trabalho de conclusão de curso de graduação e culminou na presente investigação.

Avançamos na crítica e a temática agora será observada no contexto da cidade, esse espaço-tempo de disputas globais e locais, para questionar se há de fato um

² CUNHA, Daniel A. **O caso da “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional: da reafirmação à crítica.** Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Direito. Orientadora Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

³ Percebemos um grupo de membros de distintas tradições, para além dos evangélicos, abrangendo um agrupamento político interdenominacional com a tendência dominante fisiológica, triunfalista e conservadora (FRESTON, 2006, p. 108).

dissenso intransponível entre distintas racionalidades, representadas por um lado pela razão secular em ascensão na modernidade⁴ e por outro na representação política religiosa.

Seria possível a democracia que não seja uma concomitância de encontro e desencontros de vozes múltiplas e dissonantes? Quem são essas vozes discordantes? Quais foram suas trajetórias políticas? Faremos das respostas os fundamentos para a crítica aos excessos políticos e um importante instrumento de compreensão dos fundamentalismos.

Este trabalho critica certa lógica de que o fenômeno religioso deva ser apenas restringido, contido na esfera privada e tratado como questão de ordem e coerção imposta por uma sociedade “estável” e “progressista”, posição que parece ser a chave de interpretação do laicismo predominante na academia jurídica.

Essa postura faz com que parte significativa do debate sobre as relações entre religião e política se direcione para as estratégias de consolidação de uma laicidade pronta e acabada e relegue ao segundo plano, o debate sobre o próprio cidadão religioso, este sim um importante elemento para compreensão de ambas as temáticas.

Dentre os juristas, prevalecem aquelas posições que operam em uma lógica de composição argumentativa para “vencer o debate” e “pacificar a questão”, não na correspondência social, tampouco em uma comunicação para um entendimento. Ora centrando no papel do Direito como regulador social, ora na fundamentação principiológica das liberdades político-religiosas, ainda assim circundando apenas à ciência jurídica, sem remissão aos saberes e perspectivas voltadas para outras esferas do pensar, sobretudo à perspectiva antropológica e sociológica.

Essas posições correm sérios riscos de reproduzirem fundamentalismos e sectarismos ao defenderem restrições jurídicas à religião no campo político ao invés do fortalecimento dos instrumentos já existentes e na ampliação dos espaços de discussão das diversas moralidades presentes em sociedades complexas e contemporâneas. Também correm o risco de serem defesas mitigadas de posturas religiosas hegemônicas, ao buscarem restrições à minorias religiosas ao tempo que não localizam outros atores

⁴ Para alguns autores a secularização na modernidade perpassa por fluxos e influxos de racionalização, sem uniformidade entre os diversos indivíduos e agrupamentos, sem, contudo retroceder na sua perspectiva de retirada da religião do papel central e único de explicação da vida. Adiante aprofundaremos nesse assunto. BERGER, Peter: **O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1.985.

*religiosos prevalecentes na cultura política*⁵.

Por isso, quando este pesquisador despertou-se para a temática sobre laicidade, seu imediato interesse foi debater fora dessas perspectivas, porque percebeu nelas uma visão essencialmente politizada da religião, e religiosamente romantizada da política. Portanto, nesse trabalho se pretende tratar a religião não como conceito estático, já delimitado como objeto científico, mas como uma esfera em disputa e em constante inter-relação com a esfera política.

Exigindo entender que não se trata apenas de religião, ou apenas de política, mas de processos constitutivos do aqui, do agora e da construção errática de um ambiente democrático possível e conflituoso, uma democracia que reconhece múltiplos espaços de construção de cidadania e diversos desafios que advém dessa multiplicidade de espaços.

*Buscamos também a garantia de uma ética de cidadania, em que o amor não pode existir sem o reconhecer-se em um outro, a liberdade não pode existir sem o reconhecimento recíproco*⁶. *Nos próximos capítulos sintam-se convidados a interpretar esse debate sob esta perspectiva que se pretende antissectária e radical, na medida em que busca entender a raiz e não aceita violência em qualquer de suas formas seja na política ou na religião.*

⁵ Nesse sentido, em muito contribui: PRATES, Francisco de Castilho, REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. **A Laicidade em disputa: o caso francês e a legislação do véu.** In: Maria Fernanda Salcedo Repolês; Maria Tereza Fonseca Dias. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada: tensões e complementaridade. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, v. 1, p. 23-54.

⁶ HABERMAS, 2001, p.24

INTRODUÇÃO

Por ocasião dos estudos em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, imergi em um novo e instigante contexto de vida, cheio de acalorados debates políticos, profusão de novas defesas e ideias vistas nas salas de aula, nas rodas de conversas e no ínterim da atuação como representante estudantil. Como um bom curioso, debater com pessoas de diversos lugares e trajetórias abriu uma janela de construção de saberes e aprendizados.

Embora a temática sobre religião sempre estivesse em pauta, poucos eram os espaços no debate jurídico que a elencavam como um interesse *per si*. Logo, na Faculdade de Direito, poucas pesquisas abordavam este conteúdo diretamente⁷. O OLE - Observatório da Laicidade do Estado da UFRJ, registra entre 1991 e 2012, dez trabalhos de mestrado e doutorado sobre a temática laicidade, sendo três na Faculdade de Direito da UFMG e sete na Faculdade de Educação da UFMG. O Banco Nacional de Teses da CAPES registra 170 trabalhos com alguma intercessão com o tema “religião”, sendo 10 na Faculdade de Direito da UFMG. Já sob o tema “laicidade” encontramos nove pesquisas em toda a UFMG, sendo 5 na Faculdade de Direito, no período de 2007 a 2018⁸

Até o ano passado, não havia projetos coletivos específicos sobre a temática no Programa de Pós-graduação em Direito⁹ ainda que o assunto já constasse como ponto específico dos editais de dois projetos coletivos e sempre mobilizasse diversos debatedores. Aos poucos isso foi sendo modificado, e neste ano foi criado o projeto coletivo *Direito, Moral e Laicidade: intersecções com ciência e tecnologia*¹⁰, além do reforço da temática como ponto de referência nos projetos coletivos *Direito Civil na*

⁷ Disponível em: < <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/teses> >. Acesso em 25/04/2018.

⁸ Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> > Acesso em 25/04/2018.

⁹ Embora há em outros programas de pesquisa da própria UFMG, como no Programa de Pós- Graduação em Sociologia, com a linha “Sociologia da Religião e da Cultura”.

¹⁰ Cujos integrantes são os Professores Doutores Renato César Cardoso e Tulio Lima Vianna

*Interdisciplinaridade*¹¹ e *Liberdade, segurança jurídica e limites ao poder penal no Estado Democrático de Direito*¹².

No contexto da cidade de Belo Horizonte, segundo dados divulgados pela imprensa, foi a capital com maior número de candidatos que se autodenominaram líderes religiosos evangélicos na disputa eleitoral em 2016, sendo no total 250 candidatos em todo o país. O levantamento tomou como base os candidatos que levaram suas funções hierárquicas evangélicas como seu pré-nome em santinhos, adesivos e na urna eletrônica¹³. Belo Horizonte teve ainda um candidato evangélico no segundo turno para a disputa majoritária de Prefeito¹⁴ e um aumento substancial de vereadores evangélicos eleitos, sinais de ampliação da participação desse segmento na política representativa.

Ao observar esses dados, alguns debatedores arrefeceram suas posições nas discussões públicas. Eles entendem que a presença religiosa na política é uma prova inconteste de uma ameaça à laicidade do Estado, defendendo ainda que tal presença opera uma ruptura de um consenso racional já estabelecido sobre a secularização e o lugar da religião na modernidade.

Passamos a denominar essas posições laicidade fechada, aquelas que recorrentemente visam restringir o papel da religião na esfera política, a ponto de “conter” o aumento de candidatos religiosos na disputa e na eleição, e que possuem também uma disposição antecipada à limitação de símbolos religiosos na esfera pública como solução dos possíveis conflitos. Para esses críticos, haveria uma ameaça continuada da esfera religiosa na captura dos sentidos da esfera política. Estas posições creditam à presença de religiosos, grave risco ao Estado Democrático de Direito.

Esta posição é difundida por alguns dos pesquisadores da FDUFG, sendo encontrada, dentre outras defesas, em projetos como *Direito, Moral e Laicidade*:

¹¹ Cujos integrantes são os Professores Doutores Brunello Souza Stancioli, Fabio Queiroz Pereira, Giordano Bruno Soares Roberto e Leandro Martins Zanitelli.

¹² Cujos integrantes são os Professores Doutores Frederico Gomes de Almeida Horta, Luís Augusto Sanzo Brodt, e Sheila Jorge Selim De Sales.

¹³ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/nas-capitais-250-candidatos-vem-de-tempos-evangelicos/>>. Acesso em 03/03/2017.

¹⁴ Em Belo Horizonte, o candidato João Leite (PSDB) chegou ao 2º turno e na cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB) foi eleito também na segunda volta. Além disso, outras cinco capitais tiveram pastores na eleição majoritária: Salvador (BA), Porto Velho (RO), Campo Grande (MS), Boa Vista (RR) e Aracaju (SE).

intersecções com ciência e tecnologia, em prol de restrições à religião e menor interação entre o Estado e as religiões¹⁵.

Também na Graduação em Direito da mesma universidade, encontramos pesquisas que adotam essa tese, como a monografia de conclusão de curso¹⁶ que defende a existência de inconstitucionalidade na atuação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional e aponta como necessárias soluções restritivas no acesso dos religiosos à esfera pública.

Outras pesquisas críticas caminham para uma leitura mais aberta da laicidade e mais tensional do paradoxo entre política e religião e são também muito esclarecedoras como a Dissertação de Mestrado que debate a formação da liberdade religiosa no Brasil, insere apontamentos importantes sobre novas racionalidades na disputa da laicidade, sobretudo a emergência do ateísmo e de posições legitimadoras não-religiosas na modernidade, dentro das discussões do direito à personalidade e à manifestação da religiosidade¹⁷.

Entre essas, algumas se ocupam das bases jusfilosóficas, como por exemplo, a Tese de Doutorado em andamento, que propõe uma *“teoria filosoficamente fundamentada da liberdade religiosa abordando uma interpretação que demonstre “por que” a religião é um valor relevante e deve ser protegida de forma diferenciada diante de ações e condutas”*¹⁸. E a Dissertação de Mestrado em andamento, situando o debate do Direito e Religião dentro da concepção marxista de Friedrich Engels¹⁹.

¹⁵ Conduzido pelo Professor Dr.Túlio Lima Vianna e Renato César Cardoso, com destacada atuação acadêmica e inserção na sociedade civil organizada. Para conhecer mais, consulte o parecer em sustentação oral do Professor Dr.Túlio Lima Vianna em audiência pública na ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4439, sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas, perante o Supremo Tribunal Federal, como *amicus curiae* da Liga Humanista Secular (LiHS) em 30 de agosto de 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Hx-hLynaLOs>>. Acesso em 25/04/2018

¹⁶ CANDIDO, Maíra Dias. **A inconstitucionalidade da atuação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional**. Monografia (Graduação em Direito). Orientador: Marcelo Maciel Ramos. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

¹⁷ CARVALHO, Nara Pereira. **A Formação da Liberdade Religiosa: Peculiaridade e Vicissitudes no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito). Orientador: Brunello Stancioli. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

¹⁸ MOREIRA, Ana Luisa de Navarro. **Liberdade Religiosa (com e contra Dworkin): A fé é um valor? A relação entre Estado e religião no direito brasileiro**. Texto Parcial da Tese. Qualificação de Tese. Programa de Pós Graduação em Direito da UFMG. Orientador: Prof. Dr. Thomas da Rosa de Bustamante. 2018. p.10.

¹⁹ PERDIGÃO, Gabriel Andrade. **Lentes Coloridas: Direito e Religião, as concepções de mundo e a ilusão da igualdade em F. Engels**. Dissertação em andamento (Mestrado em Direito). Orientador: Vitor Bartoletti Sartori. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

Fizemos o levantamento ainda de trabalhos que não abordam diretamente o paradoxo entre política e religião ou as disputas que o permeiam, mas discutem o tema da laicidade seja sob a perspectiva da história do direito, aportando importantes análises para o debate, como a investigação que trata sobre o casamento civil no regime republicano e sua conexão com o poder temporal religioso na definição jurídica do instituto²⁰. E também na fundamentação correlata, pesquisa desenvolvida no curso de Ciências do Estado na mesma Faculdade de Direito da UFMG, tratando sobre o ensino religioso nas escolas públicas no contexto da ADI 4439²¹.

Felizmente, a multiplicidade argumentativa cada vez mais vista demonstra que há um crescimento recente do interesse sobre a temática. Uma importante oportunidade de ampliarmos as discussões na área do Direito e dialogarmos sobre outros enfoques neste estado da arte. Embora haja esta multiplicidade de pesquisas sobre o tema, poucas são as análises na área jurídica que localizam a crítica sobre o papel da religião na esfera pública e a conjuga aos debates correlatos com outras ciências sociais, sobretudo pela pouca visibilidade que a teoria da secularização tem nos debates da área jurídica.

Entendemos que sobretudo as pesquisas sob a perspectiva da laicidade fechada, mas as vezes também aquelas que adotam uma postura mais tensional, muitas vezes partem de uma posição determinada e dada à laicidade. Ao tomar a laicidade como um fato consumado no texto da Constituição, que dispensa debate sobre o seu sentido, conformam o debate para dentro da juridicidade. Colocam o tema a partir de uma pergunta base: o que o Direito deve fazer para extirpar a religião da política? Reduzem, assim, a atuação jurídica a um método capaz de levar a uma solução pronta. Por exemplo, à necessidade de declaração da inconstitucionalidade de qualquer representação política por evangélicos.

O Direito possuiria um papel central e determinante. E não apenas como “solução” definitiva dos conflitos. Ele faria também o “diagnóstico” dos conflitos. Essas pesquisas por vezes não adicionam perspectivas interdisciplinares capazes de complementar o diagnóstico feito pelo Direito. Com isso, enfraquecem as possibilidades de discussão que

²⁰ MORAIS, Luisa Cristina de Carvalho. **Direito, Estado e Religião: O Casamento Civil nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito). Orientador: Giordano Bruno Soares Roberto. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

²¹ RIBEIRO, João Lucas e SIQUEIRA, Tiago Soares. **O Ensino Religioso no Brasil pós ADI 4439: Fundamentos jurídicos e desafios para a manutenção da laicidade estatal**. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Uberlândia/MG. 2018

visibilizem a complexidade dos paradoxos. O enfoque da laicidade fechada incorre ainda num problema de seletividade, pois faz críticas direcionadas a um determinado alvo que considera ameaçar em especial o Estado Democrático de Direito. Deixa assim de observar, na complexidade, outros atores envolvidos.

Gerada dentro das discussões do grupo “*Tempo, Espaço e os Sentidos da Constituição*”, essa pesquisa se constituiu e pensa a temática sobre um olhar diverso, que tenta conjugar debates interdisciplinares para contribuir com o debate das ciências jurídicas, tomando espaço como pano de fundo na situação problema fundamental da investigação.

Entendendo o espaço como fruto das interrelações da sociedade e da coexistência de distintas trajetórias que estão sempre em construção e em disputa²² para de alguma forma repercutir no modo como a política, a religião e o direito podem ser imaginados.

Como Maria Fernanda Salcedo Repolês afirma²³ *espaço (space) remeteria à dinâmica de relações e a sua constante simultaneidade e multiplicidade, e lugar (place) remeteria ao esforço de tomar posição, de definir nosso lugar no mundo e das disputas decorrentes desse esforço.*

Em nossa perspectiva o Direito sozinho não é capaz de ofertar garantias que fortaleçam o Estado Democrático, mas antes pode arrefecer as disputas e aprofundar as dissonâncias entre distintas e potencialmente conflituosas posições em disputa, se for instrumentalizado por posições que clamam por soluções jurídicas prontas para interações complexas e fluídas.

O interesse que se opera ao analisar “*Política na Religião ou Religião na Política*” é em pensar quais são as tensões constitutivas que operam entre esses paradoxos de mão dupla. Pois defendemos que não há uma racionalidade pronta vencedora que aloca linearidade à dinâmica entre a política e a religião. Antes, as disputas estão em constante devir, existindo e ressignificando os espaços da política e da religião, definindo *o que é e qual o âmbito* de atuação do Direito, em meio aos paradoxos insolúveis.

Assim, se as pesquisas até então realizadas focam no paradoxo constituído pela presença da religião na política e de como essa pode ameaçar a laicidade do Estado, nossa pesquisa toma este como co-constitutivo de outro paradoxo, a presença da política

²² MASSEY, 2005, p.29,

²³ REPOLÊS, 2018, p.4

na religião. É na relação espelhada desses que podemos perceber as tensões que permeiam essas relações na modernidade e contribuir para discutir sob novos ângulos.

Pretendemos com isso romper com a recorrente postura de encarar as disputas apenas pela solução de regulamentações e restrições, pois a compreensão das tensões entre direito, religião e política passa por uma concomitância do sociológico e do jurídico. Não há como compreender em quais sentidos o Direito garante o respeito aos direitos humanos sem a sociologia, sem o entendimento dos contextos socioculturais, geopolíticos e econômicos, sem correr o risco de esvaziar o conteúdo da sua própria aplicação.

Para isso, voltamos o olhar para o processo de secularização brasileiro, no qual as tensões entre as esferas política, religiosa e jurídica se tornam evidentes. Esta posição não reivindica uma neutralidade não alcançável. Antes, critica as posições fechadas contrárias à religião na esfera pública, que deixam de apontar os contornos das disputas e dos riscos à democracia.

É assim, uma tentativa de conjugar campos de conhecimento já solidificados que ofertam outras posições críticas. Uma tentativa de criação de uma saída por uma espécie de “*sociologia jurídica da religião*” ou “*sociologia da religião aplicada ao Direito*”. Assumindo que é necessário um olhar mais amplo sobre as tensões, a partir das quais emerge o Direito como garantidor dos direitos humanos e das diversas racionalidades que permeiam a sociedade.

A pergunta que pode ser feita a partir desse olhar é: Como o Direito garante o exercício da liberdade de crer e de exercer os seus valores e vê-los representados politicamente, e, ao mesmo tempo, impede que uma identidade religiosa, ou de outra natureza, tome para si todo o espaço da representação? Nesse sentido, todas as religiões, não só a evangélica, podem ser uma ameaça à laicidade do Estado, se buscarem se sobrepor a outras identidades e acabar com o pluralismo. Também o laicismo pode ser tão ameaçador quanto visões religiosas, na medida em que impõe o silêncio de identidades diversas, mas legítimas. Por outro lado, os evangélicos, assim como membros de outras religiões e ateus tem que poder se ver representados politicamente, pois fazem parte da sociedade.

A metodologia foi composta por dois métodos: pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. A pesquisa foi amparada pelas discussões sobre Sociologia da Religião na disciplina de Seminários de Estudos Avançados do Programa de Pós-Graduação em

Sociologia pela qual utilizamos os estudos sobre modernidade em Weber para a partir daí concatenar os principais pontos sobre a teoria da secularização, laicidade, desencantamento com o mundo e o retorno do sagrado, por autores como Paul Freston, José Casanova, Peter Berger, Paula Monteiro e Ricardo Mariano e assim explicar como as ciências sociais entendem as tensões envolvidas entre política e religião. E ainda nos estudos sobre Habermas e o pós-secularismo.

O trabalho de campo se valeu da aplicação de entrevistas semi-estruturadas compostas por um questionário de cinco perguntas e anotação de um diário de campo. Cumpre aqui informar a nossa escolha pela não identificação nominal dos entrevistados. Nessa pesquisa todas as referências são apenas através do credo autodeclarado/observado. Para fazer isso utilizamos um código criado a partir da ordem das entrevistas concedidas. Assim, todas as vezes que formos nos referir ao primeiro vereador entrevistado, denominaremos E01 e após isso seu credo. Os vereadores que não concederam entrevistas também serão citados e suas denominações estarão a partir do código E31 até o E41. Para as quatro mulheres vereadoras, utilizaremos a identificação sempre no masculino, isso para evitarmos que sejam reconhecidas, e as colocarmos no mesmo critério.

Essa opção metodológica condiciona olhar as narrativas sob o prisma religioso e desafia o leitor a pensar suas posições pré-assumidas e confronta-las às disputas cotidianas que se apresentam em campo. A não identificação nominal também remete a transitoriedade desses atores em disputa na esfera política. Uma metáfora para reafirmamos o caráter volátil da ocupação do espaço na passagem do tempo. As disputas político-religiosas prorrogam-se na história humana, ganham novos contornos e mudam sua posição. Os religiosos de hoje podem não ser os mesmos de amanhã e as disputas dentro da modernidade perpassam os próprios entrevistados. Essa opção, por si só revela e questiona a própria utilidade dessa definição. Faz sentido identificar os políticos envolvidos apenas em razão do seu credo? Se sim, em quais contextos? Em todos? Faz sentido também não identificá-los?

Fazemos essas perguntas por perceber que nas discussões públicas, a identificação sobre o credo religioso dos políticos condiciona necessariamente um pré-julgamento imediato sobre sua atuação. Por isso, essa pesquisa assume que essa postura possui o condão de acusar a si mesma quando exaspera o ambiente da política e

adentra *a priori* no religioso. Veremos que nessa pesquisa haverá momentos em que não fará sentido a identificação religiosa, pois o marcador religioso não será sempre o fator determinante do problema que se quer abordar. Mas ainda assim, os vincularemos a seu credo, e reproduziremos essa postura identificadora dos religiosos acima citada, até mesmo para demonstrar a sua relatividade.

Assumimos as possíveis limitações dessa definição. Primeiro ao igualarmos no âmbito religioso a identificação geral dos interlocutores. Outra pela dificuldade na identificação de todos os entrevistados. Resguardamos, porém que todos os entrevistados estão na mesma função política e é a trajetória do político e sua correlação a esfera religiosa que nos interessa, não a projeção pessoal dos entrevistados. Pretende-se demonstrar a multiplicidade de vozes e lançar luz a complexidade da interação do político e do religioso. Para transpor a dificuldade na identificação de todos os entrevistados, priorizamos a auto-declaração religiosa²⁴ por ser individual e uniforme. Ressalta-se que ao identificá-los pela orientação religiosa não se encerra todas as perspectivas nesse critério, mas posiciona-se para o olhar vigilante a esse conteúdo.

Em campo, foi possível perceber que a dimensão religiosa não opera apenas nos discursos, mas antes, nos corredores da Câmara Municipal, nos elevadores, nas discussões entre os presentes, nas articulações dos gabinetes e na vida política em geral, alterando a margem entre público x privado e, sobretudo na discussão entre teoria x prática. Ao fim, constatou-se que símbolos e mobilizações institucionais também contam histórias. São assim, peças fundamentais para a compreensão e eleição do recorte investigativo, não se dissociando no tempo e no espaço, das margens, da história, da política, do político e das esferas do mundo da vida.

Foi comum vermos “o religioso”, “o evangélico”, “o pentecostal”, “o fundamentalista”, “a Igreja”, “a herança judaico-cristã”, “a laicidade”, “a secularização”, alocados como termos e categorias dadas, já preenchidas de sentidos científicos e políticos comuns para todos. Mas essa pesquisa revela que, ao contrário, há um senso comum orientado para as disputas não apenas pela significado semântico, como também pelo jurídica e pelo simbólico.

O primeiro capítulo desse trabalho “*Configuração das disputas do poder religioso no Brasil*” aponta como as tensões sobre o papel da religião na esfera pública do presente

²⁴ Os vereadores não identificados por auto-declaração foram identificados por contato com assessorias através de pergunta direta sobre o assunto. Os demais constarão como “não declarado”.

possuem laços que vêm pela relação histórica do Brasil frente às religiosidades majoritárias desde o Brasil Colônia. Assim, sustenta que o senso comum sobre as especificidades da religião de hoje em dia se mantém em bases de um discurso sobre uma laicidade acabada e fechada.

Por isso, o capítulo seguinte “O Institucional e o sagrado”, insere o leitor nos ambientes formal e informal da Câmara Municipal de Belo Horizonte, apresenta os símbolos e representações e demonstra que o paradoxo da religião na política não se inaugura no, mas antes o co-constitui. Esse capítulo, com a descrição do território onde a pesquisa ocorreu, apresenta os atores políticos vistos de uma perspectiva simbólica, e aponta como a religião há muito constitui e interage na esfera institucional e redesenha os limites entre público x privado. Nesse sentido, esse capítulo também cumpre um dever de descrever o ambiente de pesquisa, o lugar-situado da investigação.

No capítulo terceiro “*O discurso e o testemunho*” analisam-se as falas colhidas nas entrevistas, dando-se destaque a algumas que são exemplificativas e se as relacionam com os diferentes assuntos que emergiram da pesquisa de campo. Uma das temáticas que se tornou evidente durante a pesquisa por estar em plena disputa nesse espaço foi o da diversidade sexual e de gênero, e por isso ela se apresenta como um bom lugar para observar a atuação da esfera das religiões no plano discursivo. E o que a pesquisa revela é o nível de complexidade do debate quando se observam as atuações dos políticos religiosos apenas sob o ponto de vista discursivo.

Já o capítulo seguinte “*Quem fala na Câmara Municipal de Belo Horizonte*” lança luz sobre a chamada “Bancada Cristã”, sob o ponto de vista das articulações políticas para aprovação de projetos de lei. Como não há documento constitutivo dessa bancada, ofertamos mapas políticos com comportamentos, articulações e perfis de atuação dos vereadores vistos na pesquisa de campo na CMBH entre 2017 e junho de 2018 para dar contornos a esse grupo. Ao fim demonstramos como a dinâmica de projetos individuais e coletivos revela estratégias de ampliação política. Embora não se pretenda ser ofertório de repostas, este capítulo é importante para entendermos se de fato há uma ameaça à laicidade, qual é essa ameaça e como ela pode ser vista.

O capítulo derradeiro “Modernidade, secularização e fundamentalismos” retorna a discussão teórica inicial, agora com o enfoque sobre os debates da modernidade e da secularização por autores da Sociologia e da Filosofia. O capítulo apresenta ao leitor com

considerações e inquietações da política do agora e oferta saídas vistas no debate da teoria da secularização que podem agregar subsídios importantes ao campo jurídico.

A conclusão relembra o percurso narrativo, ratifica apontamentos iniciais e convalidam algumas críticas importantes sobre a representação religiosa na sociedade brasileira atual. A investigação finda enfatizando como pensar a democracia no Brasil atual, as exigências aos atores políticos e debatedores, as consequências da radicalização do debate, a relação com os eleitores e a consideração da sociedade brasileira de 2018 como religiosamente mais diversa.

CAPÍTULO 1: AS DISPUTAS DE PODER RELIGIOSO NO BRASIL

O Estado tem que ser laico, o Estado tem que ser isento. E se o estado é laico, ele não promove uma religião e ele não ataca uma religião, ele é isento. Porque que o Estado vai entrar dentro da moralidade de uma família, o Estado tem permanecer isento, então se não foi aprovado uma lei de que ideologia de gênero faça parte do currículo escolar porque que algumas pessoas tentam intrrometer, entrar com ideologia de gênero ilegalmente? O que eu quero é que se preserve a lei. A lei é clara: a família está na Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente fala que a criança não deve ser explorada, a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos que é o Pacto de São José da Costa Rica garante isso aos pais, então o que a gente quer? Que se mantenha a lei, que se cumpra a lei, esse é o ponto jurídico, esse é o ponto legislativo da coisa, queremos que se mantenha a lei. **E12 (evangélico)**

E eu acho que as religiões têm uma importância política, embora evidentemente essa influência política possa ser deturpada pra interesses econômicos, interesses de grupos que querem se manter no poder, a gente sabe que a igreja católica, historicamente e hoje várias igrejas evangélicas, utilizam da fé de forma comprometedora, isso não é a totalidade dessas igrejas, que são diversas internamente tem pessoas que resistem em todos os lugares. Mas é verdade sim que no Brasil existem esses fenômenos, e em outras partes do mundo que as religiões muitas vezes são instituições pra promover a dominação e a opressão, então essa é uma questão séria, que precisa ser tratada, ainda mais hoje em dia que a laicidade do Estado anda muito ameaçada, tem uma ingerência, uma influência de grupos religiosos sobre as instituições públicas, que é muito nociva. **E21 (sem religião)**

Há uma evidente disputa em torno dos sentidos de qual razão pública triunfará e de como a significação simbólica das esferas política e religiosa serão interpretadas pelo senso comum. Acima, apresenta-se duas falas encontradas na pesquisa de campo, elas inserem o leitor em uma questão fundamental da pesquisa: as tensões.

Tais disputas não são apenas sobre o processo legislativo e a busca por apoios políticos, mas adentram, sobretudo, na significação dos termos e também na definição do que se compreende como jurídico. Embora ambas as falas defendam a laicidade do Estado, a significação atribuída por cada uma evidencia pontos de compreensão diferentes e concorrentes sobre os símbolos materiais e imateriais da política.

A resposta do E 12 (evangélico) se deu quando questionado sobre as articulações na Câmara Municipal de Belo Horizonte para o bloqueio do debate sobre diversidade sexual e de gênero. Para ele, a laicidade é entendida pelo prisma da defesa dos seus valores, vistos como religiosos, na esfera pública, em nome de um princípio legal estabilizador. Por isso utiliza de uma fundamentação racional, com premissas comuns à

política secular para justificar sua contrariedade ao que denomina de “ideologia de gênero”.

Já o E21 (sem religião), respondeu tal trecho em outra pergunta, quando questionado se frequentava algum agrupamento religioso e se isso de alguma forma repercutia na sua trajetória política. Para ele, há um processo histórico de influência religiosa na esfera pública e isso ameaça a laicidade do Estado. Também com fundamentação racional e com o discurso político voltado para a esfera secular.

Esses exemplos revelam algo importante observado por este pesquisador, a noção de que os diversos atores políticos compartilham um médium de linguagem afeita ao campo político que possibilita interações para a disputa em torno das tensões. Contudo, isso não significa que os termos utilizados carregam as mesmas significações, como vimos nas falas anteriores.

Assim como os entrevistados, também falaremos de termos muito utilizados nas discussões como: secularização, secularidade, laicidade e laicismo, cabe aqui situar quais são os significados que nós assumimos na construção narrativa sobre esses termos.

Embora a etimologia em português situe estas palavras com o mesmo significado, os termos laicidade e secularização podem ser vistos de maneiras distintas pelos diferentes debatedores, sobretudo porque varia sua utilização em cada contexto histórico-cultural²⁵. Os processos históricos situaram dinâmicas variadas e constituíram experiências diferentes de perda do poder da religião na passagem para a fase moderna, isso também influenciou na significação atribuída em cada espaço.

Nos países católicos do sul da Europa, os termos: laico, laicidade foram originalmente entendidos como oposição ao clericalismo vigente e a ruptura do poder temporal da Igreja se deu de maneira diversa dos países anglo-saxões, para quem o termo secularização foi mais assimilado²⁶.

A terminologia laicidade teria sido empregada pela primeira vez em 1871, num voto do Conselho Geral da Região do Sena, na França, quando em pauta a discussão acerca

²⁵ Cabe aqui apontar quem explicita a mesma relação com argumentação variada: “O termo secular e laico foram e são usados como sinônimos para a definição do Estado laico ou secular. É que o processo de secularização levou a formação do Estado Laico ou o inverso como no caso da Turquia, e por isso ambos os termos estão atrelados de forma íntima” In CORREA, Jonas Augusto Santos. **Estado de Direito Laico e os direitos fundamentais: uma abordagem do Islã frente a Laicização Turca**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. 2012. p.17.

²⁶ RANQUETAT JÚNIOR, Cesar. **Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociais humanas/article/download/773/532>>. Acesso em 22/06/2018, p. 6.

do ensino laico, não confessional e sem instrução religiosa²⁷, para os iluministas o termo passou a se referir às intenções de maior restrição do poder religioso na esfera pública em contraposição aos resquícios do Antigo Regime.

Assim, foram os impulsos por mudanças no *âmbito político* que ocuparam os sentidos do termo laicidade. Não se tratava do processo de perda dos sentidos religiosos das pessoas na sociedade, mas de ações negativas do Estado ao poder eclesiástico e clerical. O pano de fundo dessa concepção funda-se na contraposição entre o mundano e profano, e esse sentido também pela forte equivalência dos significados aproximou os termos laico e secular²⁸.

O chamado laicismo é um processo que se confunde à laicidade, mas que se caracteriza pela postura de imposição agressiva de condutas restritivas ao domínio religioso, uma negação à coabitação entre ambas as esferas, uma laicidade de combate, ou como preferimos nos referir: uma laicidade fechada²⁹.

Já a secularização, antes se referia ao processo de perda de bens materiais da Igreja para o poder temporal, em um contexto de Reforma Protestante, consolidação do Estado Moderno e desenvolvimento do capitalismo. Hoje, pode ser compreendida como um processo gradual de abandono de formas tradicionais de estruturação do poder pela religião. Ora como sinônimo de perda de relevância do religioso (versão ortodoxa) e ora alternativamente como a privatização da crença (versão heterodoxa)³⁰.

Secularização, portanto, possui um caráter mais generalista que o termo laicidade não estabelece na literalidade da sua significação original. Por isso, encontramos sociedades altamente secularizadas como a Inglaterra e a Dinamarca, onde as práticas, os comportamentos religiosos declinaram, mas que, entretanto não são formalmente Estados laicos³¹.

²⁷ Idem

²⁸ CARVALHO, Nara Pereira. **A Formação da Liberdade Religiosa: Peculiaridade e Vicissitudes no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito). Orientador: Brunello Stancioli. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p.55.

²⁹ Essa definição surge aproveitando o debate sobre multiculturalismo a partir das aulas e escritos sobre pluralismo e identidade cultural da Professora Catedrática em Filosofia do Direito da Universidad de Zaragoza - Espanha, Maria Elosegui Ixtaso e aproveita o debate sobre a oferta de argumentos mais ou menos restritivos à política de integração multicultural. Sua obra traz o debate sobre o multiculturalismo europeu e apresenta definições sobre os modelos de multiculturalismo aberto, fechado, interculturalismo e assimilacionismo cultural. Obras consultadas: ITXASO, María Elósegui. **Derechos Humanos y pluralismo cultural**. IUSTEL. 1.ed, 2009 e: ITXASO, María Elósegui. **El derecho a La identidad cultural em La Europa del siglo XXI**. EUNSA. 1 ed. 2012.

³⁰ SELL, 2017, p.53.

³¹ HABERMAS, 2013, p. 54

No caso do Brasil, pela herança jurídico-institucional, o seu processo de secularização se assemelha mais aos países de influência católica do sul da Europa, como Portugal, Espanha e Itália, cujo papel da Igreja ainda se destaca na configuração estatal e nos contornos dos processos de laicidade.

Aqui, as pretensões laicas e laicistas perante o catolicismo majoritário nunca concretizaram uma secularização conclusa. Não havendo uma separação estanque e imediata entre o Estado e a Religião Católica majoritária. Por isso nosso próximo interesse será situar sobre a história e a hegemonia da Igreja Católica no país e como as tensões entre o poder secular e o catolicismo majoritário chegam aos dias atuais.

1.1. O Brasil católico e o monopólio político religioso

Nesse tópico não adentramos na linha do tempo do Brasil Colônia e na confluência entre catolicismo religioso e os primórdios da formação do Estado Nacional Brasileiro. Já assumimos que essa relação definiu os contornos do país do presente, majoritariamente cristão e com pouca presença de religiosidades não cristãs e influenciou diretamente na definição atual dos sentidos comuns dos brasileiros sobre a religião e política. Por outro lado, também é possível apontarmos contribuições católicas conhecidas e anônimas que ampliaram relações políticas democráticas e foram/são de grande importância para a política. Sobretudo na oferta de espaços de contraposição e resistência aos muitos autoritarismos que perpassaram nossa história. Por isso, assentimos que a importância do catolicismo vai além da composição da nossa memória sobre a laicidade, oferecendo inclusive muitos subsídios passíveis de críticas sobre nossa relação com o sagrado.

Contudo, aqui, situamos o Brasil a partir do início da emergência de uma inicial liberdade religiosa no século XIX, para debatermos sobre a passagem de uma liberdade estritamente privada para uma maior concorrência por liberdade na esfera pública. Veremos que somente a partir do final do Império essa relação foi possível.

A Constituição Imperial de 1824 foi um marco inaugural de abertura, ainda que tímida, do monopólio absoluto da fé no Brasil. Ela afirmava que: *“A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império, todas as outras religiões serão*

*permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de culto*³².

Essa postura da Monarquia, ao mesmo tempo em que concedia liberdade doméstica de culto às diversas religiosidades no país, implicava na proibição de símbolos por religiões não católicas. Ela preservava o protagonismo religioso católico, mas também significava o início do processo de secularização no país. Isso antes da chegada do Regime Republicano e a separação formal do Estado e da Igreja Católica.

Essa separação oficial entre Igreja e Estado foi efetivada pelo Decreto 119-A de 1890. Nele proibia-se a intervenção do Estado em matéria religiosa, consagrava a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado. Diz-se que foi recepcionado com certa boa vontade pelos católicos, pois o mesmo assegurava à Igreja Católica do Brasil certa soma de liberdades que ela jamais lograra no tempo da Monarquia³³.

Assim, mesmo com a separação oficial entre Igreja e Estado, a Igreja Católica continuou a exercer grande influência na política. Uma das estratégias usadas foi a de utilizar dos próprios dispositivos legais da República para convencer os fiéis a seguirem apenas orientações religiosas em pautas concretas no âmbito civil. Por exemplo, na implementação do casamento civil, a Igreja estimulou os fiéis a casarem apenas no religioso, fazendo campanhas públicas em jornais católicos, com a confecção de guias práticos de consulta para que os fiéis conseguissem contornar a formalidade do casamento civil e burlassem a determinação legal³⁴.

Essa relação de liberalismo político com salvaguardas à hegemonia católica é assim, um traço constitutivo do nosso processo de secularização.

Sabe-se como o catolicismo foi identificado juridicamente com a entidade Brasil, desde o início da colonização pelas autoridades políticas, que necessitavam de um cimento social para o empreendimento colonial. Sabe-se também como, no decorrer dos séculos, elaborou-se do lado da Igreja uma ideologia do Brasil essencialmente e sociogeneticamente “católico”, ideologia que assegurava à estrutura eclesiástica um lugar central no mundo da “pátria”, permitindo-lhe reivindicar legitimamente um papel correspondente nos meios políticos da nação (MENEZES, 2013, p.333 apud SANCHIS, 1997, p. 29)

Essa relação constitui um domínio da fé católica sobre as estruturas do pensar

³² BRASIL, **Constituição** (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de. Janeiro, 1824. Disponível em. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 05/02/2018.

³³ MORAIS, 2016, p.33-34

³⁴ Idem, p. 39-42

político majoritário nacional desde a formação do Brasil até recentemente, em meados do século XX. Já o período posterior à década de 1.970, vê emergir outras religiosidades que passam a disputar a esfera pública. Trataremos disso adiante.

De todo modo, ainda hoje algumas temáticas garantem a primazia do catolicismo frente às demais religiosidades e demonstram essa histórica relação com o Estado Brasileiro, como na questão da confessionalidade do ensino religioso no país, validado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal através do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.439.

No curso da ADI n. 4.439, em audiência pública de 2.015, o STF ouviu mais de 30 entidades e 31 representantes. Desses, apenas os dois representantes da Igreja Católica defenderam o ensino religioso confessional. Mesmo sendo francamente minoritária a posição favorável ao ensino religioso confessional, o julgamento apontou para a sua validação e o definiu pelos parâmetros do acordo com o Vaticano em 2.008³⁵, que garante não apenas a obrigatoriedade da oferta do conteúdo religioso nas escolas brasileiras, mas permite que este conteúdo seja ofertado por apenas uma confissão religiosa.

Embora este e outros exemplos contemporâneos apontem para a validação do monopólio político-religioso brasileiro pelo catolicismo, a seguir apontaremos que mais recentemente existem indícios de que essa primazia vem perdendo espaços na esfera política e abrindo o cenário para rediscussões sobre a secularização. Isso porque a configuração religiosa do país tem-se alterado nas últimas décadas, como apontam os recenseamentos e as repercussões da atuação de novas figuras religiosas na esfera pública. A seguir demonstramos essa dinâmica pelos Censos do IBGE.

1.2. Os Censos do IBGE e a nova configuração religiosa

A dinâmica religiosa no Brasil parece ganhar novas interpretações com a divulgação decenal dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este recenseamento traz dados sobre a possível configuração do Brasil e é visto como um importante instrumento de debates pelos pesquisadores e pela opinião pública.

³⁵ Disponível em: <http://www.paulopes.com.br/2015/06/ensino-religioso-confissional-esta-no-fim-indica-audiencia.html#.WUdDd_nyuDJ>. Acesso em 18/06/2017.

Aponta os sociólogos da religião que até a década de 1970, não havia alterações significativas nos dados sobre composição religiosa no país. O catolicismo permanecia como a máxima expressão religiosa desde o Brasil Colônia³⁶. Contudo, nas décadas de 1.960 e 1.970 já há uma redução do catolicismo e um aumento de espíritas e protestantes³⁷.

Essa alteração foi interpretada por alguns pesquisadores como um *“refazimento da tessitura de laços sociais em uma sociedade que se urbanizava e modernizava a largos passos”*. O catolicismo estaria sendo trocado por novas formas de pertencimento religioso, mais adequados aos desafios do urbano, da sociedade de classes, da identidade individual no mundo moderno, capazes de refazer grupos e teias de solidariedade em situações de anomia e desfiliação³⁸.

Nas décadas seguintes, novas mudanças apontadas pelos Censos sugerem outras possibilidades de interpretação. A partir dos anos 1.980 até o Censo de 2.010, continua a diminuição do catolicismo, agora com um veloz crescimento do segmento evangélico e da categoria dos sem religião; mas com a diminuição do crescimento dos espíritas.

O processo histórico, portanto, contemplou uma rápida transformação do perfil religioso da sociedade, se complexificou e mudou de sentidos. Há, contudo, algumas limitações que o Censo pode causar por ser um instrumento que pretende em escala nacional gerar representações que nem sempre são fixas³⁹.

O Censo não tem como classificar as diversas expressões e práticas espirituais de pertencimentos, nem as dinâmicas subjetivas do crer. E reduz em uma única pergunta categorias de identificação e pertencimento que são múltiplas. De qualquer forma, ele é um mecanismo que direciona ações governamentais e pode mudar os sentidos públicos sobre a dinâmica religiosa.

³⁶ TEIXEIRA, 2013; MENEZES, 2013; MARIZ & GARCINO, 2013.

³⁷ Levando alguns autores da época como o sociólogo Cândido Procópio de Camargo, com base nos censos de 1940 a 1960 sublinhar que o espiritismo-umbanda seria o gradiente “beneficiário” do processo de transição religiosa no Brasil, o que nas décadas seguintes não se concretizou (TEIXEIRA, 2013, p.29)

³⁸ MENEZES, 2013, p.334

³⁹ A pesquisadora Clara Mafrá afirma que no Censo de 2000 foram coletados mais de 15 mil nomes de religiões de pertencimento. Esses 15 mil nomes foram posteriormente classificados em 144 categorias, e no Censo de 2010 alocadas em 66 categorias. MAFRA, Clara. **O que os homens e as mulheres podem fazer com números que fazem coisas** in TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 38.

O último (2.010) demonstra pela primeira vez a queda do percentual dos católicos em números absolutos, com o ritmo de crescimento menor em relação ao crescimento da população geral.

Essa retração, contudo, não reflete uma diminuição do cristianismo, porque há um significativo aumento da presença evangélica, com um salto de 6,6% em 1.980 para 22,2% em 2.010. Crescimento que se deve aos evangélicos pentecostais que correspondem a 13,3% da população, já que os protestantes tradicionais e os de missão não seguiram essa tendência e os espíritas declinaram seu avanço⁴⁰.

Embora o crescimento dos evangélicos seja extraordinário, cerca de 540% em trinta anos⁴¹, cabe ressaltar que na última década foi menor que a anterior. Entre 1.991 e 2.000 foi de 120%, enquanto em 2.000 a 2.010 foi de 62%⁴²⁴³.

Esse panorama faz com que pesquisadores referenciais na área como Faustino Teixeira afirmem que o catolicismo é agora a *“religião da maioria dos brasileiros”*, mas não mais a *“religião dos brasileiros”* e parafraseando Pierucci relembra que no cenário brasileiro *“é católico que não acaba mais”*⁴⁴.

De qualquer forma, essa pequena mudança no perfil religioso da sociedade brasileira, ainda que dentro da cultura cristã, fez com que *o senso comum sobre as especificidades brasileiras na lida com o sagrado entrasse em questão*⁴⁵.

Com o propósito de contribuição na apresentação dessas especificidades, contaremos as trajetórias desses (novos) atores políticos, visando conhecer como lidam com o sagrado e como se relacionaram com a política com o passar do tempo.

⁴⁰ TEIXEIRA. Faustino. **O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação** in TEIXEIRA. Faustino, MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 14.

⁴¹ MARIZ, Cecília L. GRACINO JR, Paulo. **As igrejas pentecostais no Censo de 2010** in TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 161

⁴² MATTOS, P.A. **“A relevante queda de crescimento evangélico revelado pelo Censo de 2010”** Cadernos IHU em Formação, ano VIII,43, 2002, p.30 apud TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 25.

⁴³ Três das maiores denominações pentecostais perderam fieis em números absolutos: Congregação Cristã no Brasil (primeira geração do pentecostalismo), Igreja do Evangelho Quadrangular (segunda geração) e Igreja Universal do Reino de Deus (terceira geração). Apenas a Igreja Assembleia de Deus cresceu no mesmo período e ainda assim perdendo a sua porcentagem dentro do pentecostalismo. Para Cecília Marin e Gracino Júnior, *“os dados sugerem que, apesar da maioria dessas denominações terem crescido numericamente e em termos percentuais em relação à população brasileira, o ritmo desse crescimento tem se arrefecido na última década”* (MARIZ, GRACINO JR., 2013, p.167- 168).

⁴⁴ TEIXEIRA. Faustino. **O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação** in TEIXEIRA. Faustino, MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 16.

⁴⁵ MENEZES, 2013, p. 334

Demonstraremos como a falta de distinções dos interlocutores podem conduzir a visões reducionistas que não beneficiam o debate livre e podem aprofundar os fundamentalismos.

De pronto, apresentaremos a história dos protestantes que hoje direcionam as atenções do debate político, definiremos duas correntes importantes: a primeira delas, o protestantismo histórico, com raízes europeias, herdeiros das primeiras tradições pós Reforma Protestante (anglicanos, luteranos, calvinistas, batistas, congregacionais e metodistas) e a segunda, a dos pentecostalismos/renovados/carismáticos, com uma imensa variedade de posturas sociais e práticas, dentro de uma raiz teológica comum sob as quais historicamente situaram processos próprios de relação com a política.

1.3. O Brasil crente: a chegada do protestantismo histórico

O primeiro culto reformado debaixo da linha do Equador foi celebrado em 1.557 no Rio de Janeiro, por exploradores huguenotes (reformistas de língua francesa), onde dias depois seria organizada a primeira igreja evangélica da América do Sul. Entre a primeira missa católica no Brasil e a primeira celebração eucarística reformada houve um espaço de apenas 57 anos, mas a experiência durou pouco tempo, e em pouco mais de sete meses seus membros foram mortos ou expulsos da colônia⁴⁶.

Sob o domínio lusitano, Henry Martyn é apontado como um dos primeiros protestantes conhecidos a aportar no Brasil. Sua chegada em 1.805 se daria após 300 anos dos católicos portugueses⁴⁷. De origem anglicana permaneceu em trânsito pelo país por poucas semanas, tempo suficiente para documentar uma grande estranheza pela presença maciça das cruzes das igrejas católicas em Salvador. Em suas memórias destacou que *“Há cruzes em abundância, mas quando será levantada a doutrina da cruz?”*⁴⁸, pois para ele, o exercício da fé no Brasil se limitava à ocupação colonial do território sem a devida preocupação com o trabalho eclesiástico e acompanhamento dos fiéis.

⁴⁶ CESAR, 2000, p.38

⁴⁷ Excetuando a atuação de pastores franceses na ocupação do Rio de Janeiro em 1557-1558 e dos missionários holandeses no nordeste em 1630-1654

⁴⁸ REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo. ASTE. 1984. p. 29. Disponível em CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da Evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais**. Ultimato Editora. Viçosa. 2000. p. 64.

Com a imigração alemã em 1.845, chegaram também os primeiros habitantes de confissão não católica autorizados pelo Estado. O protestantismo histórico praticado era majoritariamente luterano ou calvinista e mantinha traços de solidariedade étnica, com a preservação dos costumes e da língua, profundamente prezadas pela comunidade que chegava, principalmente nas províncias do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Esse protestantismo que aportou no Brasil, mantinha traços da identidade das colônias, com seus ritos e cultos na língua dos migrantes e sem a preocupação de evangelização dos demais colonos brasileiros. Com o passar do tempo este modelo, carecendo de apoio sacerdotal, passou a se mesclar no cotidiano, perdendo as raízes religiosas, assimilando uma religiosidade nominal e reproduzindo a mesma situação criticada pelo observador anglicano que em 1.805 aportou no Brasil católico⁴⁹.

No final do século XIX, o Brasil tinha 18 milhões de habitantes. Destes, 600 mil eram alemães ou descendentes de alemães. Menos da metade eram católicos e mais da metade eram protestantes, quem sabe em torno de 350 mil. Era, então, o maior grupo protestante do Brasil, que ultrapassava certamente a soma de todos os congregacionais, todos os presbiterianos, todos os metodistas, todos os batistas, todos os episcopais e todos os adventistas. Ao mesmo tempo, era o grupo protestante mais nominal. Eles eram filhos da emigração, e não do cuidadoso trabalho missionário (CÉSAR, 2000, p. 77).

Os migrantes luteranos não focaram no evangelismo missionário, sendo que essa postura passou a ser comum somente a partir da segunda metade do século XX, com missionários anglo-americanos⁵⁰. A religião de certo modo, serviu inicialmente como fator de preservação de identidades étnicas e fortaleceu composição de comunidades de imigrantes mais fechadas. Essa característica persistiu dentre os protestantes filhos da imigração cujos sentidos de pertencimento carregavam um sentimento anti-católico.

Iniciando em 1855 com os congregacionais e terminando em 1889 com os episcopais, entre uns e outros estão, pela ordem de chegada, os presbiterianos, os metodistas e os batistas. Estes passaram a aprender a língua e tentar entender a cultura

⁴⁹ Quando o primeiro pastor formado a estar no país publicou em 1866 na Alemanha um relatório sobre a comunidade no Brasil, dentre outras coisas afirmou que *“sob o ponto de vista econômico e mundano, a sorte dos alemães no Brasil é invejável, mas, em relação à sua vida eclesiástica, moral e religiosa, é profundamente deplorável”* in HUNSCH, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre/São Leopoldo. EST/Sinodal. 1983, p. 59 em CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da Evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais**. Ultimato Editora. Viçosa. 2000. p. 76.

⁵⁰ O protestantismo histórico europeu passou a se organizar e enviar missionários para o mundo inteiro, inicialmente para a África e Ásia não cristãs, somente no fim do século XVIII (CÉSAR, 2000, p. 65) já o protestantismo americano tem por raízes a sua expansão.

brasileira. Grande parte deles eram missionários biocupacionais, isto é, missionários e educadores, missionários e médicos, missionários e comerciantes, passaram a movimentar a sociedade, fundaram igrejas, escolas, seminários, hospitais, jornais e editoras⁵¹.

Diante da reação católica a esse avanço, com perseguições políticas aos missionários, os protestantes passam a se organizar. No decurso do tempo que adentra na nossa era republicana, os protestantes abriram o debate sobre a liberdade religiosa forçando a hegemonia católica a debater a diversidade religiosa tendo em vista a oferta de outros modelos de vida agora existentes no país.

Nas primeiras décadas do período republicano, os protestantes tiveram diferentes atitudes diante da reação católica. Uma delas **foi a criação de uma frente unida contra o catolicismo**. A entidade conhecida como Aliança Evangélica havia sido criada inicialmente na Inglaterra (1846) e nos Estados Unidos (1867). A congênere brasileira surgiu em São Paulo, em julho de 1903, sendo alguns elementos, principalmente norte-americanos, favoráveis a uma **aproximação e mesmo colaboração com a igreja católica**. Esse período também viu o recrudescimento de perseguições contra os protestantes em muitos lugares do Brasil. Na década de 1920, a Comissão Brasileira de Cooperação, procurou unir as igrejas evangélicas na luta pela preservação dos seus direitos e no exercício de um testemunho profético junto à sociedade brasileira. Esse esforço teve prosseguimento até os anos 60 na Confederação Evangélica do Brasil. Após 1964, as relações das igrejas evangélicas e da Igreja Católica com o estado brasileiro tomaram rumos por vezes diametralmente opostos, cujas consequências se fazem sentir até os dias de hoje. (MATOS, 2015, grifos nossos)

No século XX, há a emergência de novas religiosidades no país. O desenvolvimento industrial pujante ocasionou um forte crescimento dos centros urbanos, definiu novos papéis na organização social e do trabalho e impactou diretamente no modo de pensar o mundo e de se relacionar em comunidade.

As graves desigualdades no acesso à bens e serviços impactaram diretamente no Estado. Foi assim que no mundo todo uma grande massa de cidadãos do campo e da cidade passaram a reivindicar o reconhecimento de direitos políticos, o que implicava também uma ampliação das religiosidades.

Nos Estados Unidos, emerge desse ambiente o fenômeno religioso do pentecostalismo, associado aos perdedores na disputa do capital, os mais pobres, marginalizados e excluídos do processo de produção, negros, mulheres e imigrantes. No

⁵¹ Certamente, também confundiram o evangelismo com o americanismo e por vezes pregaram as duas coisas ao mesmo tempo, uma espécie de nacionalismo religioso, com sectarismo e denominacionalismo, tratando pouco sobre justiça social e muito sobre conduta sexual. Ibidem, p. 78-79

Brasil, tal fenômeno ingressa pelos missionários migrantes, trazendo o chamado *pentecostalismo clássico*.

1.4. Os pentecostalismos no Brasil

Desde o início dos anos 1900 movimentos de avivamento já eram relatados. O pentecostalismo surge no início do século XX nos Estados Unidos, através de um muito conhecido fenômeno de “avivamento pentecostal” protagonizado com maior proeminência na Rua Azusa em Los Angeles. Inicialmente liderado pelo pregador William Joseph Seymour, com raízes próximas ao metodismo. O movimento religioso se distinguiu por apresentar fenômenos como glossolalia (falar em línguas estranhas), cultos de adoração, curas, pregação escatológica e mistura inter-racial.

Seu pregador, um homem negro, cego de um olho, filho de ex- escravos e ex- garçom frequentava o chamado movimento *Holiness* e assistia às aulas da escola bíblica do lado de fora da sala, já que vigorava a discriminação racial nos Estados Unidos. Após ser expulso da congregação em que estava, iniciou seus trabalhos de evangelização em um barraco da periferia de Los Angeles. Lá passou a pregar sobre um novo avivamento do cristianismo, aceitando que toda sorte de pessoas, brancos, negros, homens, mulheres e crianças o vivenciasse.

Uma das principais características distintivas iniciais dessa igreja era a mistura inter-racial, o ecumenismo, a participação de mulheres e a defesa irrestrita de que a proficiência nos chamados dons do Espírito Santo – e apenas isso- era o que habilitava as pessoas para o trabalho na igreja, permitindo pela primeira vez que mulheres e negros experimentassem um senso de pertencimento e dignidade dentro da cultura religiosa ocidental urbana⁵².

O movimento foi duramente atacado, sendo denunciado à polícia, chamados de loucos e acusados de projetarem uma “Infâmia inter-racial”⁵³. A liturgia e os fenômenos que ocorriam nesse novo movimento eram vistas como hiperemocionais, doentias e

⁵² LEÃO, Naiara. **Pentecostalismo raiz: Quando evangélicos defenderam a igualdade racial e de gênero**. Publicado em 02/02/18. Acesso em 04/02/18. Disponível em: <https://medium.com/@naileao/pentecostalismo-raiz-quando-evang%C3%A9licos-defenderam-a-igualdade-racial-e-de-g%C3%AAnero-3306bfc1cb1e>

⁵³ SYNAN, Vinson (2001), **The Century of the Holy Spirit: 100 years of Pentecostal and Charismatic Renewal, 1901-2001**, Nashville: Thomas Nelson Publishers, p.42–45

incompreensíveis, visto que pregavam a cura dos males e doenças físicas, além de partilharem de rituais onde pessoas choravam compulsivamente, caíam, desmaiavam, falavam línguas estranhas e tocavam instrumentos que nunca haviam estudado.

Essa experiência destacou-se pela massiva presença de curiosos e visitantes de distintas tradições religiosas que posteriormente a espalharam ao redor do mundo. Passado o ímpeto midiático inicial, a Igreja do pregador Seymour logo perdeu o impulso inicial que congregava centenas de milhares de pessoas. Menos de uma década após os holofotes, a congregação fixou-se como uma pequena igreja afro-americana, sendo dirigida pela esposa do pregador após sua morte.

Se, segundo os estudiosos⁵⁴, grande parte da diminuição da influência da igreja de Seymour, até a seu virtual desaparecimento, se deveu ao fato dele ser pobre e negro, as práticas por ele introduzidas e captadas por outras igrejas geraram um movimento pujante.

O movimento chegou até outra grande cidade estadunidense, Chicago, e de lá, a dimensão midiática com forte presença em jornais escritos dos Estados Unidos e de folhetos enviados a todos os cantos “anunciando” o novo fenômeno, ocasionou uma significativa multiplicação de missionários o professando ao redor do mundo e a projeção internacionalista se multiplicou. Em pouco tempo o movimento já contava com multiplicadores na América Latina e na Europa, sobretudo na Itália, Suécia e Noruega. Embora o crescimento do movimento em termos absolutos apenas se consolidou após a Segunda Guerra Mundial⁵⁵⁵⁶.

No Brasil, três das principais tradições pentecostais que chegaram ao país tiveram seu contato embrionário na Igreja de Chicago: o primeiro de inclinação calvinista (presbiterianismo italiano) com o Luigi Francescon, fundador da Congregação Cristã no Brasil em 1910; o segundo com os suecos de tradição batista Daniel Berg e Gunnar Vingren em 1911; e, por último, os missionários da Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada nos Estados Unidos em 1923 e que aportou no Brasil em 1951⁵⁷.

⁵⁴ LEÃO, Naiara. Pentecostalismo raiz: Quando evangélicos defenderam a igualdade racial e de gênero. Publicado em 02/02/18. Disponível em: <<https://medium.com/@naileao/pentecostalismo-raiz-quando-evang%C3%A9licos-defenderam-a-igualdade-racial-e-de-g%C3%AAnero-3306bfc1cb1e>>. Acesso em 04/02/18.

⁵⁵ WAGNER, 1991 apud PICOLOTTO, 2016, p.71.

⁵⁶ WAGNER, C. Peter. **A Church Growth Perspective on Pentecostal Missions**. Called and empowered: Global mission in Pentecostal perspective, Baker Academic, Washington, 1991, p. 63-90

⁵⁷ WULFHORST, Ingo. **O pentecostalismo no Brasil. Estudos teológicos**, São Leopoldo, n. 1, v. 35, 2013, pp. 7-20.

Hoje o pentecostalismo é multidiverso e de difícil caracterização. Por aqui, o pioneiro na tentativa de definição do movimento pentecostal, foi o pesquisador Paul Freston, que o separou em três ondas. Embora alguns pesquisadores dividissem o movimento em dois grandes grupos de igrejas, a definição de Freston em 1993 foi a mais desenvolvida pelos pesquisadores. Essa classificação ordena a realidade, tornando-a inteligível e passível de análise. Contudo, tanto os tipos ideais como todo e qualquer aparato conceitual não correspondem a retratos literais ou fidedignos da realidade, sendo esta mais complexa.

Adiante segue um breve quadro sinóptico com as principais características encontradas na literatura da área.

Ressalta-se que ao dividir o pentecostalismo em vertentes, se demarcam genealogias, vínculos institucionais, principais características, e confrontam-se suas diferenças e semelhanças, sendo impossível, contudo, que essa tipologia abarque todo o universo religioso complexo⁵⁸ e generalizar todas as características como sendo sempre presentes em todas elas.

⁵⁸ (MARIANO, 1999, p.47).

Quadro 1: Fases do movimento pentecostal no Brasil	
1ª Onda do Pentecostalismo Brasileiro	
Igrejas: Congregação Cristã no Brasil (Santo Antônio da Platina/PR-1910) e Assembleia de Deus (Belém/PA – 1911). Início: Início do século XX Características: Também chamado de pentecostalismo clássico, sendo que no início seus fiéis possuíam um perfil socioeconômico baixo, com pouca escolaridade, discriminados pelo protestantismo histórico e perseguidos pela Igreja Católica, com grande inserção nas comunidades de imigrantes, sobretudo na comunidade italiana. Apresentam um forte anticatolicismo, crença na volta eminente de Cristo (paraousia), ênfase no dom de línguas, salvação paradisíaca, comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. As vestimentas e o padrão ético determinavam os tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo clássico sendo um sinal distintivo do uso de costumes de santidade pentecostais. Até 1950 rejeitavam qualquer comunicação em meios de comunicação de massa (rádio, TV, jornais) e se mantinham afastados da política organizada. Tal postura hoje se alterou na Assembleia de Deus que passou a se dessectarizar, mas não na Congregação Cristã no Brasil que ainda mantém irremovível no tradicionalismo, ainda que com pequenas alterações na área de usos e costumes. Por não manterem laços com outras igrejas protestantes que vieram antes, aprofundaram sua autoctonia, buscavam a simplicidade e se popularizam nas camadas mais pobres.	
2ª Onda do Pentecostalismo Brasileiro:	
Igrejas: Igreja do Evangelho Quadrangular (São João da Boa Vista/SP-1951), Igreja O Brasil para Cristo (São Paulo/SP-1955), Igreja Deus é Amor (São Paulo/SP-1962), Casa da Bênção (Belo Horizonte/MG-1964) Início: Anos 50 e início dos anos 60 Características: Centrados nas chamadas “Cruzadas Nacionais de Evangelização”, inicialmente coordenadas pelos missionários americanos Harold Williams e Raymond Boatright, ex-atores de filmes faroeste e vinculados à International Church of Foursquare Gospel, que, no Brasil tornou-se a Igreja do Evangelho Quadrangular. Essas trouxeram o evangelismo de massa com apropriação de mídias como rádio, TV, jornais, evangelismo itinerante em tendas de lonas, concentração em praças públicas, ginásios, teatros e cinemas. Com novos métodos de pregação e mensagens populares enfatizavam a cura divina, a cura de enfermidades, como “resultado da ação do Espírito”, libertação espiritual, bênção por imposição das mãos na cabeça, unção de óleo. Chamaram a atenção da mídia e foram acusados de charlatanismo e curandeirismo, mas com a popularização da mensagem atraíram muitos fiéis e pastores de outras denominações, causando a fragmentação denominacional do movimento pentecostal. Possuíam métodos novos e inseriram mudanças que se adaptaram ao estilo cultural da sociedade brasileira urbana, pois não carregavam décadas de tradição como as denominações clássicas, dessa forma conseguiram muitos fiéis em estratos sociais mais pobres, sobretudo nos migrantes nordestinos nas grandes cidades.	
3ª Onda do Pentecostalismo Brasileiro:	
Igrejas: Igreja Universal do Reino de Deus (Rio de Janeiro/RJ - 1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (Rio de Janeiro/RJ - 1980) Início: Anos 70 e início dos anos 80. Características: De difícil conceituação com diferentes nomenclaturas, é a vertente que mais cresce atualmente. Associada ao avivamento ocorrido a partir dos anos 60 em um contexto de industrialização e expansão urbana, modernização da comunicação, crise do catolicismo, crescimento da Umbanda e estagnação econômica dos anos 80. Suas características vão desde a manutenção das principais doutrinas do pentecostalismo, como dons, inspiração e batismo do Espírito Santo, libertação do mal, conversão, puritanismo de conduta e cura, até uma maior abertura nas representações sobre o corpo através da flexibilidade das práticas em torno da aparência, do comportamento sexual e do lazer, aumento do uso dos objetos mediadores do sagrado, ênfase na realização de milagres midiáticos com testemunhos públicos, exclusividade nos serviços e meios de salvação, ênfase em rituais emocionais associados à representação demoníaca dos males; uso intensivo de comunicação de massa com ênfase no rádio, televisão e sites. Combate às religiões de origem africana com ênfase no exorcismo na chamada “guerra espiritual contra o diabo”. Teologia da Prosperidade, com difusão da crença da prosperidade material como parte do exercício de fé religiosa e “desdemonização” do consumo e do dinheiro. Combinação de religião com marketing com “feições empresariais” e atuação com maior sensibilidade para entender os fiéis não somente os mais pobres. Abordagem de questões de fórum íntimo, propondo ruptura com o passado biográfico do sujeito. Igrejas dirigidas de forma a romper em certa medida com o antigo modelo congregacional majoritário no pentecostalismo e ampliação do poder decisório com um projeto de constante expansão, inclusive para fora do país.	
Fontes: FRESTON, 1993, p. 71-95, MARIANO, 1999, p. 29-30, PICOLOTTO, 2016, p. 79-81; ROSAS, 2015, p.50-62, e ORO, 2001, p. 62-79.	

Podemos apontar algumas idiossincrasias dessas definições. Enquanto, a Congregação Cristã no Brasil não se considera parte do pentecostalismo sendo tal definição atribuída pelos pesquisadores⁵⁹. Afirmando em duas ocasiões essa postura, em 1.988 na sua 53ª Assembleia: *“Não somos pentecostais, nem temos afinidades com quaisquer outros ramos evangélicos”*⁶⁰. E em 1.991 na 56ª Assembleia: *“Não somos pentecostais e nada temos a ver com o movimento pentecostalista. A Congregação não cobra dízimos de seus fiéis”*⁶¹.

Já a Renovação Carismática Católica (RCC), movimento católico apontado pelos pesquisadores como uma reação do catolicismo frente à perda de fiéis pelo pentecostalismo, reconhece a influência evangélica pentecostal na sua gênese, conforme trata Ari Pedro Oro e Daniel Alves, ao afirmar que o próprio documento de fundação sobre a Renovação Carismática Católica, coordenado por um dos seus líderes, Cardeal Suenens, em 1.974 assim declara⁶². A RCC partilha de muitas crenças comuns aos pentecostais, dentre elas a crença na existência de dons e curas pelo poder do Espírito Santo, além de uso das redes de comunicação, evangelismo popular e a organização para a disputa da esfera política.

É importante compreender que todas essas ondas do movimento pentecostal definidas mais ou menos pelo seu processo de formação e consolidação, convivem no agora concomitantemente e disputam espaços os mais diversos. As divergências e interações não são apenas entre as igrejas de cada onda do pentecostalismo, mas também entre os pentecostais/renovados, os protestantes tradicionais, e também com católicos carismáticos.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.blogdomario.com/2009/07/centenario-da-congregacao-crista-no.html>> e <<http://www.santovivo.net/gpage291.aspx>>. Acesso em 03/06/2018.

⁶⁰ Idem 67.

⁶¹ Cabe destacar que a visão sobre o que seja o movimento pentecostal para a Congregação assume significação distinta sobre o que aqui atribuímos como movimento pentecostal. Enquanto na primeira passagem a denominação responde à críticas da imprensa que a colocaram como dissidente da Igreja Assembleia de Deus: “Um dos jornais da cidade de São Paulo publicou um artigo no qual menciona que a Congregação se originou de dissidentes da seita Assembleia de Deus. Não é verdade e se faz necessário contestar isso publicamente. Também não é verdade que a Assembleia de Deus tenha se originado de pessoas que se afastaram da Congregação”. Já na segunda passagem também responde á críticas da imprensa sob o mesmo argumento: “Em artigo publicado pela Revista Veja a Congregação foi arrolada como pertencente ao grupo pentecostal e cobradora de dízimos. Não somos pentecostais e nada temos a ver com o movimento pentecostalista”.

⁶² ALVES, Daniel; ORO, Ari Pedro. **Renovação Carismática Católica e pentecostalismo evangélico: convergências e divergências**. Debates do NER. Porto Alegre. Ano 17. n.30. 2016. p.224

Assim, nosso interesse se volta agora para o pentecostalismo na sua atuação na política, daqui adiante abordaremos essas tradições retratadas anteriormente no contexto histórico de participação na política representativa.

1.5. A mão dupla da religião na política

Em 15 de junho de 1.977, o então Deputado Federal Edgar Martins do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), discursa na Tribuna, na véspera da aprovação da Emenda Constitucional nº.9 que regulamentaria o divórcio no Brasil, o seu “Divórcio - Declaração de Voto I”⁶³ onde defende que o *“divórcio nunca será para os que são unidos por Deus”*, mas que *“a adoção do divórcio não nos obriga a usá-lo”*, e ressalta que *“a Igreja Católica, que hoje invoca o texto bíblico para combater o divórcio, em 1.890 invocava a mesma Bíblia para combater o casamento civil”* e que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é signatário, garantiria o direito ao divórcio⁶⁴.

Já em seu “Declaração de Voto II”, lamenta *“a ausência de outras correntes religiosas na discussão pública do tema divórcio”* já que seria de todo importante *“superar a impressão que fica de somente pertencer à Igreja Católica Apostólica Romana o direito de pensar e manifestar”* para ele, *“de certa forma impondo seu pensamento ao Congresso Nacional”*⁶⁵.

O deputado, destacado cantor gospel, foi um dos pioneiros evangélicos de matriz pentecostais eleitos⁶⁶, seus discursos representavam em parte, a visão de mundo de um público minoritário, tanto em termos de representação política quanto em termos de quantidade de seguidores na população à época.

Certamente, ao defender a aprovação da emenda, o Deputado Edgar Martins não se guiou pelos princípios religiosos pessoais, uma vez que a denominação religiosa em

⁶³ Outros discursos proferidos: “Desquite... um Mal” de 11 -05-1.977. “Divórcio não é Solução, mas Desquite é Flagelo” de 19-05-1.977.

⁶⁴ MARTINS, Edgar. Divórcio – Declaração de Voto – I. Discurso pronunciado na Sessão de 15-06-1977. Encontrado em: **Ensino, Religião, Divórcio, Transportes**. Discursos pronunciados e requerimentos apresentados pelo Deputado Edgar Martins. Câmara dos Deputados, p. 91-92. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília – 1.977

⁶⁵ MARTINS, Edgar. Divórcio – Declaração de Voto – II. Discurso pronunciado na Sessão de 15-06-1977. Encontrado em: **Ensino, Religião, Divórcio, Transportes**. Discursos pronunciados e requerimentos apresentados pelo Deputado Edgar Martins. Câmara dos Deputados, p. 109-110. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília – 1.977

⁶⁶ Movimento apenas iniciado em 1.961 com a eleição de um deputado da Igreja O Brasil para Cristo

que frequentava não convalidara a prática do divórcio⁶⁷. Estava antes, se mobilizando politicamente para apontar a hegemonia católica nas discussões públicas do assunto. Uma postura orientada por uma estratégia política liberal como forma de oposição à influência católica e que ao mesmo tempo buscava dar visibilidade e aumentar as vozes de outros debatedores.

Se traçarmos um mapa hipotético mostrando a atuação dos representantes evangélicos pentecostais na esfera política no decorrer da história, veremos que até 1.950 não adentravam na política institucional. Esse período conflui com a 1ª fase do pentecostalismo, cujas principais características eram o ascetismo e rejeição ao mundo externo, com ausência nos meios de comunicação de massa (rádio, TV, jornais) e da política organizada. Para os pentecostais desse tempo, a atuação interna à comunidade crente é mais valorizada que a articulação externa na política. Em um contexto de pobreza e graves desigualdades sociais, contemplavam mais o auxílio assistencial dos fiéis, com a criação de mecanismos de assistência⁶⁸.

A atuação para fora da comunidade visava a expansão da mensagem pregada através das “missões evangelistas”. Com a chegada de novos missionários e o desenvolvimento de novas mídias de comunicação, opera-se uma diferenciação interna no pentecostalismo clássico e a consolidação da 2ª onda pentecostal. O discurso do Deputado Edgar Martins, demonstra exatamente esse recorte temporal, quando pentecostais passaram à política representativa e a atuar nos veículos de comunicação, algo já visto no catolicismo desde os anos 30⁶⁹. Nessa fase, projeta-se um desenvolvimento incipiente na política representativa, com a eleição de representantes pentecostais solitários a partir de 1.961. Somente a partir do fim dos anos 80, mais representantes pentecostais serão vistos.

As décadas de 80 aos anos 90 e 2000 marcam a passagem de uma participação política pequena para um aumento de religiosos pentecostais na disputa eleitoral. Isso foi possível, além da consolidação de novas estratégias de acesso à população brasileira pelos meios de comunicação em massa, pelas mudanças no cenário político brasileiro.

⁶⁷ A Convenção das Assembleias de Deus no Brasil decidiu em 1.995 em sua 32ª Assembleia Geral acolher o divórcio nos casos de infidelidade conjugal e crimes hediondos devidamente comprovados. Já a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério Madureira assim também procedeu em 2018 com o acréscimo da situação de abandono emocional e espiritual do relacionamento

⁶⁸ Como o “Ministério da Piedade” da Congregação Cristã no Brasil cuja função é amparar os mais pobres.

⁶⁹ PRATA, LOPES, CAMPELO, 2014, p.4

A transição do Regime Militar marcou uma abertura democrática a novos atores políticos, dentre eles os evangélicos pentecostais⁷⁰. Dos anos 2000 em diante caracterizam o período atual, marcado pela expansão dos fiéis, formação das bancadas religiosas e maior visibilidade pentecostal na busca pela hegemonia política. Nesse período amplia-se também as parcerias do Estado com entidades civis e assistências evangélicas, aumentando essa participação em outras esferas⁷¹.

É interessante ressaltar que esta dinâmica ocorre concomitante ao processo de secularização no país, assim que esta linha do tempo aqui narrada sugere uma mão dupla. Por um lado, o avanço da secularização pelo declínio religioso na esfera pública com a diminuição da hegemonia político-cultural católica e, por outro, pela expansão do “pentecostalismo político”.

Essa dupla característica sugere que no Brasil, se é certo que o processo de secularização avança para a retirada do sagrado da esfera pública, há também uma entrada de novos simbólicos religiosos diluídos na política, e estes são posições constitutivas do panorama de atuação da religião na política do presente.

Abaixo sistematizamos em uma linha do tempo, a atuação dos pentecostais na política, levando em conta a presença e eleição de representantes no poder legislativo com o passar dos anos. Cruzamos nessa linha a distinção sobre as fases do movimento pentecostal e as principais características em âmbito político que as marcam.

Quadro 2: Linha do Tempo do Pentecostalismo Político

LINHA DO TEMPO DO PENTECOSTALISMO POLÍTICO							
Fase	1ª onda pentecostal		2ª onda pentecostal		3ª onda pentecostal		
Décadas	1.910-1.950	1.950-1.960	1.960-1.970	1.970-1.980	1.980-1.990	1.990-2.000	2.000- adiante
Participação Política	Nula	Incipiente		Ingressante		Consolidação	Expansão
Característica	Rejeição ao mundo externo	Eleição de representantes solitários		Eleição de mais representantes		Formação de bancadas	Busca por hegemonia

Fonte: Elaborado pelo autor

Agora adentraremos a exposição sobre os perfis políticos e sociais dos evangélicos no presente, com a explicitação de perfis de ordem econômica, social e política da

⁷⁰ Os evangélicos começam a ganhar visibilidade no cenário político a partir da Assembleia Constituinte.

⁷¹ Para o sociólogo da Universidade de São Paulo, Dr. Ronaldo Mariano, “a esquerda abriu espaço e legitimou os evangélicos na política”. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html>. Acesso em 05/03/2017.

população que se declara evangélica nas pesquisas mais recentes sobre as configurações sociais dos brasileiros. Dado a diversidade desses perfis, nosso interesse será inicialmente em dados gerais oferecidos pelo último Censo do IBGE de 2010, para depois inserirmos outras informações importantes vistas em recentes pesquisas (2017) sobre os evangélicos pentecostais na periferia de uma grande metrópole brasileira. Pretendemos com isso, trazer mais informações sobre os atores políticos que são representados e não apenas dos que falam em nome desse público.

1.6. Os evangélicos e os pentecostais na atualidade: perfis políticos e sociais

O Censo de 2010 aponta que os pentecostais continuam sendo a opção dos pobres e marginalizados, embora não apenas deles. 63,6 % dos que se identificam como pentecostais estão em domicílios com uma renda per capita igual ou menor ao salário mínimo, esse índice é um pouco maior do que os 55,8% dentre os católicos, 48,2% dos evangélicos de missão e 52,4% dos evangélicos para os quais não há informações sobre sua denominação⁷².

Apresentam o perfil de mais mulheres do que homens (55,6%) e a idade mediana menor quando comparado aos demais grupos religiosos (27 anos). É o grupo religioso que reúne a população de menor status social. Apenas 4,1% dos pentecostais possuem nível superior completo, menos da metade que a média brasileira (9,3%) e menos que um terço dos evangélicos de missão (12,5%).

Também possuem percentual ligeiramente menor (25,5%) que a média nacional (26,2%) de membros com ensino médio completo ou superior incompleto⁷³. Há, contudo que se destacar que *caso existam diferenças entre católicos e evangélicos no que se refere ao padrão de comportamento político e eleitoral, elas não poderão ser atribuídas ao nível educacional, e vão estar mais conectadas com diferenças de socialização religiosa*⁷⁴.

⁷² MARIZ, Cecília L. GRACINO JR, Paulo. **As igrejas pentecostais no Censo de 2010** in TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 170.

⁷³ Idem, p.172

⁷⁴ BOHN, 2004, p. 305

Quanto à raça e etnia, 57% dos pentecostais são negros (8,45% de pretos e 48,9% pardos) e 41% são brancos enquanto no total da população brasileira são (43,4% de pardos e 7.52% de negros). *Em outras palavras, o pentecostalismo no Brasil é majoritariamente uma religião de negros, embora “apenas” 15% dos negros brasileiros sejam pentecostais*⁷⁵⁷⁶.

Esse perfil étnico-racial apresenta algumas interessantes idiossincrasias:

Na pesquisa Juventude, Juventudes (Unesco) entre jovens de várias religiões, foram os jovens pentecostais que declaram sofrer preconceitos na escola, no espaço público e na família, nesta ordem. Comparando respostas de jovens negros que se declaram adeptos das religiões afro-brasileiras com jovens negros pentecostais, percebe-se uma diferença. Indagados sobre o principal motivo de discriminação que já sofreram, os primeiros identificam a cor da pele, reafirmando a insistente presença do racismo nesta sociedade de passado escravocrata já os segundos citaram sua religião pentecostal (...) Interessante notar que, segundo a mesma pesquisa, os ateus também afirmam sofrer preconceitos na escola e se sentem incomodados pela proximidade de pessoas de outras religiões (FONSECA & NOVAES, 2017 apud LEWGOY, págs.185-187, **grifos nossos**).

Essa informação sugere que a temática religiosa assume uma posição central na autopercepção dos jovens brasileiros, mais importante inclusive que a temática racial para os jovens evangélicos e os jovens ateus entrevistados.

Para analisar perfis, temos a pesquisa “Percepções e Valores políticos nas periferias de São Paulo em 2017” da Fundação Perseu Abramo⁷⁷ que traça um perfil político-religioso dos pentecostais e neopentecostais na periferia da cidade de São Paulo trazendo importantes apontamentos a serem aproveitados nesta pesquisa. Para esta investigação, a religião atuaria em três funções principais na periferia de São Paulo:

- 1) Fornece principal espaço de sociabilidade, que dá sentido de comunidade, de pertencimento e acolhimento, constituindo uma rede de apoio e solidariedade:** destaca-se aqui a importância comunitária da religião na periferia. A carência de equipamentos gratuitos de lazer na periferia faz com que a programação das igrejas sirva como atraente para o tempo livre.
- 2) Dá orientação moral:** dá estabilidade, uma conduta de vida racional, disciplinada e afastada da criminalidade.
- 3) Funciona como “selo de honestidade e idoneidade”:** demonstra para os outros que você tem bons valores, que escolheu o caminho correto.

⁷⁵ ABUMANSUR, Edin Sued. Periferias, religião e política. Análise de pesquisa. Publicado em: 01/06/2017. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/2017/06/01/periferia-religiao-politica/> >. Acesso em 04/06/2018.

⁷⁶ Idem 76

⁷⁷ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos nas Periferias de São Paulo**. Partido dos Trabalhadores, 2017, disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-3009.pdf> > acesso em: 04/06/2018.

Essas funções são favorecidas pelo estabelecimento de conexões mais próximas e menos mediadas entre a esfera pessoal das pessoas e as igrejas. A presença de líderes e obreiros no cotidiano conduz a uma relação menos mediada e mais integradora das relações humanas. Enquanto procuram sempre por espaços em que se sintam bem, acolhidos e confortáveis.

Há que se destacar que essa relação marca uma característica fundamental do neopentecostalismo: a rotatividade entre as igrejas. Os religiosos na periferia de São Paulo entendem que há maior relevância no papel organizativo das igrejas em detrimento do conteúdo. Contudo, esse relacionamento conduz a distintos laços de reconhecimento. Para começar, os religiosos apresentam um “caldo cultural ideológico” muito diverso. Há multiplicidade de visões, posições e posturas críticas em relação à religião e permeabilidade a outras narrativas em circulação na sociedade.

A pesquisa demonstrou que ser adepto de uma religião não necessariamente se reverte na adesão plena a um conjunto específico de valores conservadores religiosos que irão, automaticamente, orientar ou se fazer refletir nas escolhas eleitorais. Uma vez que os discursos não são absorvidos em blocos monolíticos e rígidos, havendo espaços de permeabilidade a outras visões e narrativas. Por isso mesmo, a racionalização acerca da política não segue a lógica do espectro ideológico que vai de direita à esquerda. Os julgamentos flutuam em zigue-zague, de posições mais conservadoras as mais progressistas dependendo do assunto abordado⁷⁸.

A Fundação aponta ainda que tudo o que concerne à vivência concreta na cidade tende a ser cobrado das prefeituras e o que diz respeito a questões mais macro e abstratas para a Presidência da República, isentando o governo estadual. Mas, não parece ser na essência um voto conservador, mas um voto que se orienta mais por uma relação de proximidade do que por um sentido/motivação ideológica conservadora. O voto seria para uma pessoa que está ali, compartilhando, que está próximo, que tem algo em comum, alguma identidade. E, portanto, os neopentecostais ganham destaque, pois proporcionam uma relação mais direta com a religião. *É antes uma visão mais liberal na medida em que atribuem à suposta crise ética da sociedade a um problema de ordem individual que se resolveria pela educação no âmbito privado (familiar) e não a um problema estrutural.*

⁷⁸ FPA, 2017

Nessa pesquisa, também foi possível perceber *críticas dos neopentecostais em relação à fé e à palavra do líder religioso*, sendo uma das conclusões do estudo a premissa de que *a maioria dos neopentecostais se opõe à ideia de um líder religioso se candidatar a cargos políticos, assim como à discursos de políticos em espaços religiosos*. Este posicionamento crítico se dá menos por um princípio de *‘laicidade’ do Estado e mais pelo medo de que a política “suje/contamine” os espaços religiosos*. Sendo recorrente o tratamento com desconfiança de quem se envolve com a política, como se fosse impossível um religioso estar nesse campo sem se render e participar da corrupção.

Por outro lado, alguns religiosos, sim, tenderiam a aprovar essa “mistura”, pois homens religiosos poderiam moralizar os espaços políticos e ainda, a maioria não apresentaria resistência contundente em votar em políticos que o líder religioso indicasse ou em políticos que frequentam o mesmo espaço religioso que eles. Esse já é um conhecido apontamento dos pesquisadores da área, a máxima de “Irmão vota em Irmão”.

Certamente que essa pesquisa da FPA não tem caráter generalista a ponto de representar as vivências e perspectivas políticas de todos os pentecostais brasileiros. Contudo, dado ao perfil de análise, é possível atribuir muitas similaridades entre a realidade da periferia desta megalópole urbana (São Paulo) com as periferias de outras grandes cidades brasileiras, inclusive Belo Horizonte. Uma vez que assim como São Paulo, as dinâmicas de inclusão e exclusão do acesso à cidade soam semelhantes, e onde igualmente o neopentecostalismo atua com mais força quando comparado às cidades pequenas e médias, cujos pentecostais são majoritariamente de primeira ou segunda geração.

Nas cidades maiores parece estar configurada também uma outra dinâmica com os evangélicos “não determinados”⁷⁹. *Em Belo Horizonte, 25% da população se declara evangélica, contra 40% de Ipatinga, no interior de Minas; no entanto, o grupo “evangélico não determinado”, é em Belo Horizonte o dobro do que é registrado para Ipatinga (28% contra 19%), este cenário se repete em todo país*⁸⁰.

Quanto à representação eleitoral é nítido um aumento desse segmento na política partidária. Embora no Congresso Nacional, a representação de parlamentares

⁷⁹ Alguns pesquisadores apontam que os “evangélicos que não declaram sua denominação estão em um patamar intermediário entre os pentecostais e de missão, sugerindo que esse grupo pode ser uma mistura desses dois outros” (Mariz e Gracino Jr., 2013, p. 155).

⁸⁰ MARIZ, Cecília L. GRACINO JR, Paulo. **As igrejas pentecostais no Censo de 2010** in TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 166

evangélicos se manteve abaixo⁸¹ de 14%, valor bem inferior à porcentagem dos evangélicos na população nacional (22%).

Embora essas pesquisas recentes demonstrem que os pentecostalismos não conduzem necessariamente a uma visão uniforme sobre a política e que possuem perfis sociais e econômicos que os vinculam aos mais desfavorecidos e historicamente mais distantes na representação eleitoral, tais especificidades não são levadas no cômputo nas discussões públicas sobre a atuação dos representantes evangélicos na política. Sobretudo quando recebem sozinhos a crítica de estarem presentes na representação política⁸².

Nosso esforço até aqui foi o de inserir o debate das disputas sobre a hegemonia da religião na política, sendo que esta foi tradicionalmente dominada pela Igreja Católica, e, na medida em que o perfil político-social dos pentecostais se modifica, esse espaço passa a ser cada vez mais disputado e aberto a novas identidades.

A seguir nos transportamos para outro ambiente, para o espaço onde essa pesquisa se realizou: o cotidiano da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Nesse ambiente demonstramos que a presença religiosa não se inaugura com a chegada dos evangélicos na política, mas antes, permeia os espaços da simbologia, dos gabinetes e do ambiente onde realizamos nossa pesquisa de campo e vai muito além de uma única expressão religiosa.

Assim, no próximo capítulo, apresentamos a constância do institucional e do sagrado em variadas intersecções e isso nos desafia a pensar sobre as fronteiras entre essas esferas. Nele, vemos como a política secular, com seus ritos próprios, não se dissocia do sagrado enquanto expressão mítica e nem do sagrado como ética religiosa.

O debate sobre o institucional e o político nos leva a contestar as diferentes posturas que elegem a esfera privada como o marcador de limitação da atuação da esfera religiosa. As diversas interações na Câmara revelam, ao contrário, múltiplos sentidos de pertencimento religioso e de filiações políticas que não são apenas constitutivos da esfera privada, mas são indissociáveis da sua dimensão também na esfera pública. Assim que o contingenciamento da esfera religiosa no âmbito privado exigiria uma separação estanque

⁸¹ Informação obtida através da conversão do número de congressistas da 55ª Legislatura do Congresso Nacional que se declaram evangélicos em relação ao total de congressistas.

⁸² Evidentemente que essa presença também vem acompanhada dos excessos da atuação de muitos dos seus membros, mas aqui nos referimos à crítica que enxerga grave ameaça ao Estado de Direito à mera participação de evangélicos na política.

dessas esferas que não se visualiza na vivência cotidiana da CMBH. Ademais, essa postura assumiria graves restrições às liberdades políticas, sobretudo de consciência e religiosa, contribuindo para a limitação da liberdade de expressão de minorias religiosas.

Adiante vemos essas considerações através da narrativa dos corredores da CMBH e seus marcadores simbólicos. Ali vemos que a perda da hegemonia do catolicismo trouxe consigo a emergência de uma ética religiosa inter-denominacional como estratégia para a hegemonia política nesse ambiente. DE Estando agora os evangélicos pentecostais como novas forças principais das disputas na política.

CAPÍTULO 2: O INSTITUCIONAL E O SAGRADO

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Às 15 horas do dia 1º/11/17, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador [REDACTED], sendo secretária a vereadora [REDACTED], reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente abriu a reunião e, após a leitura, pela vereadora [REDACTED], de um versículo das escrituras sagradas, pronunciou as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos"⁸³

A ata acima relata uma reunião ordinária em que esteve este pesquisador, e dado à sua limitação formal, não descreve os bastidores e o contexto envolto, assim que é interessante narrar que a obrigação legal⁸⁴ de ler um versículo bíblico é usualmente cumprida pelo vereador indicado pelo presidente da sessão plenária. Recorrentemente é cumprida pelos vereadores religiosos. Nesta reunião especificamente, o presidente (evangélico), convidou o E21 (sem religião) para a leitura da Bíblia, causando surpresa e risos entre os presentes⁸⁵. A cena transcorreu com o E21 subindo ao púlpito e elegendo a passagem de Salmos 68:19 da Bíblia Versão Católica: *Aproximai-vos de minha alma, livrai-me de meus inimigos*. Causando mais sorrisos entre o público presente.

Essa cena é um relato de uma breve interação de um símbolo da esfera religiosa no cotidiano da Câmara, representa um momento de descontração, embora não menos político e de um “olhar metonímico” sobre as disputas na CMBH. Por um lado a atitude do presidente evangélico remete a um desafio provocativo para a eleição de uma passagem bíblica pelo E21 (sem religião) que em poucos minutos elegeu uma passagem bíblica também em tom provocativo e muito sugestivo das disputas entre os vereadores religiosos e não religiosos naquele espaço.

Não tem, contudo, condão de explicar outras disputas que ali ocorrem, sobretudo porque os símbolos religiosos se entrelaçam na margem entre o institucional e o sagrado.

⁸³ Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-reunioes/2c907f765ecd6939015ecf310c6002df>>. Acesso em 13/05/2018

⁸⁴ Estabelecido pelo Art. 13, §3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte (Reorganizado, quanto à numeração, pela Resolução nº 2.013 de 23/7/1.996). Que diz: § 3º - Após abrir a reunião, o presidente convidará um vereador para, da Tribuna, fazer a leitura de um versículo das escrituras sagradas e, em seguida, pronunciará as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos", seguindo, a partir daí, a ordem dos atos prevista no art. 15".

⁸⁵ A cena pode ser vista em vídeo. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeo/reuni%C3%B5es/91%C2%AA-reuni%C3%A3o-ordin%C3%A1ria-01-11-2017>>. Acesso em 13/05/2018.

Mas é uma boa alegoria para iniciarmos o debate sobre como símbolos religiosos permeiam as falas, o imaginário coletivo e a estética do ambiente político na CMBH.

Remetemos ao institucional em referência às práticas formais sobre a institucionalidade e as disputas legais da política municipal. As articulações sobre os projetos de lei compreendem o espaço institucional. As mobilizações e atuações das bancadas também. Até as estratégias sobre o que é politicamente mais mobilizador entre os vereadores o definem. Adiante veremos, por exemplo, como as mobilizações em torno das apresentações de projetos de lei definem as alianças pela institucionalidade. Mas disputas sobre e (n)o (espaço) institucional se relacionam também com o religioso.

Aqui nos valendo dos debates de Weber⁸⁶, definimos que o religioso se apresenta, por um lado, com a forte presença do sagrado e por outro, por uma atuação política que aciona uma ética religiosa individual. O primeiro, “sagrado mítico”, é diluído nas diversas subjetividades, como expressão de fé variada e espontânea e se faz representar nos símbolos materiais individuais e também coletivos. Já o segundo, também há presença do sagrado, mas como expressão de uma ética de atuação.

Nesse caso, o espaço religioso pode assumir um caráter de autoridade, uma encarnação de valores e de representação de poder visando normatizar relações políticas. Vimos por exemplo, gabinetes com ausência de símbolos do sagrado religioso E11 (evangélico), cujo entrevistado acionou recorrentemente uma ética religiosa nas suas fundamentações. Ou ao contrário, um ambiente repleto de símbolos do sagrado mítico, mas cujas fundamentações dos entrevistados não acionaram uma ética religiosa aparente E21 (sem religião) e E29 (sincrético).

Nesse capítulo, inserimos um diário de campo e apresentaremos a constância dessa dualidade do religioso, ora como expressão do sagrado mítico e ora como ética religiosa bem como também sua inter-relação com o político e o institucional. Embora não rigidamente planejada, as falas, os símbolos e as interações narradas servirão como um mapa, uma projeção limitada desses espaços. O diário de campo teve o objetivo de registrar diálogos de bastidores, símbolos, marcadores do espaço, interações entre assessores, funcionários, público externo, buscando trazer parte do imaginário comum observado no cotidiano. Seria possível apontar uma racionalidade comum a estes representantes? Seria possível congregá-los em blocos unitários em razão do seu credo?

⁸⁶ Aqui nos inspiramos nos debates de Max Weber sobre desencantamento do mundo, magia e ética religiosa (WEBER, 1991)

2.1. A simbologia

Figura 1: Vista da entrada da Câmara Municipal de Belo Horizonte:



Fonte: Imagem retirada da internet⁸⁷

⁸⁷ Disponível em: <http://mapio.net/s/30137181/>. Acesso em: 12/01/2018

Logo na entrada, a portaria principal da Câmara Municipal de Belo Horizonte, revela uma mirada para os fundos da Igreja de Santa Tereza (figura 1) construída a muitas mãos no início do século passado⁸⁸ repousando na mesma paisagem o religioso e o político: uma bela alegoria imagética da concomitância dessas esferas no contexto histórico do país, marcado pelo catolicismo.

Na entrada, a imagem da Virgem Maria repousa em um oratório (figura 2). A leitura obrigatória da Bíblia em sua versão católica, em cada sessão marca obrigatoriamente o início solene e formal dos trabalhos. Para quem passa apressadamente nos corredores, lideranças comunitárias, funcionários e transeuntes caminham entre os gabinetes cinza anunciando uma organicidade aparente e ordenada.

Em um olhar apressado, os diversos símbolos religiosos interagem e mesclam nessa paisagem apenas como componentes estéticos, como itens que compõe a cena, sem legendas, hipoteticamente não contando nada além da composição do espaço.

Esse cenário é desfeito ao adentrarmos no cotidiano e na rotina da Casa do Legislativo Municipal e obsevamos quais os objetos, símbolos e adornos compõe o espaço, visualizando neles posições que conferem sentidos à realidade.

Não por menos, um dos maiores apontamentos do diário de campo foi a grande diversidade dos objetos e símbolos percebidos nos gabinetes e nas áreas comuns. Nesse ínterim, citaremos os de natureza político-ideológico; de convivência e regras de conduta; símbolos familiares e pessoais, e símbolos religiosos. Estes últimos são aqueles reconhecidos pela esfera religiosa como objetos de representação, de veneração e expressão do sagrado⁸⁹⁹⁰⁹¹.

Pela própria natureza não exaustiva dessa pesquisa, não foi possível aferir com minúcia todos os símbolos na CMBH e suas significações, assim que o relato será evidentemente daqueles símbolos percebidos dentre julho de 2017 a janeiro de 2018 nos gabinetes visitados e nas áreas comuns.

⁸⁸ Para saber mais sobre a história da Igreja Matriz de Santa Teresa e Santa Teresinha, favor consultar: <http://santacultura.com/paroquia/historia.php>; Acesso em 22/12/2017.

⁸⁹ Sobre esse assunto, consulte: GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

⁹⁰ Nem todos os símbolos que remetem à esfera religiosa são necessariamente venerados, podendo ser simbolicamente percebidos apenas como expressão cultural.

⁹¹ Para esta investigação, contudo, consideramos como símbolos religiosos todos aqueles integrantes de alguma tradição religiosa cujo reconhecimento se opere em alguma instância. Assim, hipoteticamente, um pão só se torna um símbolo sagrado quando reconhecido como tal em uma celebração eucarística.

A simbologia do sagrado cristão é majoritária dentro dos gabinetes, embora encontramos símbolos religiosos não cristãos e sincréticos como no E21(sem religião) e E29 (sincrético). Nas áreas comuns, as simbologias são majoritariamente católicas, como imagens de santos e a própria Bíblia do Plenário, outros símbolos religiosos percebidos:

- Crucifixos: E20 (católico) (figura 3)
- Orações: “Oração da Mulher Virtuosa que edifica a Família”: E39 (evangélico), “Oração de Gratidão, Luz e Amor para Tupanawaku” E21 (sem religião), E29 (sincrético) (figura 5).
- Bíblias: diversos, dentre eles: E03, E11, E12 (evangélicos), Plenário.
- Imagens de santos e patronos: diversos, dentre eles: E02 (ateu), E10 (católico), E23 (cristão não denominacional).
- Revistas religiosas na recepção: diversos, dentre eles: E12 (evangélico), E24 (evangélico).
- Calendários, cartazes, folders, panfletos bíblicos: diversos, dentre eles: E07 (evangélico).

Chamou atenção ainda a presença religiosa em outros locais, como cartões de apresentação e até em cadastro interno de visitas que perguntava sobre qual a igreja e o líder religioso/pastor do visitante (figura 4).



Figura 2: Oratório no 2º andar da CMBH



Figura 3: Crucifixo - E20

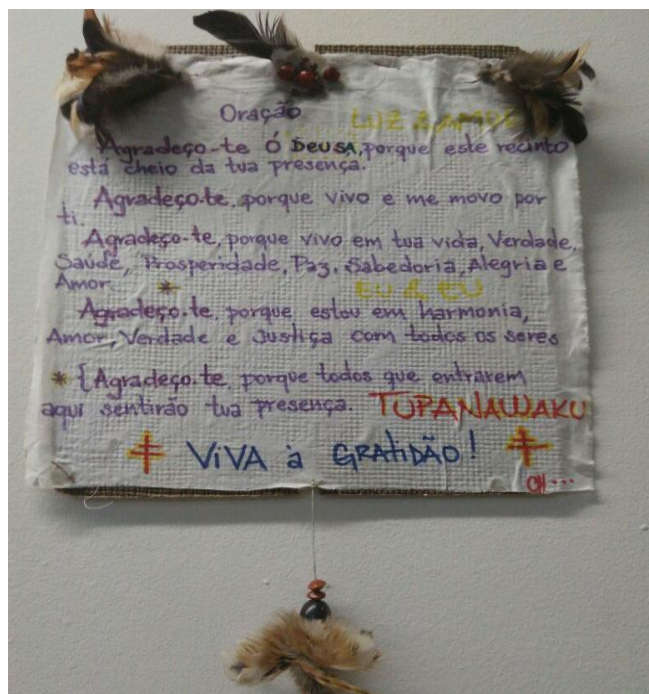
Figura 4: Cadastro - E11. Descrição: Cadastro interno onde se pergunta: “É pastor? É líder? Nome da Igreja?”

Figura 5: Oração de Gratidão, Luz e Amor para Tupanawaku – E21/E29.

Formulário de cadastro interno com os seguintes campos:

- Nome completo: _____
- É pastor(a)? _____ É líder? _____
- Nome da igreja: _____
- Site próprio: _____
- Face book: _____
- E-mail: _____
- Telefones: Fixo casa () _____
- Fixo trabalho () _____
- Celular () _____
- Celular () _____
- Endereço de contato _____
- Endereço (Rua, Av) _____
- Nº _____ complemento: _____
- Bairro: _____ Cidade: _____
- Estado: _____
- CEP: _____
- Referência do endereço: _____

Outras informações adicionais e importantes do filiado:
(anotações a serem feitas no verso da folha)



Fontes: Elaboradas pelo autor

Outros objetos e símbolos também foram observados nos gabinetes, como bandeiras e símbolos partidários, embora estes últimos com pouca presença, além de símbolos em defesa de pautas do meio ambiente, defesa do funcionalismo público, defesa de animais, dentre outras pautas.

- “Pátria Livre, Venceremos! Viva Cuba, Viva Fidel”: cartazes com slogan semelhante foram observados em 3 gabinetes E01, E02 (ateus) e E10 (católico).
- Cartazes em defesas de pautas políticas como defesas de minorias E21 (sem religião) e E29 (sincrético) (imagem 6 e 7), defesa do meio ambiente E09 (católico), defesa de animais E23 (cristão não denominacional), defesa do funcionalismo público E33 (evangélico), defesa da amamentação E01 (ateu), etc.

Cabe destacar a presença conjunta de símbolos religiosos e símbolos político-partidários, como no caso do E02 (ateu), cujo gabinete mantinha cartazes partidários e imagens de devoção católica ou E21 (sem religião)/E29 (sincrético) com cartazes em defesa de minorias junto à “Oração de Gratidão, Luz e Amor para Tupanawaku”(figura 12).

Figuras 6 e 7: Símbolos políticos-ideológicos no Gabinete/E29.



Descrição: Figura 6: Cartaz 1: #maconhasemvergonha; Cartaz 2: #animais&verdes; Cartaz 3: #transformandorealidades; Cartaz 4: #todosos povos. Descrição Figura 7: Bandeira do PSOL50.

Fonte: Elaborada pelo autor

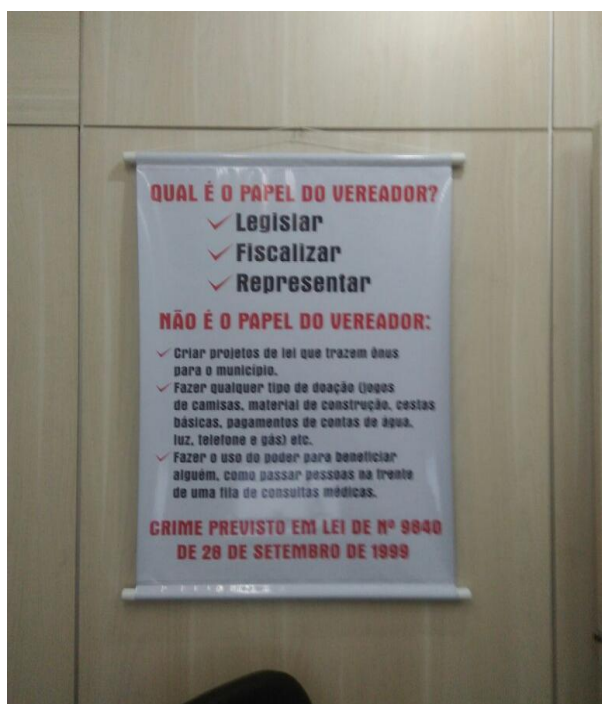
Cabe destacar que a simbologia partidária é apenas mais uma das composições vistas nos gabinetes e não foram vistos com muita incidência.

Outros símbolos atinentes à convivência e regras de condutas também foram encontrados, eles remetem sobre a dinâmica de atendimento ao público e de funcionamento dos espaços.

Assim, mensagens, cartazes e avisos sobre a organicidade interna, bem como de desejo de boas-vindas, informativos de atendimento, e publicidades sobre a atividade parlamentar também foram encontrados em muitos gabinetes.

- “A casa é sua” E04 (espírita),
- “Seja bem-vindo” (diversos gabinetes),
- “Funções dos vereadores” E09 (católico), E18 (evangélico) (figura 8).
- Horário de atendimento (diversos gabinetes)
- Fundamentos da administração pública E12 (evangélico)

Figura 8: Cartaz no Gabinete E09 –



Fonte: Elaborada pelo autor

De sorte que outros objetos, símbolos familiares e pessoais também são comuns nos gabinetes, sobretudo representações sobre a família, recordações pessoais bem como uma notável presença de diplomas e exposição de honrarias individuais.

- Fotos pessoais e familiares: E15 (católico), E05 (católico)
- Diplomas pessoais/ diplomação na justiça eleitoral: E17 (evangélico), E25 (não declarado).

A presença de objetos e símbolos familiares torna o ambiente físico menos formal. É visto na maioria dos gabinetes e “pessoaliza” a percepção do espaço.

Destaca-se ainda a significativa presença de nomes que remetem a alguma atuação ou estabelecimento como (x da Ambulância – 3 vereadores), (x da farmácia/drogaria – 2 vereadores), (x do depósito), (x do sacolão), (x da autoescola), nomes que refletem sua atuação pessoal e/ou profissional anterior e atual⁹² que de alguma forma se vinculou na sua exposição pública ao eleitorado.

Esses símbolos são ainda, traços distintivos das suas trajetórias políticas. Uma curiosa relação se observou entre dois dos três vereadores com o apodo de “x da ambulância” quando, em entrevistas distintas, reivindicavam a representação desse

⁹² O entrevistado E16 (católico) esteve vestido com o uniforme de socorrista de ambulância na entrevista concedida e afirmou trabalhar com essa vestimenta.

“segmento”. O primeiro deles definindo-se como o primeiro a trazer tal apodo e, o segundo, indicando possuir a maior votação. Cada um justificando-se sem conhecer a posição do outro. Cabe ressaltar que o terceiro vereador com tal apodo foi convocado após o período de entrevistas por ocasião do afastamento judicial do E31 (não declarado) e portanto, não contamos com suas posições.

Também encontramos aqueles vereadores cuja herança política veio do seio familiar, nesse caso com grande presença de vereadores católicos, como os E10 (católico), E16 (católico), E20 (católico), E30 (católico), além de E40 (evangélico).

É possível complementar que alguns gabinetes demonstraram pouca ou nenhuma simbologia visual aparente, apresentando basicamente a estrutura padrão despida de adornos, dentre eles: E11 (evangélico), E13 (sincrético), E28 (sincrético), E06 (católico), E35 (católico).

2.2. O que nos contam os gabinetes:

Como parte das anotações do diário de campo, este pesquisador registrou interações aleatórias observadas durante a investigação, sobretudo nos gabinetes. São relatos de experiência que demonstram o ambiente da CMBH, como foram as entrevistas e trazem preciosas observações no cotidiano político.

2.2.1. Sobre o ambiente físico e as interações político-sociais nos gabinetes:

O contínuo deslocamento dentre os gabinetes durante as negociações para as entrevistas permitiu a entrada em todos os 41 gabinetes, embora a 10 deles não adentramos além da sala de recepção.

Quanto à estrutura física, a maioria desses gabinetes possui um ambiente organizacional setorizado, com a sala do gabinete pessoal do vereador separada de uma antessala de apresentação/recepção, caso tipicamente observado em gabinetes como E01 (ateu), E26 (evangélico) e E30 (não declarado).

Há, contudo, exceções que demonstram uma maneira distinta de organização no espaço físico, tornando os gabinetes espacialmente abertos com uma proposta política de inclusão organizacional para maior contato com quem adentra, exemplo disso é o

ambiente compartilhando entre E21 (sem religião) e E29 (sincrético) e também em E06 (católico).

Esta proposta politicamente delimitada pressupõe que o espaço físico reflita a abertura dos gabinetes para o público externo e mantém espacialmente separados apenas uma sala de reuniões com o restante das atividades, mantendo em ambiente multiuso e compartilhado o restante do gabinete pelo vereador, pelos funcionários e pelo público externo.

Lado outro, também se destacou gabinetes que espacialmente separavam a sala de atendimento do vereador dos funcionários ou do público, seja pela diferença arquitetônica e paisagística, como no caso do E05 (católico) cujo gabinete pessoal destoa do resto do ambiente com tapetes aveludados e ambientes decorados com requinte enquanto o resto do gabinete mantém o padrão cinzento, ou o gabinete E34 (católico) cujo recado na porta exige que o ambiente seja permanentemente isolado do público externo.

A maioria dos atendimentos nos gabinetes foram agradáveis e receptivos. Não raro, em poucos minutos de conversa percebemos interações políticas espontâneas dos funcionários, sobretudo comentando a atuação dos vereadores nas discussões do Plenário.

A abordagem comum inclui que ao chegar lhe ofereçam água e café, essa postura de acolhida no atendimento também foi observada com o público visitante, mesmo os externos sem cargos políticos. Destacou-se também a ocasião em que este pesquisador recebeu um chocolate ao final da estadia no gabinete com um cartão de agradecimento pela visita E09 (católico).

No primeiro momento, a abordagem manteve um distanciamento típico da burocracia governamental com um espaço pequeno, condicionado e limpo remetendo a um ambiente corporativo e gerencial. Atendimento por ordem de chegada, contato com os vereadores através de agendamento e interesse do gabinete.

O acesso ao Vereador é controlado pela assessoria, geralmente um secretário ou o chefe de gabinete mantém o controle da agenda do vereador. Há funcionários que mantém seu próprio cartão de visitas e se apresentam como agentes políticos avalizados pelo representante, caso observado em muitos gabinetes como E26, E27 (evangélicos), E23 (cristão não denominacional), E05, E16 (católicos), E28, E29 (sincréticos), E21 (sem

religião).

Não é possível traçar um perfil completo, mas de forma geral, os assessores são da confiança pessoal do vereador, cuja atuação representa os interesses do vereador e por vezes toma decisão e arregimenta seus compromissos, inclusive se imbuem de simbólicos para tal (cartão de visitas, forma da vestimenta, vocabulário), ou são profissionais da área de atuação com aparente experiência da dinâmica política. O diário registra como um dado que chama a atenção que os assessores de E27 (evangélico) são ambos gays.

Os funcionários com qualificação técnica conhecidos são na maioria formados na área jurídica E03, E27 (evangélicos) e na área da comunicação E18 (evangélico), muitos além de exigirem as perguntas previamente nos primeiros contatos, arguiam acerca dos interesses da pesquisa e, sobretudo, acompanhavam, registravam e gravavam a entrevista e inclusive, sugeriam conteúdos para os vereadores complementassem as respostas E18 (evangélico) e até mesmo solicitaram para encerrar a gravação ao término das perguntas pré-definidas E07 (evangélico), E04 (espírita), ou quando percebiam que a interação da entrevista havia passado do “script” das perguntas enviadas.

Além disso, a dinâmica das entrevistas demonstrou que os entrevistados se comportaram “politicamente corretos” na hora que a entrevista é gravada e mais “livre e espontânea” no momento que se desligava o gravador. Como destaque E05 (católico) ao mudar a entonação da voz, passando de “locutor” quando estava respondendo às perguntas estruturadas e sendo gravado, para “voz comum” no momento posterior ao fim da gravação.

Alguns posicionamentos políticos também apresentaram mudanças no início e ao fim da entrevista, sobretudo nos vereadores mais conservadores, que muitas vezes “suavizavam” o discurso nas gravações. Outros entrevistados apesar de se declararam abertamente como “conservadores”, “de direita” se mostraram politicamente mais liberais e abertos no decorrer e no término das gravações casos como E03, E27 (evangélicos) e E09 (católico).

Quanto às vestimentas dos funcionários dos gabinetes, seguem um padrão de vestuário para repartições públicas. Contudo, no gabinete do E39 (evangélico) todos os funcionários mantinham o padrão da vestimenta típica dos auxiliares de igrejas pentecostais, com roupas sem decotes, com cortes largos e longos, pouca maquiagem e

vestimenta formal, cabelos presos e uniformes padronizados de cores fortes. O atendimento, contudo, foi idêntico aos demais gabinetes.

2.2.2. Interações dos funcionários e transeuntes nos corredores da CMBH

As interações dos funcionários entre si e com o público não passaram despercebidas. Alguns diálogos revelaram dinâmicas interessantes, em um deles, no fim de outubro de 2017, dois seguranças debatiam no corredor do Anexo B da CMBH, sobre a veneração às imagens religiosas com análises pessoais de partes do Evangelho do Novo Testamento Bíblico, cena típica de um “anúncio do evangelho”, como também é chamado esses diálogos pelo movimento pentecostal.

A conversa prosseguiu sobre como o culto às imagens seria um pecado perante Deus e como seria importante o arrependimento dessas práticas e a importância de “seguir as Escrituras”.

Em outro diálogo observado escutamos: “Eu posso pedir mais coisa?”- Perguntou surpreso o líder comunitário na antessala do gabinete do E09 (católico). Com a resposta da secretária que “apenas pedidos sobre a BHTrans não estão sendo aceitos”, mas que para o asfaltamento de mais ruas bastava o pedido formal que prontamente seria atendido.

No Gabinete do E07 (evangélico) outro cidadão, com um *Currículo Vitae* em mãos pedia emprego na Secretaria de Limpeza Urbana (SLU) e um afrouxamento de fiscalização da prefeitura em um mercado popular do seu bairro. “*Eu vim aqui pedir porque sei que ele é doido como eu, é cria do bairro e sabe o que eu tô falando!*”

Outros debates, sobretudo políticos, foram recorrentes, no gabinete do E15 (católico) um longo debate com a secretária sobre a Operação Lava-Jato⁹³, sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Impeachment da Ex-Presidenta Dilma Rousseff alongou-se por longo período.

⁹³ Segundo o Nexo Jornal, a Operação Lava Jato é a maior investigação contra a corrupção já realizada no Brasil e investiga crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Desde que foi deflagrada, em março de 2014, determinou os rumos políticos e econômicos do país, revelando esquemas ilegais na Petrobras, principal estatal brasileira, e em grandes obras de infraestrutura. A Lava Jato tornou-se um símbolo do combate à corrupção, colocando poderosos na cadeia e servindo de base para outras operações pelo Brasil. Mas seus métodos são questionados, assim como sua parcialidade. Disponível em: VENTURINI, Lilian, ARAGÃO, Alexandre. **Lava Jato: a origem e o destino da maior operação anticorrupção do país**. Publicado em 16/03/2018. Acesso em 27/06/2018. Link para matéria: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/03/16/Lava-Jato-a-origem-e-o-destino-da-maior-opera%C3%A7%C3%A3o-anticorrupt%C3%A7%C3%A3o-do-pa%C3%ADs>>

No gabinete do E25 (não declarado), a secretária surpreendentemente e voluntariamente, ligou para amigos em busca de emprego para o pesquisador, sem qualquer pedido nesse sentido e antes que objeção pudesse ser feita, contudo, sem sucesso no pedido.

Nos corredores, também foi possível perceber a interação dos funcionários terceirizados, como quando observamos a divulgação em cartaz de um concurso pouco usual de “Miss Vassoura” entre as funcionárias terceirizadas da limpeza. Em outra interação espontânea, o senhor Jaci José Ferreira, um simpático senhor de 64 anos, abordou voluntariamente este pesquisador nos corredores da Casa no início de janeiro de 2018. Identificando-se como funcionário há mais de 30 anos da CMBH, disse que já estava pronto para se aposentar. Calmamente, em uma conversa de mais de 25 minutos, relembrou muitos “causos” vividos na Câmara e na sua vida pessoal. Nessa conversa revelou um profundo descontentamento com a política local. *“Parece que esse pessoal gosta de mentir né? Você não acha?”.* Às vezes acho que esse povo merece essas brigas, todo mundo querendo aparecer”.

Perguntado sobre o que ele se lembrava de bom nos seus anos da CMBH, relembrou nomes de vereadores “do povo” dos anos 80-90. *“Seu Arutana era comunista, conversava com todos os funcionários, ele só ficava aqui pra baixo conversando com a gente, agora aposentou, acho que virou juiz”.* Referindo-se ao Vereador Arutana Coberio Terena, juiz aposentado e vereador pelo PCB nos anos 1.983 a 1.992.

Perguntado sobre as imagens de santos nos corredores da CMBH, disse que em outras épocas já teve muito mais e relembrou que *“uma vez vi até coisa de macumba em um gabinete”.* E o que o senhor achou? *“Eu achei estranho, mas eu gostei, quando eu iria pensar que ia ver isso? Num tem santo? Porque não pode ter coisa de macumba também? Num é democracia? Tem que ter, tem que ter né?”.*

Quando perguntado o que teria de bom na política atual, disse que *“Nunca achei que ia ver viado aqui, agora vi um tanto lá no gabinete das meninas de esquerda”.* *“Nunca teve isso aqui, que bom que não tem muçulmano né?”.*

Ao fim do bate papo, este pesquisador se identificou, perguntou se poderia utilizar o diálogo na pesquisa e se poderia tirar uma foto. Sendo prontamente autorizado. *“Fala lá que eu tenho 35 anos de contribuição, viu?”.*

2.3. As entrevistas: articulação e condução

Para esta pesquisa estivemos em todos os gabinetes, iniciando as visitas em agosto de 2017. As primeiras entrevistas, contudo, foram realizadas no mês seguinte até o fim de novembro do mesmo ano. Foram contatados 41 gabinetes, ao fim, entrevistamos 30 vereadores, sendo que 10 vereadores recusaram o pedido e 1 vereador estava afastado por motivos de saúde. Para a marcação das entrevistas, primeiro conversamos em todos os gabinetes e arguimos qual a melhor forma do agendamento.

Majoritariamente, apenas os assessores ou chefes de gabinete mantêm o controle sobre a agenda do vereador e para o contato com esses funcionários exigiam-se ora o envio de e-mails, ora conversa pessoal, ora chamada telefônica, ora todas essas comunicações.

Apenas em alguns gabinetes conseguimos as entrevistas sem agendamentos prévios, caso dos E01 (ateu), E03 (evangélico) e E06 (católico). Por e-mail (quadro 3), enviamos a todos os vereadores apresentação da pesquisa, com o Currículo Lattes do pesquisador e um roteiro semi-estruturado de entrevista com 5 perguntas (quadro 4)

Para os gabinetes que se negaram a dar entrevistas perguntamos quais as razões para a negativa, sendo os motivos principais: o temor pelo conteúdo das perguntas enviadas e a falta de agenda do vereador, como estes não foram entrevistados, não houve auto-declaração de credo, contudo, alguns são destacados membros da chamada “Bancada Cristã”, a saber, E31, E36, E37, E39, E40. Cinco vereadores deram a justificativa de falta de agenda.

Diferentemente do anunciado, as entrevistas foram realizadas apenas com este pesquisador. Foram mais de 20 visitas apenas para fins de marcação de entrevistas, além disso, mantivemos contato no mínimo em 3 ocasiões pessoalmente, por e-mail e telefone, chegando até mais de 8 comunicações em alguns gabinetes.

Quadro 3: E-mail de apresentação**Quadro 4: Roteiro preliminar de entrevista semi- estruturada**

Prezado(a) Senhor(a)

Boa Tarde,

Conforme combinado na passagem pelo gabinete, venho por meio deste solicitar formalmente uma reunião com o Vereador [REDACTED] a fim de realizar uma pequena entrevista com 5 perguntas semi-estruturadas (em anexo) com expectativa de duração de 20 minutos.

Sobre a pesquisa: Nessa pesquisa estarão presentes possivelmente dois pesquisadores, o pesquisador bolsista de Mestrado do CNPq (quem vos escreve) e uma pesquisadora graduanda como acompanhante, ambos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e atuantes no grupo de estudos “Tempo, Espaço e os sentidos da Constituição”. As perguntas em anexo guiarão a entrevista e necessitaremos gravar a conversa para fins acadêmicos e de autorização legal.

O seu caráter é de investigação geral e objetiva entender o percurso e motivos que levaram o Sr. Vereador a participar da política municipal. A expectativa inicial é de que todos os vereadores da Casa possam ser entrevistados. O currículo acadêmico do pesquisador principal pode ser localizado na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/6862113770684760>).

Sobre as datas: Ciente do concorrido calendário que as atividades políticas exigem do Sr. Vereador, estou disponível para realizar a entrevista **EM QUAISQUER DIAS E HORÁRIOS**.

Contudo, caso seja possível, os pesquisadores não gostariam nas segundas e quartas das 11hs às 15hs, por compromissos já agendados. Antes de findar, agradeço o apreço e o bom atendimento recebido no gabinete. Para demais esclarecimentos, gentileza contatar pelo [REDACTED] ou por este mesmo e-mail.

Cordialmente.

Daniel Antônio da Cunha
Mestrando em Direito – PPGD/UFMG

ROTEIRO PRELIMINAR ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Apresentação do entrevistador e explicação preliminar dos objetivos da pesquisa e dos motivos que o direcionam a realizar a entrevista.

Perguntas a serem inicialmente propostas:

1. O que fez com que o Sr. Vereador entrasse na vida política?
2. O Sr. Vereador frequenta algum agrupamento religioso? Esse fato foi importante para sua entrada na política?
3. Quais os temas prioritários do seu mandato? Como o senhor se relaciona com o seu o eleitorado?
4. Quem o senhor apontaria como seus aliados e seus opositores na Câmara Municipal de Belo Horizonte?
5. Quais são as dificuldades da política? E quais foram as boas experiências? Pretende continuar na vida política ao fim do mandato?

Fontes: Autoria própria

2.3.1. Sobre o entrevistador:

Parte da mobilização inicial desse pesquisador foi em inserir-se em um diálogo “comum”, transportando a ênfase da pesquisa da figura de quem “inquire”, para quem “dialoga” para “descobrir narrativas e trajetórias dos vereadores”. Essa postura facilitou a comunicação. Assim, a sensação inicial de estar sendo “investigado” por um estranho, muitas vezes confundido com um jornalista, pareceu ser substituída por menos desconfiança no decorrer das entrevistas.

Até mesmo as negociações para marcação das entrevistas envolveram muito diálogo e exigiram a manutenção de um bom relacionamento com os funcionários dos gabinetes, dialogar com eles, perceber a melhor alternativa para se reunir com o Vereador, estar disponível para quaisquer ocasiões e ser sempre benquisto pela equipe do gabinete.

Nessa estratégia, nascida mais da prática real do que do planejamento sistemático, muitas oportunidades surgiram, como por exemplo, na ocasião em que o E11 (evangélico) em conversa nos corredores com o E23 (cristão não denominacional) não apenas recomendou para que se reunisse com este pesquisador bem como conduziu ambos até a porta do gabinete e insistiu para que a entrevista fosse realizada. Ao fim, no mesmo instante conseguiu-se a entrevista que já tardava algumas semanas em ser pactuada com a equipe do vereador em questão. Não todos os gabinetes tiveram essa postura, já que invariavelmente encontramos espaços resistentes à presença do pesquisador, refletindo também no tratamento e nas negociações das entrevistas, caso E28 (sincrético), E 39 (evangélico).

Todo esse capítulo serviu como subsídio para as observações que seguem no próximo. Adiante buscamos refletir sobre a “Bancada Cristã”, mas esse processo de conhecer tal agrupamento se deu nesse contexto retratado, fluído e repleto de significações do sagrado.

Agora, contudo, adentraremos nas articulações e mobilizações que escancaram o sagrado como estratégia política, o sagrado como argumento ético, justamente o sagrado que se inter-relaciona com o profano da política. Aqui é onde se articula o imaginário coletivo do religioso político, um religioso que se une e disputa o profano.

CAPÍTULO 3: O DISCURSO E O TESTEMUNHO

Eu não sei se o senhor vai entender minha trajetória. Eu fui um rapaz muito pobre, de uma família muito humilde e nunca pensei em mexer com política, e em julho de 2006 apareceu uma pessoa pra mim e disse assim: “Olha, Deus tá mandando te dizer que vai te fazer vereador dessa cidade, quer você acreditar ou não” . E fez! Estou sentado aqui por dois mandatos, então eu vejo que existe uma vocação e quando você sente um chamado pra sua vocação você faz por amor, se você tem um chamado pra ser advogado você vai ver que além de estudar, quando vier a fase de exercer a função, você vai fazer por amor, então tudo que eu faço dentro da política é com amor. **E11 (evangélico) em entrevista**

Estava trabalhando na campanha política de 2006 e fui levar alguns materiais na casa de um pastor. Era mais de onze horas da noite e aquele pastor insistiu para orar comigo. Após a oração ele me disse: “Deus manda dizer a você, acredite ou não, que Ele te fará vereador da cidade de Belo Horizonte”. **E11 (evangélico) no seu livro pessoal**

As duas passagens se referem ao E11 (evangélico) narrando sua trajetória política. A primeira quando entrevistado por este pesquisador e a segunda, exposta no seu livro pessoal e autobiográfico, presenteado na entrevista. Para ele, há validação religiosa como confirmação da sua trajetória de vida e sua atuação na política. Essa fala pode ser apontada como análoga a um típico “Testemunho”. O chamado Testemunho é uma expressão pública de um acontecimento que confere verdade à esfera religiosa. Ele é uma forma de legitimação de fé dos fieis que o reproduzem em agradecimentos e em divulgação à graça alcançada⁹⁴. É uma representação religiosa que transcende a esfera privada e adentra na esfera pública, até pela sua natureza de divulgação do alcançado⁹⁵.

A seguir nesse capítulo expomos algumas das principais falas de cada uma das cinco perguntas pré-estabelecidas a todos os entrevistados. Nosso interesse será reconhecer essa e outras típicas representações religiosas eventualmente presentes nos sentidos atribuídos pelos entrevistados ao seu percurso político. Busca-se saber se é possível apontar dualidades constitutivas nos discursos políticos e nas expressões religiosas do sagrado. Assim, no caso do relato do entrevistado E11 (evangélico), nosso

⁹⁴ Ele pode ser utilizado como cumprimento de um “voto” ou “promessa”, ou seja, na medida em que tal graça for alcançada se divulga o testemunho de fé.

⁹⁵ Algumas denominações prezam por menor exposição do testemunho fora da comunidade religiosa. Já outras o utilizam como um dos principais mecanismos de divulgação da fé, como as igrejas neopentecostais.

questionar é se é possível dissociar o caráter político dessa fundamentação religiosa ou vice-versa? E ainda, essa fundamentação deve ser excluída da esfera pública?

Ressalta-se que no plano discursivo, os representantes religiosos e os demais compartilham da linguagem comum à política e seus ritos⁹⁶. Por isso, este interesse inicial se opera na busca pelo reconhecimento entre discurso político e religioso, sem necessariamente afirmar prevalência de um sobre o outro, mas na observação de ambos. Não pretendemos atribuir completa significação às falas, mas aproveitamos para expor considerações e questões que as tangenciam. No caso da política municipal, as entrevistas com os vereadores foram partes importantes dessa investigação. Justamente por confirmar que na maioria das vezes a religião está diluída na argumentação, desencantada e misturada à política.

Quando se coloca em ênfase as falas de entrevistados de diferentes credos, se sobressai não apenas a dualidade entre política x religião, mas sobre quais religiosidades estão manifestas. Desde as negociações e diálogos com as equipes até o contato pessoal com os entrevistados observamos como esse simbólico pode ser acionado. Oportunizamos aqui três chaves de entendimento que devem guiar o leitor:

- 1º - Para o olhar político: perceber se e como a atribuição de sentidos pelo entrevistado compõe o espaço político
- 2º - Para o olhar religioso: compreender se e como a atribuição de sentidos pelo entrevistado compõe o espaço religioso
- 3º - Para o olhar para a tensão político-religiosa: analisar quais as estratégias de cada um dos olhares anteriores. Se é político, qual política? Se é religioso, qual religião?

Antecipamos desde já que pelas falas é possível apontar distintos acionamentos da religião, mas esse acionamento é primeiro guiado por uma linguagem tipicamente política e é orientado para uma composição de valores reivindicados como coletivos, descartando assim uma visão que condiciona a temática religiosa estritamente aos evangélicos. Assim, percebe-se que pelas falas há uma postura do discurso substancialmente orientada para uma ética conservadora interdenominacional e hegemônica nas disputas pela institucionalidade.

⁹⁶ Embora se referindo a um contexto diferente, o pesquisador Fábio Lacerda afirma que “dados da produção de leis da Assembleia Legislativa de São Paulo mostram que os deputados evangélicos não produzem leis mais paroquiais que outros candidatos de outros grupos”. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/06/15/irmao-vota-em-irmao-pesquisa-investiga-relacao-entre-eleicoes-e-pentecostalismo/>; Acesso em 12/07/2018.

3.1. O que fez com que o Senhor entrasse na vida política?

“Então, até chegar nessa época agora, em que eu consegui 4393 votos e consegui ser vereador de Belo Horizonte, pra mim foi, foi muito bom e eu sei que foi assim, uma recompensa divina pelos trabalhos que eu tenho prestado em Belo Horizonte, só pra você ter uma noção. Eu sou o único vereador espírita aqui na Câmara, é, eu tenho uma fraternidade onde a gente atende cerca de mil pessoas por semana. A gente faz é, cirurgias espirituais e N coisas e através da nossa, da nossa entidade, é, eu tenho em Belo Horizonte, aproximadamente 800 pares de muletas emprestados em Belo Horizonte, todo motoqueiro que baixou por Belo Horizonte chega lá em casa “O senhor tem muleta?” Eu tenho. Se você for lá agora eu tenho 50 pares de reserva. Eu tenho cadeira de rodas, eu tenho cadeira de banho, eu tenho bengala, eu tenho pomada, eu tenho marreco. Então, tudo aquilo que é pra servir o cidadão na hora da dificuldade dele, eu procuro estar sempre atento para receber e para doar com todo amor, para que a minha felicidade, seja também a do universo, que a felicidade dele seja a minha felicidade também. Então eu fico muito grato, feliz, feliz, feliz.” **Entrevistado E04, espírita**

“Então, eu entrei na vida política, por via do movimento estudantil, nos anos, no início dos anos 80, no processo de redemocratização do Brasil, luta contra a anistia, pela constituinte, a luta pela educação pública de qualidade, né. E naquele período, nós enfrentávamos ainda a ditadura militar, estava no processo já de decadência e entrei no movimento estudantil, percorri todas as organizações, diretório acadêmico, DCE, fui membro da UNE né, organização de estudantes, disputei a UEE Minas Gerais e logo depois que eu formei, a minha primeira graduação foi biologia, eu me tornei professor e fui militar no movimento sindical, no movimento sindical então eu atuei com os professores, depois fui dirigente estadual e nacional da CUT, depois fui dirigente estadual e nacional da CTB, e nesse curso da luta política sindical eu fui me tornando como trabalhador, como dirigente político do trabalho e me candidatei na eleição em 2012 fui eleito vereador em Belo Horizonte, então é uma trajetória muito vinculada a luta estudantil, a luta sindical, todas elas estão inseridas na luta política da redemocratização, dos direitos sociais, e dos direitos trabalhistas que morreram na trajetória de luta.” **Entrevistado E01, ateu**

“Na verdade eu vim muito novo pra Belo Horizonte em 1980, do interior também. E o que motivou foi o seguinte, eu desde muito novo eu trabalho com, eu sou da sociedade São Vicente de Paula, eu entrei na igreja Padre Eustáquio, aonde tive diversas funções lá, entre coordenador de grupo de jovens, de liturgia, conselheiro paroquial, e até ministro da eucaristia, então lá dentro pelos movimentos que a gente sempre teve, que eram movimentos fortes e sempre na hora que assusta, que tem uma confusão, você tá sempre no meio dela, pra tentar resolver alguma coisa, até que um padre que não tá lá mais hoje, tá no Rio de Janeiro, [REDACTED] né, falou comigo que o meu lugar tinha que ser representando o povo, tinha que ser na política porque em todo canto que eu tava tinha um problema, eu tava sempre tentando resolver. Eu acabei levando aquilo a sério, e aqui estou hoje, como vereador, iniciando meu segundo mandato de Belo Horizonte, então o que motivou realmente foi esse trabalho que eu tive de base e lá na igreja o que mais me chamava atenção, a gente tinha um trabalho muito forte com dependente químico, com crianças, hoje nós temos uma creche lá na igreja com quase 200 crianças, o nosso lar das vovós, chama Lar Dona Paula, que é da Sociedade São Vicente de Paula, com 50 vovós. Então sempre com aquele movimento, sempre com um cunho social e o trabalho muito específico voltado para morador de rua. Então fui crescendo nesse meio, então aonde vi uma necessidade, por discordar de mais da política que a gente tá tendo”. **Entrevistado E08, católico**

“Olha, sempre fui idealista né? E fiz curso de Direito, e o Direito está muito ligado a legislador. Então eu sempre fui muito ligado a lei. E sempre fui também de área social, eu sou evangélico, minha família evangélica e sempre me envolvi com missões. Fiquei seis anos fora do Brasil, trabalhei com organizações internacionais e de Direitos Humanos, de alfabetização de adultos, educação infantil, pré-escola, trabalhei com orfanatos, creche, abrigo infantil, criança, adolescente, egresso, dependentes químicos, casa das vovós, que agente cuida de vovós, então eu sempre gostei de legislação, sempre gostei do Social e desde menino lá pros meus – acho que 82 foi minha primeira campanha, 88 que eu participei de uma campanha, eu sempre quis aprender, sempre quis saber como é que era e fui envolvendo envolvendo mas nunca tive a oportunidade de sair candidato somente agora mais velho né, eu tô com 52, só nessa fase agora que eu resolvi mesmo entrar, e resolvi mais ainda por causa da crise política. **Entrevistado E12, evangélico**”

Quadro 5: Resposta pergunta 1 – E 04

Quadro 6: Resposta pergunta 1 – E 08

Quadro 7: Resposta pergunta 1 – E 01

Quadro 8: Resposta pergunta 1 – E 12

Fontes: Elaborado pelo autor

A primeira pergunta “O que fez com que o(a) Senhor(a) entrasse na vida política?” foi alocada no início para que o entrevistado ao narrar a sua trajetória política demonstrasse parte da sua história, seus interesses e motivações.

Aqui, optamos por apontar quatro falas de vereadores de diferentes credos sobre suas atuações na política. Isso porque foi nítido o padrão de respostas semelhantes sobre a auto-percepção das suas trajetórias de vida anterior à entrada na Câmara Municipal entre variadas religiosidades.

Constatamos que a maioria dos entrevistados narra uma vida pregressa dedicada à assistência social e ao trabalho comunitário. Usualmente desenvolvido em comunidades políticas, religiosas, pastorais, ONG's, em trabalhos missionários, em movimentos políticos, da juventude e de mobilização temporária organizados, como também em partidos e sindicatos. Enfim, em estruturas que envolvem diretamente a política, mas que na maioria dos casos não estão computados no bojo da política dita tradicional.

Esse trabalho pretérito não é visto majoritariamente como uma atividade política, contudo também é acionado como um condutor para a política institucional e justificado como “prestação de serviços”, como uma ajuda não enfocada no resultado, ou na necessidade de retorno, e sim como fruto de uma atuação ética individual, uma atitude de ajuda perante as pessoas que mais necessitam. Ou seja, uma autovalidação ética e moral das vidas pregressas que o qualificaria para a vida política.

Já a política representativa, ou como chamam, política tradicional, carregaria o ônus de congregar muitos daqueles que supostamente não possuem um olhar semelhante. Ou seja, a política tradicional carrega em si a contradição de busca por retorno a qualquer custo, voltado para política institucional antes do “olhar para o povo”. Assim, a ideia de que entraram na política para representar o povo através do “novo”, da “nova política”, de uma “mudança”, também foi um marcador significativo.

Interessante destacar um senso comum visto entre os vereadores sobre essa nova política. Para eles, a renovação de 56% dos vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2016, demonstraria uma “nova era” de vereadores que “de verdade” querem fazer a diferença, uma vez que “os outros” seriam a “velha política”. Ainda, há uma recorrente associação dessa postura a um sentido “anti-sistema”, “anti-establishment”. Surpreende perceber que tal discurso é ao mesmo tempo muito acionado por distintos debatedores que se localizam em posições políticas diametralmente opostas.

Assim, tanto os vereadores da chamada “Bancada de Esquerda” que a frente veremos mais detidamente, acreditam ser a nova política, esta pautada pela contrariedade a um *status quo* conservador aliado à “Bancada Cristã”. Quanto os vereadores conservadores que entendem que o sistema seria na verdade patrocinado pelo “esquerdismo” e compartilham a busca por mudanças no panorama político a fim de “restaurar os princípios e valores”.

Esse resgate seria mais urgente em virtude da “crise política” que expôs a corrupção dos políticos das velhas políticas que não estariam comprometidos com a população e com “fazer a coisa certa”. Logo, a primeira pergunta revelou com maior atenção, um acionamento discursivo de renovação em meio à uma crise ao mesmo tempo política, mas também a suposta uma crise ética. As mudanças portanto, são vistas como a busca por uma nova política que seja anti-sistema e voltada para os valores que “a população realmente importa”, valores orientados para minorias no primeiro caso, e valores orientados para a conservação de costumes e defesa da família pelos segundos.

Quando se referiam à sua trajetória na política e o sucesso na entrada na Câmara Municipal, por um lado interpretam como um prêmio pessoal, como uma honraria que engrandece a trajetória de vida, por outro, reivindicam uma narrativa de “crescimento coletivo e familiar”. A formação familiar é acionada como “berço” da vocação política ou como mais se referem “vocação para ajudar aos outros”.

Figura 9: Organograma da validação política

Fonte: Elaborado pelo autor



Especificamente sobre a validação religiosa, todos os credos a reivindicam bastante, não apenas como componente da vida cotidiana, mas como incentivo para o trabalho pessoal de dedicação a alguma pauta. Vejamos algumas opiniões sobre elas:

3.2. O Senhor frequenta algum agrupamento religioso? Esse fato foi importante para sua entrada na política?

“Olha eu frequento, sou católico praticante, e sou do movimento da renovação carismática católica, mas não digo que isso influenciou pra minha entrada, porque a comunidade a qual eu frequento, que é a comunidade Cristo Rei, das paróquias do [REDACTED], é lá em Vespasiano, então eu procurei ta frequentando fora do município porque o pré julgamento é muito doloroso. A turma acaba julgando que você ta até frequentando a igreja por causa da eleição, por causa de voto e tudo e a minha estratégia de refúgio foi ir pra outro município pra mim poder não escutar esse tipo de trocadilho”. **Entrevistado E16, católico**

“Assim, com Deus, Daniel, hoje e sempre foi muito difícil, mas sem ele é impossível. A igreja, eu não vou falar que a igreja ajudou, eu fiz o meu trabalho que sempre fiz como ser humano, com os irmãozinhos da igreja, ajudando eles levando a palavra e ajudando aonde tinha que ajudar, e esse foi o meu trabalho. Mas as pessoas que eu ajudava na igreja, eu ajudava também nas vilas, nos aglomerados, nas favelas, nos bicos, eu fazia, a gente fazia e fazemos, hoje vamos estabelecer um trabalho em conjunto com as comunidades, com as pessoas mais carente, levando alegria pras crianças, levando a paz, e tudo ajuda, depende de você Daniel, a igreja não ajuda em nada, você ta ali, você não tem que pensar em voto dentro daquela igreja, tem que pensar em Deus e você, e fazer aquilo, e buscar Deus a todo momento. **Entrevistado E18, evangélico**

“Atualmente eu estou evangélico, na Assembleia de Deus, não era evangélico, eu era da Igreja Católica e pouco tempo, tem uns três anos, mas isso não foi o fator primordial pra entrada na política não, não foi o que levou, o que motivou, não foi a questão religiosa”. **Entrevistado E14, evangélico**

Sim, sou evangélico, sou pastor evangélico e como a gente lida com a necessidade do povo constantemente, a igreja viu a necessidade de também de participar da vida política para poder facilitar através da política, ajudar as pessoas menos favorecidas. E com certeza a minha fé, a forma que nós entendemos o evangelho foi a bola propulsora dessa decisão política. **Entrevistado E 24, evangélico**

“Olha, eu consigo sim, não do fato de ser espírita, porque a 40 anos eu sigo o trabalho dos meus pais que era fazer curativo nos outros, era fazer campanha do quilo para ajudar o pobre, era uma série de coisas. Então uma coisa vai somando com a outra, depois que eu passei para doutrina espírita, com o trabalho realizado a gente sentiu-se lógico, mais fortalecido, porque você tem um público e esse público quando confia em você, confia no seu trabalho, na sua dignidade, esse público caminha com você. E aconteceu isso comigo, Graças a Deus”. **Entrevistado E04, espírita**

“Não, eu sou ateu, nunca pratiquei nenhuma religião, respeito todas elas, mas nunca fui praticante de nenhuma religião especificamente, defendo a liberdade religiosa, como pressuposto do estado democrático de direito, contudo hoje me preocupa muito essa relação que vai se estabelecer no Brasil de uma profunda interação entre setores religiosos, principalmente setores neopentecostais, que utilizam da política pra ganhar votos, ou pra poder disputar as eleições e pra favorecer as suas igrejas através do estado, através de repasse de recursos públicos, através de outras ações que são cotidianamente realizadas entre essas igrejas e o Estado, estado que to falando Município, o Estado, a União, muito grande porque geralmente são setores profundamente conservadores do ponto de vista social e liberais do ponto de vista da economia, que acaba isso trazendo implicações severas ao modelo de distribuição de renda, de qualidade de vida, que é na verdade contraditório, porque essas igrejas representam em grande maioria as pessoas mais pobres do Brasil e quando vem pra política exercem mandatos contrários aos interesses daqueles que eles representam na fé, então na política é um papel desempenhado, muito vinculado aos interesses do capital e na igreja usando e abusando da fé dos mais pobres pra poder consolidar e crescer as suas igrejas, então é uma contradição e esse é um tema que nós vamos ter que debater muito daqui pra frente.” **Entrevistado E01, ateu**

Quadro 9: Resposta pergunta 2 – E 16

Quadro 10: Resposta pergunta 2 – E 18

Quadro 11: Resposta pergunta 2 – E 14

Quadro 12: Resposta pergunta 2 – E 24

Quadro 13: Resposta pergunta 2 – E 04

Quadro 14: Resposta pergunta 2 – E 01

Fonte: Elaborado pelo autor

A segunda pergunta questiona os vereadores se pertencem a algum credo religioso e se isso é importante nas suas trajetórias políticas. Para a maioria, a religião é muito importante, mas a descrição do que entendem como religioso conduzem a diferentes respostas.

Muitos apontam que a instituição religiosa a qual se vinculam não os auxiliaram na sua entrada na política, mas sim os valores que partilham em comunidade e que pautam suas atuações. Nesse caso, há uma separação entre igreja/ instituição e valores/comunidade e uma alocação de certa separação entre atuação política (levado ao âmbito público). x instituição (levado ao âmbito privado) na justificação, como no caso do E16 (católico), E 14 (evangélico) e E 04 (espírita), dentre outros.

Houve quem apontasse que a igreja-instituição foi a motivação principal para a mobilização na política, como E08 (católico), E 24 (evangélico). Nesse caso, há uma confluência da justificação religiosa, tanto como valor individual como pauta coletiva articulada pela igreja institucional.

Contudo, apenas as falas não demonstram o papel das igrejas na entrada dos vereadores na CMBH. Para observarmos se e quando o fator religioso é determinante na eleição, nos valem do auxílio de outras informações para além da auto-percepção do entrevistado. Observando o mapa dos votos de cada vereador eleito e distribuindo pelas regiões da cidade⁹⁷ é possível apontar algumas especificidades que contribuem na compreensão do perfil religioso.

Se por um lado, entre os vereadores com distribuição mais homogênea entre as regiões da cidade, ou seja, aqueles vereadores eleitos que concentraram menos os votos em cada região, sugerindo maior apoio entre as regiões da cidade, estão àqueles vinculados a igrejas evangélicas e vistos pela mídia como (E12, E27, E36, E39 e E11), há ainda os herdeiros de políticos tradicionais na cidade E10 e E20 (católicos), ligados a sindicatos E35 (católico) e E01 (ateu) e ainda os identificados com causas específicas, com questões de gênero, juventude e igualdade racial E21 (sem religião) e com a causa animal E23 (cristão não denominacional).

Por outro, dos vereadores que mais tiveram seus votos concentrados em uma única região temos E17 (evangélico), E09 (católico), E22 (católico), E 07 (evangélico),

⁹⁷ SANTOS, Bruno Carazza. **Da minha aldeia eu vejo o universo: Encerrada a eleição, é hora de conhecer a nova Câmara Municipal de BH.** Disponível em < <http://leisenumeros.com.br/2016/11/da-minha-aldeia-eu-vejo-o-universo-encerrada-a-eleicao-e-hora-de-conhecer-a-nova-camara-municipal-de-bh/>>. Acesso em 07/06/2018

E14 (evangélico) e E19 (católico), todos eles, católicos e evangélicos apresentam um componente de atuação social reconhecida no bairro onde concentram a votação, mas não podem ser apontados como porta-vozes das suas denominações sob esse critério.

Ou seja, nos dois extremos da representação eleitoral têm-se o componente religioso. Por um lado, como distribuição mais homogênea da conquista de voto nas várias diversas regiões da cidade, apontando para uma instituição capilarizada, e, por outro, na atuação social comunitária/religiosa que encarnam nas comunidades fechadas sem a presença da entidade religiosa, mas com forte adesão local.

Todavia, a primeira perspectiva sugere a validação da máxima de “irmão vota em irmão”. Uma recorrente conduta observada tanto pelo estudo da FPA citado no capítulo em anterior quanto por outros pesquisadores da área. A máxima de “irmão vota em irmão” reflete uma forte adesão dos eleitores evangélicos aos candidatos de mesmo credo, mas não confere necessariamente a todos os representantes evangélicos mais votos, mas sim aos candidatos com apoio e estrutura de igrejas que se embrenham na disputa eleitoral.

Essa estruturação de comunidades religiosas em prol da eleição de seus representantes, contudo, também é vista em outros credos, como no citado agrupamento de “Fé e Política” da Igreja Católica apontado pelo entrevistado E19 (católico), ou das variadas articulações em torno de movimentos comunitários de caráter religioso, como motivação pessoal de entrada na política municipal dos demais vereadores.

Sobre esse assunto, pesquisa recente indicou que o fato de o candidato usar nome de urna, como pastor ou missionário, não tem relação com o desempenho eleitoral dele. Em geral os candidatos que não usam o nome de urna têm um desempenho melhor do que os que têm nome de urna⁹⁸.

Ter a religião como importante na trajetória, contudo, não vincula necessariamente somente a pautas religiosa, por isso a próxima pergunta investiga quais são as pautas mais comuns apontadas pelos entrevistados como as principais para sua atuação na política municipal.

⁹⁸ Segundo Fábio Lacerda, autor da tese “Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo” isso faz a gente supor que esse é um recurso usado por candidatos em geral pouco competitivos e que estão tentando se diferenciar na multidão”. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/06/15/irmao-vota-em-irmao-pesquisa-investiga-relacao-entre-eleicoes-e-pentecostalismo/>; Acesso em 12/07/2018.

3.3. Quais os temas prioritários do seu mandato? Como o senhor se relaciona com o seu o eleitorado?

“Olha, natural principal bandeira é a saúde, saúde pública, eu milito na saúde e eu tenho uma questão sou servidor público de carreira então eu tenho uma relação muito próxima dos servidores então eu busco trabalhar também condições adequadas de trabalho, melhorar os equipamentos públicos em geral, então tem essa questão de acreditar nas políticas públicas de saúde, educação, segurança e a questão do território, porque um vereador ele não fica numa temática, não tem como, você é demandado para resolver um problema do quebra-molas, da poda de arvore, e na verdade o trabalho do vereador, eu não fujo de nenhuma discussão, menos a religiosa, essa realmente ela acontece aqui na Câmara e eu tenho uma preguiça, a palavra certa é essa: preguiça. Quando começa esse tema da religião, não é um tema que me atrai muito, no nível do debate é feito, mas passando pela saúde, pela a questão da política pública, tudo que é de responsabilidade de um vereador eu tento participar” **Entrevistado E13, sincrético**

“Olha atualmente em questões de princípios e valores, é, mais acentuados hoje, tem sido a questão de família e criança, porque a gente quer simplesmente que direitos sejam respeitados. Então hoje, o que para algumas pessoas acham ou tentam lançar sobre nós aquela ideia de que ah você é religioso, você é preconceituoso, você é fundamentalista, não sou nada disso, respeito as escolhas, as preferências, ou as opções, apesar de muita gente não aceitar essa palavra: opção, opção sexual, é só ter liberdade de fazer o que ela quiser da vida dela. Só que uma coisa é você ter os seus direitos, você ser respeitado, você não sofrer nenhuma intolerância, que eu trabalho para que mesmo pessoas que têm um comportamento diferente do meu, sejam respeitados, para mim, vamos ser mais claro, né, o movimento LGBT, eu acho que eles devem ser respeitados, eu não sou contra nenhum deles não, a vida é deles. O que nós somos contra é o que o direito dos pais em questão a educação moral e religiosa dos seus filhos. Então se preservar a criança, criança e adolescente da educação moral e religiosa de acordo com o que o pai quer, a mãe quer, não cabe ao Estado intrometer nisso. Eu não acredito que o Estado deva intrometer dentro da família, não é questão de violência, é claro que já ao contrário né, se você vê um pai violentando, ou a mãe violentando uma criança, a lei tem que entrar, mas se não é violência, simplesmente os princípios e valores próprios deve se preservar os valores que os pais desejam. A gente quer respeito do mesmo jeito, a gente não quer respeito que o LGBT faça o que ele quer? A gente quer o respeito que os pais recebam, os filhos recebam educação do jeito que eles quer”. **Entrevistado E12, evangélico**

“(…) nosso tema prioritário é o ser humano, é o humanismo, as pessoas e isso pra nós é fundamental e isso engloba tudo, engloba a questão urbana, engloba segurança alimentar, engloba é, a cultura, a educação, ne, o ser humano que a gente tá aqui é exatamente para isso e a gente passa a ser reconhecido é por essa luta, né, nós não somos um mandato que a gente chama de varejo, que são aquelas questões pontuais, não que não seja importante, acho que é, mas é uma crítica nossa, de atuar só numa região por exemplo, ser um vereador “despachante de luxo” com o Poder Executivo, acredito que essa não é a função do vereador, o vereador tem a função de fiscalizar, de contribuir com as leis, de propor e é isso que a gente faz. Como eu me relaciono com o eleitorado. Nós fazemos tudo para relacionar com o eleitorado, desde a comunicação, hoje em dia é muito forte a questão das mídias sociais, até né por correio, boletins eletrônicos, e-mails, rede social, carta, é, a gente faz muita audiência pública, sabe a gente semana passada fez 3 ou 4 audiências públicas, que é isso, essa é uma forma de relacionar, a audiência pública é pra isso, nós fizemos audiência pública para tratar do Plano Diretor do Saneamento Básico, né, trouxemos aqui a prefeitura junto com as comunidades que estão com problema na questão do saneamento, com os córregos, com os rios de Belo Horizonte, fizemos uma com relação das matrículas da escola infantil, fizemos outra com a questão dos camelôs, fizemos uma do restaurante popular, uma proposta para que o restaurante popular possa abrir aos finais de semana, por exemplo, então a audiência pública é uma forma de trazer a população para essa causa e principalmente que a população possa participar, né, a questão da participação popular é muito importante para nós, nós tentamos o tempo inteiro formas da população ter uma participação mais direta na política da cidade, é claro que nosso sistema é o sistema representativo, eu fui eleito para representar a população de Belo Horizonte, mas quanto mais a população participar diretamente melhor e mais legítimo, ne, as ações. **Entrevistado E10, católico**

Quadro 15: Resposta pergunta 3 – E 13 - Quadro 16: Resposta pergunta 3 – E 12 - Quadro 17: Resposta pergunta 3 – E 10 - Fonte: Elaborado pelo autor

Certamente das questões levantadas esta é a que apresentou um panorama mais amplo de respostas. Por um lado, vimos diversas pautas políticas e maneiras de atuação narradas. Por outro, algumas pautas específicas marcaram grande reincidência dentro da multiplicidade de temas citados. Os posicionamentos mais ditos guardam correspondência com a atuação pessoal anterior à CMBH, sobretudo em pautas comuns às promessas da campanha eleitoral. Assim, vereadores cujo eleitorado majoritário é de determinada área respondem ser essa a pauta principal e assim por diante.

É necessário enfatizar que o acesso aos serviços públicos foi uma temática bastante apontada. Muitos vereadores se veem como instrumentos mediadores para resolução de problemas com a Prefeitura. Por isso, citam um leque de posições generalistas que contemplam demandas múltiplas frente ao poder público e que são vistas como as pautas mais recorrentes na atividade cotidiana.

Mas há uma temática política de fundo que de tão recorrente, se fez notar quase como um “pressuposto de debate”. Trata-se de questões sobre “princípios e valores”. Ainda que diversos interesses de atuação fossem ditos, assuntos moralizantes compõe de tal forma o imaginário político que os entrevistados naturalmente a abordavam como essencialmente pautas coletivas e a colocam como temática prioritária.

Seja para convalidar sua posição de “defender a família” ou ao revés, como “resistência aos religiosos”, quiçá pelo conteúdo das perguntas endereçadas apontar para esse questionamento, mas sem dúvida também pelo ambiente político constituído de muita disputa entre os vereadores nessas pautas.

Nesse sentido há uma dupla colocação por parte dos entrevistados religiosos que verbalizam nos discursos moralizantes uma “luta” contra a chamada “ideologia de gênero” como uma necessidade prioritária nas suas atuações políticas. Por um lado:

- a) entendendo que cabe ao vereador pautar o debate sobre moralidade a todo custo, ainda que essa discussão exaure a esfera de competência do município ou que ao fim se torne um mecanismo redundante de debates políticos e pouco efetivo na prática.
- b) entendendo que não caberia à política (no caso ao Estado) a interferência na sociedade para o patrocínio e a defesa de qualquer mudança no campo sobre gênero e sexualidade, mesmo que apenas para o conceito de combate à discriminação.

É, portanto, uma reivindicação ao mesmo tempo política e contra a política. Política na sua gênese de disputa dentro dessa esfera e contrapolítica pela postura impositiva e de oposição a temas que supostamente não poderiam sequer ser tratados pela política, sobretudo no campo da moralidade.

Logo, as respostas mostraram que não existe apenas temáticas propositivas prioritárias, mas também antíteses prioritárias, essas claramente pautas moralizantes. Quando nos referimos a “pautas moralizantes” não estamos apenas nos remetendo a pautas comuns à esfera religiosa cujo conteúdo moral sobressai na justificação. Mas também aquelas pautas que são apontadas como se não deversem estar na esfera pública, apenas contingenciadas em âmbito privado, na esfera pessoal e da família. Nem mesmo a escola poderia possuir essa prerrogativa de tratar sobre gênero e sexualidade.

A segunda parte do questionamento, sobre como os vereadores repassam a atuação para o eleitorado revelou um padrão uniforme de contato com o público, através das redes sociais e do contato direto e indireto nos bairros. As redes sociais e os canais de comunicação governamentais (audiências públicas e consultas) foram apontados como as ferramentas mais utilizadas para o contato entre os entrevistados e os eleitores.

Essa utilização das redes sociais é vista como essencial à essa “nova política”. Há vereadores que a colocam como mecanismo de participação semi-direta, por vezes vinculando à tomada de decisões, como no caso do E21 (sem religião), E29 (sincrético) e E28 (sincrético), esse último transmitindo as reuniões feitas no gabinete em uma rede de compartilhamento de vídeos.

Ressalta-se ainda que embora não muito citada, as cerimônias, títulos e honrarias concedidas na CMBH também são mecanismos recorrentes de confluência com o eleitorado. Havendo grande mobilização parlamentar para aprovação de títulos e eventos comemorativos, como o Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Vereador Cyr de Assis Assumpção, agraciado em 07 de dezembro de 2017 a 48 personalidades indicadas pelos vereadores. No último, foram agraciados 17 proeminentes políticos, 10 empresários, 10 religiosos (diversos credos), 5 autoridades militares, dentre outros⁹⁹.

⁹⁹ Para conhecer a lista completa dos agraciados favor consultar: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1187576>>. Acesso em 26/07/2018.

3.4. Quem o senhor apontaria como seus aliados e seus opositores na Câmara Municipal de Belo Horizonte?

“A gente vê aqui, não vou falar nomes, mas tem um grupo que ele é mais ligado a questões de sindicalistas né, essas causas mais, vamos pegar assim, de esquerda, causas diferentes. Nós temos as vereadoras recém-eleitas que elas defendem muito as questões de ideologia de gênero né. Isso vai na minha contramão. Não é porque pelo princípio católico do conservadorismo, eu não tenho nada contra homossexual, nada, eu tenho amigos, frequentam a minha casa, amigos, minha mulher tem. Eles estão entrando numa pilha, muito assim, de querer mexer nas escolas com as crianças mesmo. Criança quem cria é o pai, a educação quem dá é o pai. Então esse grupo hoje eu não caminharia com eles, embora eu me dou bem com eles. Entendeu, mas assim, minha perspectiva de vida. Eu só sou assim. Eu não quero que mexa, eu não quero pegar minha menina de 6 anos, eu não quero que ninguém ensine, o que que, qual que é a preferência dela, ela é criança, ela vai ser criança. Então esse grupo aí, com essa ideologia que tá aí, isso não me agrada. A pessoa quando ela tem cabeça, quando ela já tá na idade dela para formar o que que é dela. Ela vai ter meu respeito, não vai deixar de ser meu amigo, minha amiga, não vai deixar de frequentar o meu meio. Não vou destratar, não vou ter preconceito com nada. Então tá tendo uma confusão muito grande nessa política hoje da gente, como você tá falando, eleger um lado de um jeito, cada um de outro. Nós estamos vivendo um momento que tá muito liberal, eu acho que a liberalidade de mais não é boa. A gente tem que ter uma certa reserva com as coisas. Independe de religião, de crença, de ideologia ou não, entendeu? Então esse pessoal da esquerda eu não elegeria eles pra nada. Em função dessas questões, acho que eles estão muito a frente, afronta muito os princípios familiares, minha opinião. Porque mexem com as crianças, quer mexer com todo mundo. **Entrevistado E08, católico**

“Não, assim, ninguém admite que é opositor aos direitos humanos, mas nós temos um embate muito grande com essa bancada cristã que eles, que foi construído a pouco tempo, nós sempre tivemos uma bancada, antes chamada de Bancada Evangélica, que aqui, sem juízo nenhum da religião protestante, que tenho maior respeito, amigos e relação com vários protestantes e pastores evangélicos, mas sempre existiu uma turma mais como eu posso dizer, mais religiosa, em defesa da tradicional família, em defesa que eles falam da família, mais tradicional, de direita assim, essa bancada sempre existiu, mas esse ano eles foram pra fora, eles se colocaram e criaram literalmente, e ampliaram chamando de bancada cristã, não só evangélica mas cristã, no sentido de ampliar algumas católicos e até um espírita na bancada e tem uma atração muito forte com projetos como o Escola Sem Partido, falam do combate a essa questão de ideologia de gênero que eles inventaram isso, como se isso fosse o fim do mundo, né, assim, na realidade é uma cortina de fumaça para uma educação menos inclusiva, uma educação que não trate da questão de gênero, da questão do respeito a opção sexual da pessoa. Então nós temos esse embate com essa bancada mais, posso chamar de direita, nem é de direita ideologicamente, porque nós temos questões de direita que na realidade tem essa pauta da questão da diversidade, eles são é, infelizmente, a religião misturada com o Estado, uma pauta religiosa aqui na Câmara, então, nós temos um grupo de vereadores que são mais progressistas, de partidos ideológicos, que é o caso do PT, PC do B e PSOL, essas três bancadas tem uma afinidade de ação maior, histórica, por pautas historicamente convergentes, são partidos diferentes mas são pautas que se convergem muito”. **Entrevistado E10, católico**

Quadro 18: Resposta pergunta 4 – E 08

Quadro 19: Resposta pergunta 4 – E 10

Quadro 20: Resposta pergunta 4 – E 03

Quadro 21: Resposta pergunta 4 – E 11

Fonte: Elaborado pelo autor

“Na realidade a gente aqui na Câmara, o partido que eu pertencço é um partido de direita e o partido nesse mandato nosso até hoje nunca opinou nas minhas votações, eu procuro ganhar aliados, pessoas que a gente tenha uma certa afinidade com quem tem os mesmos ideais. Eu tenho vários vereadores aqui, que eu faço parte de um grupo político com eles, juntamente com os nossos ideias, aqui de esquerda a gente percebe que a gente tem, na oposição ao prefeito Alexandre Kalil, em alguns temas eles são oposição, outros não, justamente são o PSOL, parte da bancada do PT e os vereadores do PCdoB, eles tem uma visão diferente da minha visão de enxergar a política, mas eu não tenho problema com qualquer tipo de vereador, eu voto no projeto deles, se for importante para a cidade eu voto, como também não voto, e eles também comigo, o fato da gente ter uma liberdade com eles nos ajudam aqui na Câmara, fui quase presidente da Câmara, com o apoio deles né, e tive o apoio das pessoas que não tem a mesma bandeira do que eu, então aqui é a arte de fazer política. A gente entra com o pensamento mas na verdade você precisa dos vereadores pra aprovar um projeto de 28 votos, num projeto de 21 votos, então não adianta você colocar um obstáculo, ou que ninguém goste de você, que você não tem que fazer aliança, que você tem que ficar sozinho aqui 4 anos, não vai aprovar nenhum projeto importante”. **Entrevistado E03, evangélico**

A câmara hoje é muito conservadora, tem, lógico, a oposição 6 ou 7 da oposição, que a gente respeita, mas se você pegar os Batistas, os Pentecostais, os Católicos, todos nós temos a mesma visão **Entrevistado E11, evangélico.**

Esse questionamento revelou duas recorrentes argumentações. Por um lado, grande parte dos entrevistados informa não haver opositores entre os colegas de trabalho, uma vez que entendem que as divergências políticas não seriam suficientes para o apodo de opositores.

Tal postura é prevalente e se orienta em certa medida para evitar conflitos. Outra parte, contudo, informa um desenho político de dois principais agrupamentos um de “conservadores” e outro de “não-conservadores” (também denominado de “esquerdista”), tal como já observado no decorrer da pesquisa. Os aliados são entendidos como os que pautam e votam projetos juntos e os opositores, aqueles que se contrapõem aos projetos.

Contudo, a dicotomia entre conservadores x não conservadores, diminui sua força quando se inscreve em disputas onde não há questões de caráter religioso. Por isso outras pequenas articulações também foram apontadas nas dinâmicas de votação e nas falas de apoios. A autodenominada “Bancada Liberal” se articula em favor de uma pauta de liberalismo econômico e se situa mais ao centro na disputa entre os conservadores e os não-conservadores. E pode servir como pêndulo em pautas que se exige maior apoio para atingir o quórum.

Como no caso do “Programa Escola Sem-Partido” - PL 274/2017, em que E28 (sincrético) vereador autodenominado da “Bancada Liberal” que embora não firmou assinatura na propositura do projeto, defendeu suas bases e votou conjuntamente aos vereadores conservadores. Ou ainda, com o emblemático caso do E 30 (católico), vereador apontado como conservador que ao mesmo tempo em que assina projetos conjuntos à “Bancada Cristã” (caso do mesmo PL 274/2017) também assina notas de repúdio ao mesmo PL signatário com a denominada “Bancada de Esquerda”.

Pelas entrevistas e referências dos entrevistados, teríamos a existência de 3 *grupos de facto* que embora não existam dentro da estrutura formal da CMBH, usualmente apresentam pautas em conjunto e tendem a se apoiar nas votações, assim, por grupos que se mobilizam coletivamente na Casa, dentre outros:

- a. Bancada de Esquerda: aproximadamente 5 membros: E01 (ateu), E02 (ateu), E10 (católico), E21 (sem religião), E29 (sincrético)
- b. Bancada Liberal: aproximadamente 5 membros: E 06 (católico), E15 (católico), E20 (católico), E25 (não declarado), E28 (sincrético) e,

c. Bancada Cristã: aproximadamente 25-28 membros sem completa identificação, mas contando com supostamente todos os evangélicos, espírita e a maioria dos católicos.

Porém, se definirmos a CMBH pelas mais reconhecidas e evidentes disputas teríamos, contudo, outras dicotomias:

1. Conservador x não conservador – representada pela disputa de pautas moralizantes, ou também denominada religiosa x não religiosa.
2. Oposição x governo – representa pela disputa da política institucional no cômputo do apoio ou não à Prefeitura
3. Novato x antigo – representada pela difusa disputa dos sentidos sobre o que seria a “nova” e a “velha política”. Não necessariamente um reeleito é apontado como da velha política, essa disputa é mais na reivindicação do que seria uma “política boa” (representado pelo novo) e uma “política ruim” (representado pelo que já colocado).

O antagonismo direita x esquerda nesse sentido é ressignificado para abarcar também essas três dicotomias. Se congregarmos a maioria das respostas teríamos um senso discursivo majoritário orientado para um padrão conservador, a favor do governo e que se vê como a nova política. Mas a tabela de posições políticas podem alternar em zigue-zague contemplando dentre outras posições, a que o vereador se apresente como não conservador, a favor do governo e novato na CMBH, por exemplo.

Interesses de pautas coletivas também redesenham os mapas de apoios, assim, pautas como a defesa animalista, defesa de acessibilidade de pessoas com deficiência conseguem tangenciar tanto as articulações por bancadas fictas quanto às dicotomias acima. Outras pautas também aglutinam mais de um agrupamento, como a defesa das mulheres e defesa do livre mercado. Essas pautas foram vistas nas arguições dos entrevistados e nas suas defesas públicas da plataforma política que representam.

Cabe ressaltar, contudo, que salvo a articulação da “Bancada Cristã”, a maior dinâmica de articulação política configurada na CMBH é em relação ao apoio e a oposição ao Executivo Municipal e se tornou um espaço de contraponto à constante pauta religiosa. Mas ela também se vê articulada, uma vez que para a definição dos apoios em votações e projetos de interesse da prefeitura é necessário o apoio da maioria dos vereadores, principalmente da maioria conservadora. A fala do E03 (evangélico), situando a bancada de esquerda como seus apoiadores é nesse sentido um bom exemplo desse zigue-zague.

3.5. Quais são as dificuldades da política? E quais foram às boas experiências?

Pretende continuar na vida política ao fim do mandato?

“Os desafios são muitos, eu falo que é o mais primordial agora é a falta de consciência do eleitor infelizmente o país tem que avançar muito na parte cultural e as pessoas ainda não identificam o verdadeiro papel do legislador eles não reconhecem que o vereador tá aqui pra legislar, fiscalizar. Com relação ao ponto positivo, eu vejo os avanços que nós podemos ter pela intermediação do nosso mandato, esse contato constante não só no período eleitoral mas esse contato constante com o eleitor, com suas demandas, então esse contato foi fundamental pra minha trajetória política e diante de tudo isso eu já tenho bem definido que como vereador eu encerro no meu segundo mandato, não tenho mais, vamos dizer assim, objetivo de ser candidato novamente a vereador, estou estudando a possibilidade de ser deputado estadual, mas vereador eu acredito que encerro minha carreira no meu segundo mandato.” **Entrevistado E15, católico**

“O mais difícil aqui na câmara, eu acho, é aprovar projetos, mas a gente tá trabalhando, alguns projetos vai caminhando, um projeto já passou de primeiro turno entendeu? Não é fácil não, são quarenta e um vereador, cada um pensa de um jeito, mas graças a Deus eu consegui pelo menos o meu projeto passou aqui na Câmara.” **Entrevistado E07, evangélico**

(...) o cotidiano é muito inspirador, é muito trabalhoso porque a gente se desdobra aqui, a gente rala muito, mas é um cotidiano de muito aprendizado, de uma construção sincera, em que a gente busca ter um cuidado uma com as outras, mesmo com as dificuldades essa é a melhor parte, a gente tá experimentando um mandato popular, periférico, então realmente com várias forças da cidade, e isso é o melhor, a gabinetona é nosso refúgio dentro dessa instituição que é tão hostil às nossas lutas a nossa presença. Do negativo, que também não é uma surpresa, mas é um negócio bem real assim, é a reação contrária, mesmo uma reação muitas vezes distorcida, muitas vezes manipulada, para desqualificar ou deslegitimar o que a gente faz aqui, então cobertura na mídia já teve matéria intencionalmente feita pra desqualificar mesmo a nossa atuação assim. Esse tipo de coisa é muito desgastante, mas eu sei que não é só sobre nós, tem a ver com a conjuntura política que a gente tá atravessando, com avanço desses grupos conservadores, com a interdição do debate público, é os filtros das redes sociais, como que isso produz distorção também. Então lidar com isso é muito complexo, porque a gente precisa continuar fazendo debate é, elevado, tentando responder quando possível essas reações mas a gente precisa seguir a vida também porque tem uma parte que não tem muito jeito assim, essa violência tá aí na cena, e a gente não vai conseguir com nossa pequena gabinetona aqui virar isso, então a gente vai colocando uma gotinha no oceano, tentando contribuir para que o diálogo se abra no país de alguma forma assim, desde esse pontinho aqui (...) **Entrevistado E21, sem religião**

(...) eu me considero um representante natural eu tenho certeza de que se eu hoje sou vereador é porque as pessoas que me acompanham me ajudam e são muitos voluntários, eu não tinha condições e colocar pessoas pra trabalhar pra mim então, voluntários me colocaram aqui eu sei que eles me deram essa condição e estou aqui pra honrar isso, e hoje a principal dificuldade que eu tenho ,mesmo a câmara dando todas as condições de trabalho , dando cargo , dando assessores , eu acho que os movimentos de luta precisam de ainda mais assessores , pessoas que me ajudaram e que eu até tentei colocar pra trabalhar comigo mas eu não consegui essa é a minha maior dificuldades hoje , saber que uma pessoa me ajudou, fez de tudo pra me ajudar a vencer essa eleição e hoje eles precisam de mim até financeiramente e eu não consigo retribuir mas com trabalho eu tenho certeza que vou trazer , com trabalho eu sempre vou dedicar a minha base , sou vereador de Belo Horizonte e de toda a região , vou lutar para que Belo Horizonte tenha as melhores condições de vida para o morador, as melhores condições para aquele que é tributado que paga imposto e não recebe, mas eu vou valorizar muito a minha base, o lugar onde eu vivo, o lugar que me colocou aqui nessa condição vai ter um tratamento diferenciado sim , é o meu modo de pensar e como eu falei , qualquer demanda eu estou disposto a ajudar de onde vier aqui de Belo Horizonte eu estou aqui pra brigar , pra lutar , junto com os vereadores mas a minha comunidade ela tem que ser diferenciada , pois eles sofreram comigo eles já brigaram antes de eu estar aqui nessa condição de representante e eu vou representa-los e a minha intenção é que, se eu não decepcionar, eu preciso do dinheiro político, preciso da vida política, preciso que políticas boas reflitam na sociedade, eu tenho que defender o meu papel de uma pessoa boa (...) . **Entrevistado E09, católico**

A última pergunta arguiu aos entrevistados sobre as dificuldades e as boas experiências acumuladas na Câmara Municipal de Belo Horizonte e os questionou sobre o interesse pessoal de permanecer na política representativa, essa foi a ocasião em que as respostas se revelaram mais convergências entre os falantes.

De pronto, há um certo reconhecimento de grandes dificuldades que se operam no plano individual para o desempenho das tarefas políticas exigidas pelo mandato, o que não sinaliza arrependimento na entrada na política, mas uma constatação de que o processo vincula físico e mentalmente os esforços pessoais do vereador e dos seus colaboradores, sobretudo pela grandes movimentações em reuniões, eventos e exposição pública.

Muitos apontaram que a grande dificuldade é em relação ao eleitor, que não saberia diferenciar as boas práticas e valorizar o papel do vereador. Essa dinâmica parece explicar uma recorrente tendência vista na passagem pelos gabinetes, dos funcionários tentarem “otimizar” o atendimento apontando quais os serviços possíveis de serem prestados e quais atividades o vereador não teria competência para desempenhar.

Muitos reconhecem que o ambiente polarizado desgasta as relações e a vontade de continuar atuando na política. Isso porque sentem que as discussões retornam a pontos de disputa já retratados, seria uma dinâmica de “eterno retorno” opondo os mesmo atores sobre as mesmas pautas. Passado o primeiro momento de definição das alianças, o ambiente polarizado desmotivaria a concorrência e emergência sobre outras pautas. E passaria a fragilizar a convivência entre os diferentes opositores, que ora ou outro, passam a “atacar” não apenas as ideias mas a pessoa divergente.

Cabe contudo, que essa narrativa não é tão usual. Os pontos positivos da atuação na política prevalecem nas falas e são apontados como mais fortes do que os pontos negativos. Quanto aos aspectos positivos, temos como principal resposta a oportunidade de poder fazer a diferença e mudar a realidade das pessoas. E mudar a realidade das pessoas não apenas dos cidadãos nos bairros, mas também dos funcionários que trabalham na atividade política e que de alguma maneira contribuem na “missão política” e no “projeto” que o entrevistado encabeça e que também dependem da política para o seu sustento pessoal e familiar.

Essa ideia de “oportunidade” também foi acionada se referindo aos possíveis opositores. Ou seja, a ideia de que as próprias disputas carregam por si só benefícios

para o vereador que passaria a conviver e conhecer outras ofertas de vida e de defesas políticas.

Já a segunda parte da derradeira pergunta também os indagou sobre sua permanência na política, e embora os queixumes, levantamos que :

- apenas um entrevistado (E29, sincrético) disse que não possui interesse em permanecer na política representativa.
- quatro indefinidos na ocasião da entrevista
- sete não declararam,
- todos os demais disseram ter interesse em permanecer na política, se não na política eleitoral, permanecendo nas atividades comunitárias e assistenciais que mantém.
- oito disseram que pretendem permanecer na política e não apontaram cargos,
- três apontaram a permanência como vereador e
- sete pretendem disputar as próximas eleições em 2018 para deputado federal ou estadual.
- Os onze restantes não deram entrevista.

Por essa pergunta foi possível perceber que os entrevistados mantêm em comum a perspectiva sobre quais são as maiores dificuldades e os maiores benefícios na política, uma das poucas oportunidades em que foi possível atribuir uma confluência de uma unidade enquanto políticos e a emergência de uma noção intersubjetivamente compartilhada sobre a esfera pública e a esfera privada.

Até aqui localizamos respostas de cada uma das perguntas especificamente, adiante, selecionamos uma “colcha de falas” que representam outras considerações disponíveis para contextualização. Muitos apontam também para continuidade do raciocínio do entrevistado após uma pergunta fixa original e que se prolongam em outros assuntos, as respostas adiante são, portanto, um ofertório complementar de falas que compõem a mesma construção dialógica de todas as perguntas, mas que revelam em si, bons ofertórios de debates.

3.6. Colcha de falas

(...) quando comecei a envolver nas lutas da comunidade que me despertou na política, não política partidária, mas é tudo que, tudo na vida da gente passa pela política, então pra você conseguir qualquer algo, você precisa tá disputando nessa coisa democrata que é o direito, a gente tem o direito mas se a gente não se organizar pra lutar, se a gente não correr atrás desse direito a gente não consegue. Eu fiquei quase oito anos na pastoral da juventude da Igreja Católica como coordenador e isso me despertou muito mais assim, de eu precisar mesmo envolver na política, até pra gente buscar nossos direitos, mas não esquecer da fé, e é isso que me dá pra continuar, humilde que eu sou, mas já sabendo qual que é o objetivo que a gente quer. Entrevistado E19, católico	(...) estou há 17 anos na mesma igreja, uma igreja que só tem 250 membros e estou lá por convicção também, eu acho que tem políticos hoje que não pode ver uma igreja grande que quer entrar lá, então não era minha linha, eu tenho essa condição de chamado, lá é meu lugar, onde Deus me colocou, então se eu tivesse interesse só na área política eu estaria em uma igreja com 4 mil, 5 mil membros, coisa que eu não faço. Faço um culto todo mês com 50 pessoas no máximo, eu tenho também o costume de dizer que: Pastor eu sou e vereador eu estou. Entrevistado E11, evangélico
Então, voltando um pouquinho atrás, no dia da posse da Câmara Municipal, que foi realizada no Teatro Francisco Nunes, ali no Parque Municipal, enquanto a maioria dos vereadores estavam criticando a administração da Câmara, porque sempre a posse foi realizada aqui na Câmara Municipal e não no Teatro Francisco Nunes, eu estava sorrindo de todas as formas, porque o Teatro Francisco Nunes foi construído por meu pai e a primeira cortina daquele teatro foi costurada pela minha mãe. Então eu estava me sentindo em casa, eu estava me sentido em um local construído por meus pais. Entrevistado E04, espírita	(...) fui muito bem recebido aqui, muito, e represento, sempre, eu falo, o povo, o pessoal, sempre eu represento eles, eu procuro representar, dar o meu de tudo, mas aqui dentro é difícil porque os próprios colegas, alguns colegas, eles vive sob as costas da sua política, te distorcendo a palavra, no microfone, puxando o seu tapete para si endeusar nas costas da gente, pra fazer uma política podre, desonesta, e desleal, aqui próprio aqui dentro, não são todos mas tem uns que é, infelizmente a verdade é essa Entrevistado E18. evangélico
(...) quando você fala de ideologia de gênero é muito abrangente, então qualquer questão eles estão trazendo como ideologia, eu então algumas pautas eu voto com o pessoal mais ligado a esquerda, por exemplo, nome social, o xxxxxxxxxxxx apresentou aqui, ele retirou de pauta, mas eu votaria esse projeto, mas outras não. Banheiro unissex, uma série de questões que eu também acho que ultrapassa um pouco os limites de até onde eu acredito que deva ir. Então, eu te digo que eu não sou, não me coloco a favor da ideologia de gênero quando me fazem a pergunta chapada “é a favor ou contra?” aí eu falo: “não, eu sou contra!”, mas tem questões ali que são discutidas que eu concordo, que eu posso participar então depende do viés, depende do tema, do que está sendo abordado ali na questão, até mesmo por ser médico, eu, na verdade, tenho minhas crenças religiosas, mas sou um cientista também. Então, eu avalio bem cada proposta, eu não tenho compromisso com nenhuma entidade, “eu tenho que votar contra isso”, não, eu não tenho rabo preso com nenhuma igreja, Presbiteriana, Evangélica, Católica, espírita, com ninguém, não pedi voto pra ninguém, pra defender isso, então, eu tenho essa tranquilidade, e também não tenho compromisso com o público LGBT, outras pessoas, grupos organizados de determinada temática, então meu voto é trabalhado, tem que ser tudo no convencimento, né. Entrevistado E13, sincrético	
Entrevistador: O senhor participa de alguma agremiação religiosa? E se sim ou se não, isso foi importante pra sua entrada na política? Entrevistado: Sim, faço parte sim e ajuda muito, ne? Entrevistador: E o senhor é de qual agremiação? Entrevistado: Eu faço parte da Igreja Mundial Entrevistador: É uma Igreja Pentecostal? Entrevistado: Não, tradicional Entrevistado E27, evangélico pentecostal	Entrevistador: O senhor se considera pentecostal? Entrevistado: Não vou te falar que sou, acho que a gente é um pouco avivado Entrevistado E11, evangélico pentecostal

Quadro 26: Resposta pergunta 2 – E 19
Quadro 27: Resposta pergunta 1 – E 11
Quadro 28: Resposta pergunta 1 – E 04
Quadro 29: Resposta pergunta 5 – E18
Quadro 30: Resposta pergunta 5 – E 13
Quadro 31: Resposta pergunta 2 – E 27
Quadro 32: Resposta pergunta 5 – E 11

Os quadros 26 e 27 retornam a questão sobre pertencimento à agremiações religiosas. E19 (católico) aponta que sua atividade política iniciou com o trabalho desenvolvido internamente à sua denominação, fato comum nos religiosos de diferentes credos entrevistados. Já o seguinte entrevistado, E11 (evangélico) faz questão de apontar que o número de fieis da sua igreja demonstraria que não há um interesse político sobre sua atuação religiosa, outro apontamento acionado por mais vereadores que “comparam” o tamanho das suas denominações para justificar uma possível “neutralidade política”. Mas isso também é abordado por vereadores tidos como não religioso, como E 13 (sincrético) cuja fala semelhantemente elegeu esse lugar situado não vinculado a religião como confirmação da sua autonomia de pensamento.

O quadro 28 resgata uma fala do entrevistado E04 (espírita) que remete a um lugar afetivo que a CMBH projeta em muitos dos vereadores ouvidos. Não apenas a lembrança da família é um dos argumentos mais acionados, mas também um certo sentimento de “orgulho”, de “honra” e de que a eleição seria um “prêmio” pela sua vida pregressa de muito trabalho a favor da população. Servindo inclusive como um demarcador de origem, de que a política representativa seria um lugar para “poucos” e que essa chegada e permanência é antes de tudo, uma “oportunidade” para “fazer melhor”.

Esse sentido de perceber o espaço que manifesta o entrevistado E18 (evangélico), também se revela em outras falas. Ela se une a perspectiva de que a política na CMBH revelaria o caráter “verdadeiro” das pessoas. Essa visão aponta que as subjetividades sobre a figura de quem seja o vereador determinam também as suas pretensões políticas e a visão da sua atuação pelos seus pares. Não raro percebemos entrevistados religiosos direcionando críticas sutis a outros entrevistados religiosos com um forte componente de julgamento moral sobre a relação de púlpito x palanque e não apenas político. Ainda, quebra opiniões que olvidam sobre a existência de concorrência interna dentro dos agrupamentos.

Por findar, não poderíamos deixar de apontar sobre as identificações religiosas. Embora este trabalho tenha se esforçado para revelar o credo específico de cada vereador, os mesmos nem sempre partilham do conhecimento sobre diferenciação interna dos movimentos religiosos. Assim, curiosamente, em mais de uma ocasião o entrevistado ainda que religioso, não sabia contextualizar ou se vincular a alguma corrente específica, mas antes valorizava a pertença pelos “valores comuns”.

Também observamos estratégias pessoais de auto-declaração que se mostraram como emblemáticas e que levaram a observar situações diversas como:

a) entrevistados publicamente conhecidos por serem de um credo, mas que declararam ao pesquisador serem apenas “cristãos” E30 (católico) – retificado pelo gabinete, E32 (cristão não denominacional), identificado na pesquisa como se autodeclarou;

b) entrevistados evangélicos que não sabiam sobre a diferenciação do pentecostalismo ou indicaram uma tendência contrária; alguns, dentre eles, E11, E27, nesse caso foram identificados como pentecostais

c) entrevistado conhecido publicamente como católico que se declarou nominalmente como evangélico ocasional, E25, retificado pelo gabinete, identificado como “não declarado”.

d) entrevistado que inicialmente se autodeclarou como “agnóstico” mas posteriormente se vinculou como “sem religião”, E21.

Essas posições reafirmam a identificação de uma ética interdenominacional como prevalente na CMBH, mas agora em confirmação a uma validação coletiva da própria trajetória política. Ou seja, as distintas identificações de credos apontam para a quebra de uma hegemonia religiosa única e escancaram como a multiplicidade de credos encaminha-se como uma característica constitutiva das disputas entre o poder religioso e o poder político. Enfim, estas foram as principais considerações encontradas sobre a questão da autodeclaração religiosa.

A partir de agora, avançamos para a análise das atuações e mobilizações *in concreto* dos vereadores. Se antes o interesse foi em perceber as falas e os discursos, agora partimos para a política aplicada ao cotidiano. E essa ilustração que se segue altera substancialmente nossa mirada para as tensões. Uma vez que tratar sobre auto-validação política e conhecer perfis e trajetórias pessoais dos vereadores, embora importantes para a compreensão dos atores, não acusa claramente os excessos e os acertos dos mesmos.

É para isso que a pesquisa de campo avança em mapas de comportamento, perfis de atuação e principalmente projetos de lei encampados pelos investigados.

CAPÍTULO 4: QUEM FALA NA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE?

Nos últimos anos multiplicam-se notícias sobre a atuação das bancadas conservadoras no poder legislativo. No Congresso Nacional, a alcunha de bancadas BBB referindo a bancadas da bíblia, do boi e da bala, dizem sobre a atuação de muitos representantes das velhas ordens do poder religioso, do poder econômico e do poder político.

O termo “Bancada Evangélica” é também hoje um assunto público, geralmente se referindo a um grupo de religiosos evangélicos que atuam conjuntamente na política, ainda que o mesmo não ocorra com outras bancadas religiosas existentes. Embora nos incomodava essa representação simbólica nos debates e na mídia pela generalização dos fiéis que supostamente seriam representados, despertava maior interesse as justificativas políticas e religiosas que tais representantes atribuem ao seu desempenho e sua atuação político-eleitoral. Em Belo Horizonte, a então conhecida “Bancada Evangélica” já era uma das mais numerosas desde eleições anteriores, mas assumiu um importante protagonismo quando, em 2016 elegeu aproximadamente 17 vereadores, 41% do total.

Em compilação de informações de diferentes notícias da internet, levantamos que o número de representantes identificados como evangélicos na Câmara Municipal de Belo Horizonte passou de quatro representantes (em 2.000) para dezessete representantes (em 2.016). A saber, em 2.000: quatro representantes¹⁰⁰, em 2.004: cinco representantes¹⁰¹, 2.008: oito representantes¹⁰², 2.010: dez representantes¹⁰³, 2.012: onze representantes¹⁰⁴ e por fim a partir de 2.017: dezessete representantes, identificados a partir dessa pesquisa.

A partir do segundo semestre de 2.017, configura-se um agrupamento denominado de “Bancada Cristã”, segundo seus articuladores, uma nomenclatura para agregar não apenas os evangélicos, mas todos que lutam pelos valores da família.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/quem-%C3%A9-quem-na-c%C3%A2mara-de-bh-1.253874>. Acesso em 04/07/2018.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/quem-%C3%A9-quem-na-c%C3%A2mara-de-bh-1.253874>. Acesso em 04/07/2018.

¹⁰² Idem 108

¹⁰³ Idem 107

¹⁰⁴ Disponível em: <https://bhaz.com.br/2016/11/01/bancada-evangelica-na-camara-de-belo-horizonte-ganha-quatro-novos-reforços-a-partir-de-2017/>. Acesso em 04/07/2018

Esse nome resgata a mesma nomenclatura dada na legislatura anterior ao agrupamento de vereadores que aprovaram emendas para supressão da necessidade de valorização da diversidade no currículo escolar nas discussões do PL.1.700/2015 que estabeleceu o Plano Municipal de Educação e congregava entre tantos vereadores, representantes de distintos credos.

Em setembro de 2017 a imprensa noticia a existência da referida bancada com a presença de vinte e cinco nomes em um grupo de uma rede social (Whatsapp)¹⁰⁵. O site oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte também registra duas articulações de uma denominada “Bancada Cristã” em discussões sobre gênero e diversidade mas não identifica quem seriam seus componentes.

A primeira, na supressão das discussões de gênero do escopo de trabalho da Diretoria da Educação Inclusiva e Diversidades pelo Decreto 16.717/2017 do Executivo Municipal¹⁰⁶. E a segunda, em audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Lei Orgânica 3/17 (PELO. 3/2017), que pretende proibir a tramitação de projetos legislativos que proponham a discussão ou incluam os termos "gênero" e "orientação sexual" em qualquer currículo escolar¹⁰⁷.

Além dessas notícias, não há nenhuma formalização deste agrupamento na Câmara Municipal de Belo Horizonte nessa legislatura. Nossa hipótese é que isso talvez se deu porque a formalização pode significar diminuição do tempo de fala das lideranças partidárias. Temos, portanto um agrupamento *de facto*, mas que não se constituiu formalmente. O que fortalece a ideia de que tal agrupamento não apresenta unidade de posicionamentos na esfera pública, como é propagado.

Não ser formalizado dificulta a identificação completa de quem seriam os vereadores que compõem a referida bancada, mas não parece impactar no imaginário político que circunda a CMBH. A atuação da Bancada Cristã é sempre muito destacada, em todas as entrevistas com os vereadores e no cotidiano das discussões dos projetos.

¹⁰⁵ Disponível em: < <http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/bancada-evang%C3%A9lica-ganha-esp%C3%A7o-e-consolida-se-como-a-maior-da-c%C3%A2mara-de-bh-1.559753>>. Acesso em: 20/06/2018

¹⁰⁶ Disponível em: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/10/supress%C3%A3o-de-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-por-decreto-repercute-entre-vereadores>>. Acesso em 20/06/2018

¹⁰⁷ Para acompanhar o processo legislativo, favor consultar: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2018/02/em-audi%C3%AAncia-tratamento-de-quest%C3%B5es-de-g%C3%AAnero-nas-escolas-dividiu>>. Acesso em: 20/06/2018.

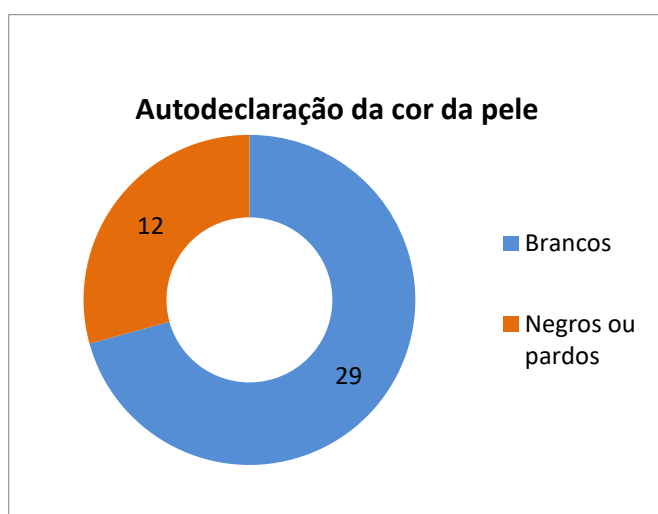
Ela existe, se articula e disputa as pautas, sobretudo no campo da moralidade e no cômputo do apoio ou não às posições do Executivo. Embora não se possa distinguir quem seriam os seus apoiadores “fixos”.

A ideia compartilhada pelo senso comum é a de que tal bancada congregaria todos os evangélicos declarados, conjuntamente aos demais vereadores que acompanham as pautas com determinados temas moralizantes vistos como religiosos. Porém, sob esse critério, temos um resultado variável entre 23 a 28 vereadores que não convalida as informações originais sobre a “Bancada Cristã”.

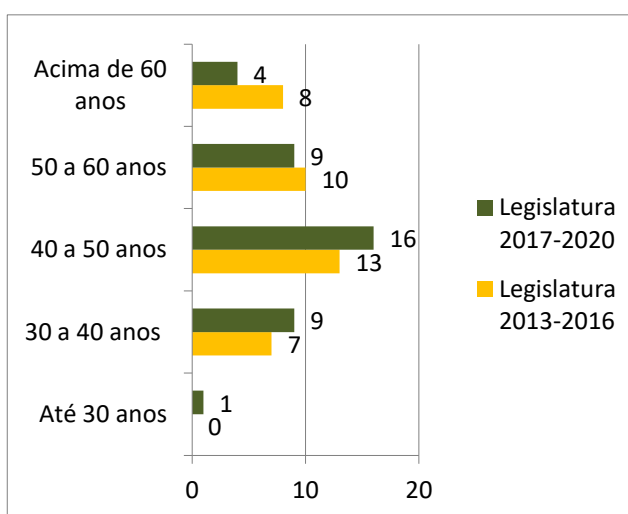
Por isso, aqui nossa opção será apresentarmos inicialmente informações gerais sobre as composições e perfis político-sociais de todos os vereadores e a partir daí, adentrarmos nas articulações e projetos de lei avistados que sugiram quais os marcadores conjuntos de atuação. Assim, essas informações poderão servir para tornar pública a dinâmica da Câmara e pode nos sugerir caminhos para observação do comportamento e da definição dos atuantes desse grupo em particular. Buscamos apontar como os perfis dos vereadores distanciam da população geral da cidade, e ainda como o padrão de comportamento dos vereadores religiosos na CMBH contraria o sugerido comportamento político em zigue-zague dos pentecostais, vistos anteriormente.

4.1. Marcadores e perfis dos vereadores de Belo Horizonte/MG

Quadro 33: Autodeclaração da cor da pele



Quadro 34: Comparativo faixa-etária CMBH



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SANTOS, 2016

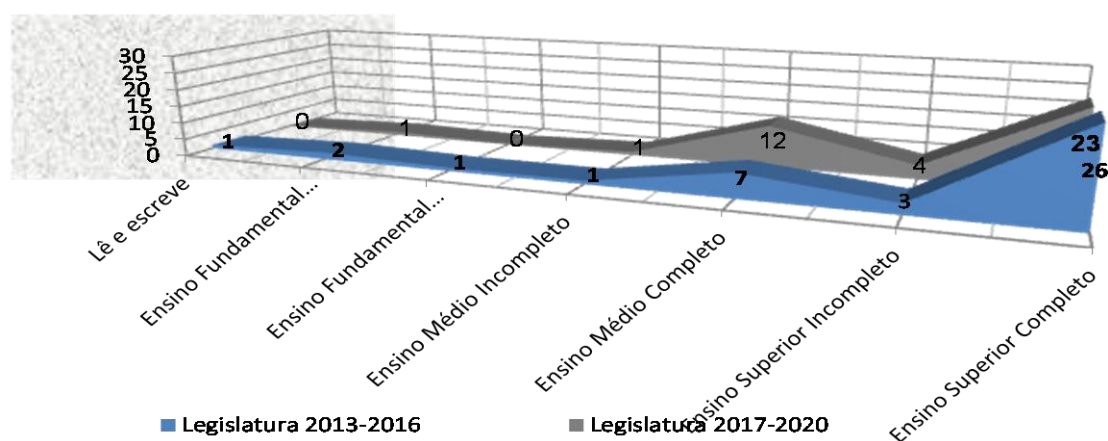
Para esta exposição¹⁰⁸ utilizaremos dados compilados pelo pesquisador Bruno Carazza dos Santos através de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE - MG) sobre a configuração da Câmara Municipal de Belo Horizonte na Legislatura 2017-2020¹⁰⁹.

Na CMBH, são apenas quatro mulheres dentre todos os quarenta e um representantes eleitos ante uma vereadora na eleição anterior (2012), sendo que as mulheres receberam apenas 14,6% dos votos totais do eleitorado, demonstrando uma forte sub-representação das mulheres na CMBH.

Quanto à autodeclaração da cor de pele: 71% dos vereadores se declaram brancos (29) e 29% pretos (1) ou pardos (10), conforme quadro abaixo, outro indicativo de uma grave subrepresentação por recorte racial. Ainda, quase 40% dos vereadores estão na faixa etária de 40 a 50 anos, já as faixas etárias de 50 a 60 anos (- 1) e acima de 60 anos (- 4) puxaram a queda da média de idade dessa legislatura.

Esses dados iniciais apontam uma Câmara majoritariamente composta de homens, brancos, com idade entre 40 a 50 anos e escolaridade acima do ensino médio. Tais dados se referem a composição geral da CMBH, compondo todos os credos observados. Um perfil contrastante com a configuração média da sociedade belo-horizontina.

Quadro 35: Escolaridade CMBH



¹⁰⁹ SANTOS, Bruno Carazza. Da **minha aldeia eu vejo o universo: Encerrada a eleição, é hora de conhecer a nova Câmara Municipal de BH**. Disponível em < <http://leisenumeros.com.br/2016/11/da-minha-aldeia-eu-vejo-o-universo-encerrada-a-eleicao-e-hora-de-conhecer-a-nova-camara-municipal-de-bh/>>. Acesso em 07/06/2018.

Tabela 1: Patrimônio declarado CMBH

Patrimônio	Legislatura 2013-2016	Legislatura 2017-2020
Não declarou	2	4
Até R\$250.000	17	21
Entre R\$ 250.000 e R\$500.000	7	9
Entre R\$500.000,00 a R\$ 750.000	5	2
Entre R\$750.000 a R\$1.000.000	5	3
Acima de R\$1.000.000	5	2

Fontes: Elaborado pelo autor a partir de SANTOS, 2016

Assim, é possível apontar que sob o ponto de vista de marcadores de raça, gênero, escolaridade e classe, a representação na CMBH não corresponde à maioria dos eleitores da cidade. Mas e sob o ponto de vista religioso? Os religiosos presentes na CMBH compartilham de perfis semelhantes aos seus supostos representados? A seguir tentaremos apontar dinâmicas que contribuem com este pensar.

De início apontaremos a configuração religiosa com a identificação dos credos dos entrevistados, posteriormente, exemplificaremos os principais projetos que identificam comportamentos dos vereadores a fim de contribuir nesse mapeamento.

4.1.1. Configuração Religiosa dos Vereadores na CMBH

A partir das entrevistas realizadas foi possível à identificação direta do credo de 75% dos vereadores, os demais obtivemos em contato com os gabinetes. Assim, levantamos que 41% dos representantes declaram ser evangélicos (tradicionais e pentecostais/renovados). A categoria evangélico tradicional congrega representantes de igrejas de missão como Igreja Batista e Igreja Presbiteriana (não renovadas). Cabe ressaltar que as igrejas batistas renovadas correspondem a quase 40% dos representantes evangélicos da CMBH e são distribuídas em cinco denominações batistas distintas.

Também 13/41 (32%) se declaram católicos, destes, três vicentinos, dois da Renovação Carismática Católica e um adepto da Teologia da Libertação, os demais não especificaram. Outros vereadores que apontaram partilhar de outras religiosidades na

atualidade revelaram que antes eram de tradição católica, dentre eles, E02 (ateu), E21 (sem religião), E25 (não declarado), E13 (sincrético), E28 (sincrético) e E14 (evangélico).

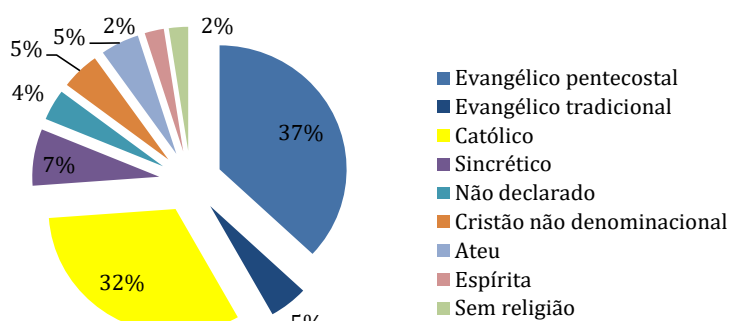
Por findar, a categoria cristão não-denominacional se refere aos que se declararam como “cristão” sem especificar qual denominação¹¹⁰ e os sincréticos aos que de forma autônoma assim se identificaram, destes 2 dizem partilhar de uma religiosidade mesclada entre o catolicismo somado à práticas espíritas.

Quadro 36: Perfil Religioso CMBH 2017-2020

Tabela 2: Vereadores por credo religioso

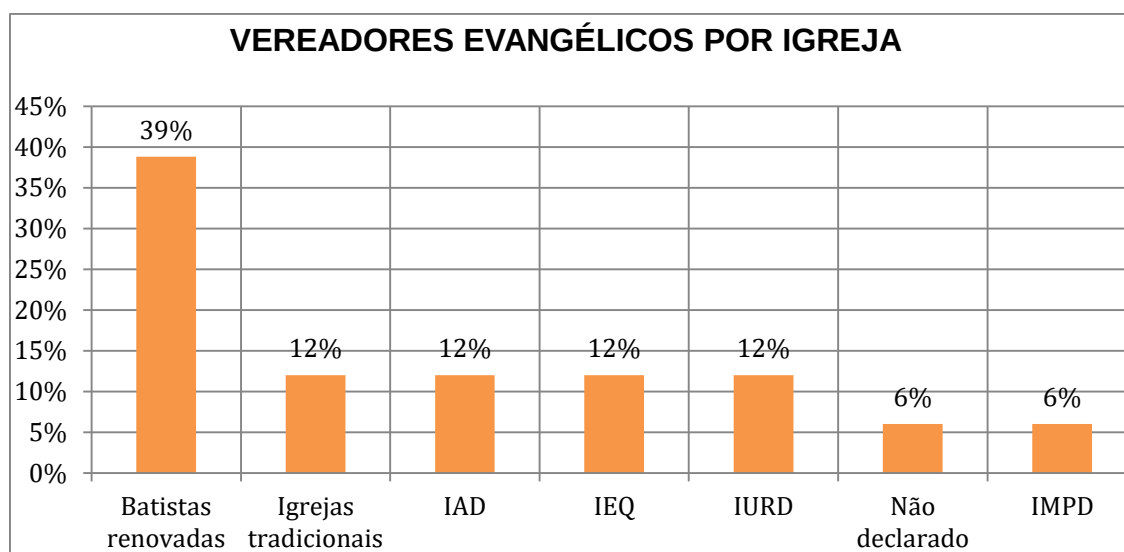
Quadro 37: Vereadores evangélicos por Igreja

Fontes: Elaborado pelo autor



Credo	
Evangélico Pentecostal	15
Católico	13
Sincrético	3
Evangélico Tradicional	2
Cristão não denominacional	2
Ateu	2
Espírita	1
Sem religião	1
Não declarado	2

IAD – Igreja Assembleia de Deus
 IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular
 IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
 IMPD – Igreja Mundial do Poder de Deus



¹¹⁰ Incluindo um vereador (E32) que embora seja conhecido publicamente como evangélico nessa ocasião se declarou “cristão”.

Esse perfil religioso dos vereadores também demonstra disparidades com a configuração religiosa geral da cidade, havendo uma forte representação de algumas igrejas pentecostais em relação às outras, sobretudo das Igrejas Batistas Renovadas, e também em relação ao total de católicos.

Enquanto na população de Belo Horizonte a proporção é de 60% de católicos, 25% de evangélicos, 8% sem religião e 4% de espíritas¹¹¹, na atual legislatura da CMBH o mapa religioso indica 32% de representação católica e 42% de evangélicos, 2% de sem religião e 2% de espíritas.

Esses dados fortalecem a noção que está configurada uma tímida participação de outras religiões não cristãs na esfera política do município de Belo Horizonte e também de cidadãos ateus e sem religião, números inferiores inclusive à proporção desses cidadãos na cidade.

4.2. Comportamentos e articulações:

Agora que já iniciamos a exposição dos perfis gerais e também religiosos dos vereadores na CMBH, apresentaremos alguns comportamentos e articulações políticas observadas na pesquisa de campo. Os projetos de lei selecionados surgirão a partir da observação do campo de pesquisas. Tais projetos foram os mais reivindicados nas disputas na esfera pública, sendo os que mais repercutiram na mídia e nas redes sociais. São também os projetos cuja margem de mobilização política direciona os trabalhos da casa e dividem os vereadores em agrupamentos.

Uma prévia deste assunto foi apresentada no 5º Encontro de Pesquisadores de Direito e Religião em maio de 2018¹¹². Na nossa comunicação oral discutimos sobre como as dezenas de entrevistas realizadas apresentaram novos parâmetros e surpresas sobre as disputas e debates entre os vereadores na Câmara. É necessário que algumas dessas dinâmicas sejam aqui expostas para que o leitor conheça sobre os debatedores e articulações que ali encontramos.

¹¹¹ NESP. **Perfil do município de Belo Horizonte/MG**. 2.016. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Belo_Horizonte.pdf>. Acesso em 29/07/2.018.

¹¹² Comunicação oral no 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião em maio de 2018. CUNHA, Daniel A. **O discurso e o testemunho: as identidades político-religiosas na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião. Universidade Federal de Uberlândia. Comunicação Oral. 2018

Inicialmente analisamos alguns projetos que possibilita definir as configurações e os agrupamentos constituídos de facto. Isso porque a dinâmica informal de mobilização dos vereadores para aprovação dos projetos é a que mais articula e desarticula os entrevistados, sendo um bom indicativo para percebermos os atores políticos por trás das articulações.

Aqui traremos algumas dessas articulações. A primeira delas, o Projeto de Lei 1.642/2.015 trata sobre o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas de Belo Horizonte. Esse projeto se iniciou na legislatura anterior, mas teve o seu desenrolar no início da legislatura atual. Foi um dos primeiros aportes significativos sobre o padrão de votação dos vereadores sobre uma temática afeita à religião. E não qualquer temática, mas uma bastante reivindicada pelos entrevistados religiosos: a educação e o ensino.

Cabe inferir que nossa análise será em relação à movimentação formal nas comissões até a chegada à votação em plenário. Ou seja, observaremos como os religiosos se mobilizaram inicialmente frente ao espaço institucional.

A segunda movimentação específica a ser contextualizada será o Projeto de Lei 378/2.017 que demonstra como as forças políticas que integram a Legislatura 2017-2020 se articulam perante o Executivo Municipal e com o Prefeito e é de suma importância porque aponta para mobilizações que não estão circunscritas apenas no debate sobre pautas religiosas. E além, demonstra como a articulação nos bastidores impacta na disputa por apoios políticos. Nesse caso, também estamos diante de mobilizações de religiosos frente ao espaço institucional.

As demais movimentações tratarão sobre outros projetos de lei encontrados tramitados e em tramitação, sobretudo projetos articulados por membros da chamada “Bancada Cristã”. Eles mantêm em comum a confluência de vereadores de diversos credos unidos sob a defesa pública de pautas moralizantes e religiosas.

A grande incidência desse tipo de articulação chamou bastante a atenção deste pesquisador, que a partir disso passou a mapear os quantitativos de projetos individuais e coletivos de todos os vereadores como forma de observar como essas articulações coletivas se projetam em busca da hegemonia política na CMBH, ao fim foi também possível ver como a disputa da pauta sobre assuntos religiosos transcende a essa esfera.

4.2.1. Projeto de Lei 1.642/2.015: Ensino religioso nas escolas públicas:

“Kalil veta ensino religioso nas escolas de BH - O prefeito alegou que a Câmara Municipal não tem competência para propor lei neste sentido e que a regra contraria as diretrizes básicas da educação”. Essa notícia, propagada nos principais veículos de comunicação de Belo Horizonte¹¹³, registrou sucintamente o fim do processo legislativo, com o veto do Prefeito ao Projeto de Lei 1.642/2.015¹¹⁴ que pretendia instituir o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas de Belo Horizonte.

A argumentação utilizada para a derrubada da proposta e também para a manutenção do veto pelo Plenário da Câmara centrou-se na sua impossibilidade legal, ora sob a justificativa de vício formal, por incompetência, ora pela impossibilidade orçamentária do projeto, sem analisar o mérito da proposta.

Esse Projeto de Lei foi iniciado na legislatura anterior e apoiado pela “Bancada Cristã” desde seu retorno a tramitação em 2017, sendo aprovado em todo processo legislativo até a chegada à nova legislatura. Portanto, toda a tramitação ocorreu antes da conclusão do julgamento da ADI 4.439 que tramitava no STF sobre o ensino religioso confessional nas escolas públicas. Em Belo Horizonte, 5 meses antes da conclusão do julgamento, o novo prefeito vetou a proposta e a partir daí coube a apreciação do veto aos vereadores da legislatura 2017-2020.

Em todo o processo ocorrido a partir de 2015, percebe-se que dos 13 documentos anexados com parecer, apenas 2 não se omitiram e enfrentaram a questão de mérito além da questão técnico-formal. Ou seja, em 13 relatórios de 6 movimentações distintas, em dois turnos de votação (fase de discussão e fase de votação), apenas 2 pareceres trataram do debate sobre a religião e se isso seria contrário à laicidade, também não houve audiências públicas registradas sobre a temática e as reuniões sobre o assunto foram marcadas por forte abstenção parlamentar.

Mesmo na principal fase de debates, aquela em que mais se espera o confronto de ideias e posições políticas discordantes, ocorreu uma alocação de fundamentos técnico-formais para a definição da juridicidade e assim se limitou a discussão. Embora sem

¹¹³ Para saber mais, favor conferir: Jornal Estado de Minas: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/04/interna_gerais,851641/kalil-veta-ensino-religioso-nas-escolas-de-bh.shtml, acesso em 28/05/2017.

¹¹⁴ Para acompanhar o processo legislativo, favor consultar: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/1642/2015>. Acesso em 28/05/2017

vícios aparentes no processo, já que o rito processual seguiu seu caminho formal passando pelas comissões que emitiram seus pareceres. Percebe-se que a discussão se deu em torno da própria formalidade da proposta, o projeto de lei afirmava que *“Dispõe sobre a obrigatoriedade de aulas de ensino religioso nas escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências”*.

Com esses termos, as discussões centraram-se:

1. impossibilidade de lei municipal fixar critérios para toda rede de ensino, tanto municipal quanto estadual;
2. impossibilidade de fixar obrigatoriedade de conteúdo de ensino religioso quando a legislação superior não admite e
3. impossibilidade orçamentária.

Contudo, o debate não avançou fora desses contornos. Nem mesmo na disputa do sentido legal fizeram referências à controvérsia política. Abaixo, segue breve retrospecto da discussão:

Quadro 38: Resumo do Processo Legislativo PL. 1.642/2015

Instância	Argumentação	Mérito
Apresentou o projeto com justificativa e fundamentação no mérito Discussão em 1º turno:		
Comissão de Legislação e Justiça	Pela Constitucionalidade, Ilegalidade e regimentalidade: a ilegalidade se encontraria em obrigar o ensino religioso quando a legislação evoca ser facultativo.	Não
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo	Pela aprovação – justifica que o requisito formal anterior seria opinativo. Sem enfrentar o requisito formal.	Não
Comissão de Administração Pública	Pela rejeição: analisou a questão de mérito e rejeitou o parecer por questão formal	Sim
Comissão de Finanças Públicas	Pela aprovação: apenas analisou que a realização de concurso cumpre o requisito formal	Não
Aprovado em 1º Turno. Emenda n.1: Obrigatoriedade do ensino religioso apenas para o ensino fundamental Discussão em 2º Turno		
Comissão de Legislação e Justiça	Pela Constitucionalidade, Ilegalidade e regimentalidade. Mesmo com a emenda, não se retira o caráter antijurídico da norma porque contraria dispositivo municipal amparado em legislação federal.	Não
Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo	Pela aprovação – justifica que o requisito formal foi cumprido com a emenda – Não votado por falta de quórum	Não
Comissão de Administração Pública	Pela rejeição do parecer por questão formal	Não

Comissão de Orçamento e Finanças Públicas	Pela aprovação apenas fundamentando formalmente, ainda que agora analisando a emenda n.1	Não
Comissão de Legislação e Justiça para redação Final	Pela aprovação da redação final, fundamentação exclusivamente técnica.	Não
Veto do Prefeito	Apenas fundamenta as questões de mérito na parte dispositiva mas não enfrenta como argumento.	Não
Comissão de Análise do Veto	Pela manutenção do veto: analisou os requisitos formais e também fundamentou a questão do mérito.	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor

Tanto os vereadores favoráveis, quanto os contrários, emitiram seus pareceres sem se remeterem ao conteúdo do mérito. Salvaguardas, por exemplo, a prática comum dos vereadores de ora dispensar maior atenção à disputa oral em plenário em detrimento dos pareceres formais escritos, ora em sentido diverso, emitindo pareceres com complexa argumentação.

De qualquer forma, a disputa em torno do formalismo é por si só uma disputa política e reforça o questionamento, mesmo quando a legislação exige fundamentação de todos os pareceres e tendo uma equipe técnica disponível.

Tal postura aponta para uma escolha deliberada pela secundarização da temática, deslocando o centro da disputa para a institucionalidade, fortalecendo um viés normativo e restritivo em detrimento do caráter político. Para os favoráveis à proposta, a diminuição do debate seria uma forma de evitar emendas ao projeto, já para os contrários, seria um caminho abreviado para ganhar a pauta em plenário, já que os votos favoráveis já estavam desenhados com as discussões nas comissões.

Após as eleições de 2016, coube ao novo Prefeito sancionar ou vetar a proposta. Na votação pela manutenção do veto todos os quinze votantes a favor do ensino religioso podem ser apontados como da “Bancada Cristã”, sendo três deles católicos. Dos doze votos contrários, apenas E03 é evangélico.

Essa movimentação traz outros dados importantes, a começar pela forma como a tramitação do projeto ocorreu, aprovado na penúltima reunião ordinária da legislatura, com pouca participação democrática e menos visibilidade pública. Quando retornou para a legislatura 2017-2020, vimos que o projeto não contou com a mobilização dos vereadores cristãos para sua aprovação.

Essa dinâmica aponta para um grave problema da política representativa percebido nas disputas na Câmara, a perda de efetividade dos mecanismos de representação.

Ainda que se possa argumentar pela inconstitucionalidade desse projeto, é desfavorável para a democracia que os representantes eleitos não estabeleçam um ambiente de debates livres. Ora, tanto os argumentos legais quanto a possibilidade de ampliação do debate foram suprimidos pelas votações em plenário, que conformaram-se em mobilizar os diversos atores na votação e na mobilização da máquina administrativa em torno apenas da disputa pela aprovação do projeto.

4.2.2. As articulações do Projeto de Lei 378/2.017 e a benção ao Executivo:

O segundo projeto analisado é o PL. 378/2.017 que tratou de aumento salarial e ajustes em direitos trabalhistas de servidores municipais. A particularidade desse projeto é que ele é um marcador importante sobre o apoio dos vereadores à Prefeitura, nisso incluída a dinâmica de indicações políticas e da disputa por verbas, recursos e influências.

A movimentação atípica nos corredores da CMBH no final de novembro de 2017 demonstrava uma forte pressão dos servidores municipais nos gabinetes dos vereadores. Em conversa com alguns, revelou-nos que se tratava de uma força tarefa com mais de 200 servidores municipais que buscavam em grupos e turnos, conversar com todos os vereadores a respeito da votação que se aproximava.

Havia um ambiente nervoso, com confusão, gritaria, agressões e correria na CMBH¹¹⁵. Um dos vereadores relatores E35 (católico) chegou a afixar um cartaz na porta do seu gabinete onde dizia lutar em prol dos servidores públicos e negou dar entrevistas a este pesquisador em virtude dessa e outra relatoria considerada como “pauta-bomba”.

O PL. 378/2.017 foi votado em 20 de novembro de 2017 e foi um dos primeiros grandes desafios para o Prefeito, envolvia interesses de uma classe organizada, com forte atuação e articulação dentro da CMBH (professores e servidores) e foi considerado de grande necessidade para o Executivo Municipal em busca de contenção de gastos¹¹⁶.

Ao fim, aprovou-se por unanimidade o aumento de 2,53% para o funcionalismo público municipal – retroativo a agosto do mesmo ano. Já o objeto das discórdias, as emendas que reduziriam benefícios como férias-prêmio, quinquênio e licença para

¹¹⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/servidores-municipais-protestam-na-camara-municipal-de-belo-horizonte.ghtml>>. Acesso em: 16/05/2018

¹¹⁶ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/20/interna_politica,918117/vereadores-aprovam-reajuste-dos-servidores-municipais-e-mudancas-no-es.shtml>. Acesso em: 16/05/2018

acompanhamento de parentes enfermos, foram aprovadas por 24 votos favoráveis e 15 contrários.

Embora o projeto do Executivo tenha sido aprovado, a movimentação foi uma das maiores no período pesquisado, com grande divulgação na mídia e repercussão na política local. Foi apontado pelos colunistas políticos como o primeiro grande desafio do Executivo Municipal e que definiu quem seriam os vereadores da base do governo.

Por um lado, os servidores declararam publicamente¹¹⁷ um “*rompimento entre os servidores e a Prefeitura*”, por outro os 15 votos contrários revelaram uma divisão no bloco de vereadores que até antes apoiavam o governo, como E20 (católico), E12 (evangélico) e E32 (cristão não denominacional), causando a primeira votação onde o governo perdeu a maioria qualificada¹¹⁸.

Dois dias após a votação, este pesquisador esteve no gabinete do líder da base do governo (E25, não declarado), ocasião em que foi convidado por um assessor de outro vereador para participar de uma “oração de agradecimento a Deus” dentro do gabinete. Esse convite, uma coincidência, foi direcionado a todos os presentes na sala de recepção em que este pesquisador aguardava e também aos funcionários (embora a grande maioria manteve em seus postos de trabalho).

A oração foi rápida e se iniciou por volta das 15-16h no gabinete pessoal do referido vereador, contou com a presença de aproximadamente 10 pessoas, sendo alguns assessores e dos vereadores E19 (católico), E11 (evangélico), E39 (evangélico), além de mais alguns presentes não identificados, dentre eles, pastores e funcionários. Todos os vereadores presentes eram do grupo de governistas que votaram a favor das emendas no PL. 378/2.017.

A oração foi conduzida por um dos vereadores e complementada por um dos pastores, consistiu em um agradecimento a Deus por uma “vitória” recente e se destacou pelo ecumenismo com a presença de todos, católicos e evangélicos e demais orando de mãos dadas. Destacaram-se as falas de que “*O poder não está com o prefeito, mas com Deus*”, e o encerramento em tom de superação. Ao fim, um convite para a participação no estudo bíblico ecumênico semanal.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/ap%C3%B3s-confus%C3%A3o-na-cmbh-servidores-municipais-perdem-benef%C3%ADcios-1.1544423>. Acesso em: 16/05/2018

¹¹⁸ O noticiário narra ainda retaliações políticas do governo municipal aos vereadores que votaram contra as emendas da PL.378/2017. Disponível em: < <https://bhaz.com.br/2017/11/22/coluna-do-orion-kalil-perde-maioria/> > Acesso em 16/05/2018.

Ali transpareceu que a oração se deu após uma reunião conjunta entre parte dos apoiadores do prefeito junto ao líder do governo, sendo que a oração se revelou como um ato de conclusão dos trabalhos e serviu ao mesmo tempo como componente simbólico (mas não exclusivo) de legitimação do apoio político entre os presentes.

Essa oração foi vivenciada após (e dentro) de uma reunião política com vereadores que votaram a favor da proposta do governo na PL. 378/2.017. Por isso o contexto sugere que se refere à articulação dada para aprovação da proposta.

Cabe destacar que na mesma votação do PL. 378/2.017, dentre os vereadores que foram contrários ao executivo, também se destacaram membros apontados como sendo da chamada “Bancada Cristã” na CMBH, como E12 (evangélico), E03 (evangélico), E32 (evangélico), E40 (evangélico). Esse fato demonstra uma legitimação religiosa da atuação política envolvida, mas também demonstra não ser possível a sua generalização. Se for fato que há vereadores que acionam o simbólico religioso na legitimação do cotidiano político, também o é que tal legitimação pode ser ofertada em distintas posições de disputa (contra e a favor do governo, por exemplo).

Dessa movimentação, contudo, o destaque é justamente a presença de vereadores de distintos credos orando juntos sobre um assunto que não diz respeito a pautas sobre a religião. Esse fato confunde a lógica inicial de atribuir posições estanques aos parlamentares. Ou distribuí-los entre evangélicos conservadores que acionam a esfera religiosa x demais. Para avançarmos na tentativa de apontamento do comportamento dos religiosos seguiremos com a contraposição das articulações antes e após tal votação.

Ao assumir a Prefeitura Municipal, a base do governo contava com aproximadamente 8 vereadores, sendo 4 da coligação que elegeu o Prefeito e os demais que declararam apoio após a eleição¹¹⁹. A partir desse critério todos os demais 33 vereadores podem ser apontados como oposição (11 vereadores), independentes (9 vereadores) e indefinidos (11 vereadores), em relação à articulação do processo eleitoral.

Adiante compilamos o credo declarado de todos esses e os separamos pelas categorias: a favor do governo (situação: 8 vereadores), contra o governo (oposição: 11 vereadores) e independente/indefinidos (22 vereadores).

¹¹⁹Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2016/11/01/alexandre-kalil-tera-oposicao-forte-na-camara-belo-horizonte.html>>. Acesso em 10/06/2018

Tabela 3: Mapa político da CMBH após a eleição 2016, por credo.

Vereadores	A favor do governo	Contra o governo	Independente-Indefinido
Evangélicos	18% (3)	29% (5)	53% (9)
Católicos	15% (2)	31% (4)	54% (7)
Demais ¹²⁰	27% (3)	18% (2)	55% (6)

Fonte: Elaborado pelo autor

Já a configuração dos votos na PL. 378/2.017, realizada aproximadamente 1 ano após a eleição, delimitou um novo marco da base do governo e da oposição e assim apontou.

Tabela 4: Mapa político da CMBH após votação PL. 378/2017, por credo.

Vereadores	A favor do governo	Contra o governo	Não votaram
Evangélicos	76% (13)	18% (3)	6% (1)
Católicos	54% (7)	46% (6)	0% (0)
Demais ¹²¹	36% (4)	55% (6)	18%(1)

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa análise sugere que o Executivo Municipal conseguiu o apoio da maioria dos parlamentares evangélicos na votação desse PL. Embora não se possa associar necessariamente a aprovação ou a negação do projeto ao apoio ao governo, uma vez que é possível que o voto tenha ocorrido apenas por convicção política individual, é mais provável que maioria dos parlamentares evangélicos apoiaram a proposta do Prefeito em razão de troca de apoio típico das mobilizações políticas¹²².

Se antes os independentes e indefinidos em relação ao apoio ao governo eram uniformes entre os diversos credos, a partir da PL. 378/2.017 já é possível perceber um apoio sólido dos evangélicos a favor da proposta do governo, relativamente alto dos católicos e mais baixo dos demais credos.

¹²⁰ Congregando espírita, ateus, não declarados, sincréticos, sem religião e cristãos não denominacionais

¹²¹ Idem anterior

¹²² Como na ocasião, poucos dias anterior, em que o prefeito sustou os efeitos do decreto que estabelecia a política de combate à discriminação de gênero nas escolas, apenas 21 dias após sua publicação e após uma reunião com os líderes da Bancada Cristã (isso feito pela publicação do Decreto 16717, que alterou o Decreto 16690/17). Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/10/supress%C3%A3o-de-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-por-decreto-repercute-entre-vereadores>. Acesso em 15/07/2018

Cabe destacar, contudo, que o Prefeito continuou conquistando o apoio desses vereadores nas articulações seguintes. Assim, consideramos que de fato há uma articulação dos religiosos a favor do Executivo. A partir disso, passamos a observar a dinâmica de outros projetos emblemáticos apontados pelo trabalho de campo, agora levando também em conta o papel do Poder Executivo nas mobilizações.

No quadro a seguir destacamos 13 projetos que maior atenção despertou nas mobilizações na CMBH, eles possuem em comum a pauta religiosa no cerne da fundamentação e envolve muitos vereadores identificados com essas pautas. Vejamos um pouco estes outros projetos:

Quadro 39: Principais projetos apontados pelo campo de pesquisa em 2.018			
PROJETO	DISPOSIÇÃO	AUTORIA	TRAMITAÇÃO
PELO 03/2.017	Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município, e contém outras disposições para proibir a tramitação de projetos legislativos que proponham a discussão ou incluam os termos "gênero" e "orientação sexual" em qualquer currículo escolar	Diversos dentre eles: 10 evangélicos pentecostais, 2 católicos, 1 cristão não denominacional e 1 não declarado	Tramitando em 1º turno
PL 122/2.017	Torna obrigatório, no município de Belo Horizonte, que o poder público municipal proíba a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas, textos pornográficos ou obscenos e dá outras providências	E12 (evangélico)	Aprovado em 1º turno – 25 a 8 votos
PL 199/2.017	Altera a Lei nº 10.221/2.011, que Institui o Serviço Voluntário de Orientação Espiritual nos Hospitais de Belo Horizonte e dá outras providências.	E26 (evangélico tradicional)	Tramitando em 2º turno
PL 212/2.017	Proíbe a emissão de alvará para "sex shop" instalado nas adjacências e situações especificadas e dá outras providências.	E39 (evangélico)	Tramitando em 1º turno
PL 214/2.017	Institui o Dia Municipal do Evento “Graça Brasil” da Igreja Assembleia de Deus”.	E39 (evangélico)	Tramitando em 1º turno
PL 274/2.017	Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino do município de Belo Horizonte, o "Programa Escola Sem Partido"	Diversos, dentre eles: 12 evangélicos pentecostais, 1 evangélico tradicional, 1 espírita, 4 católicos, 2 não declarados, 1 cristão não denominacional	
PL 289/2.017	Institui o Dia da Reforma Protestante, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro no Município de Belo Horizonte	Diversos: 11 evangélicos pentecostais, 1 evangélico tradicional e 1 católico	Aprovado Lei 110777/2017
PL 457/2.017	Dispõe sobre as obras e manifestações culturais expostas ou exibidas no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.	E36 (evangélico)	Tramitando em 1º turno
PL 461/2.017	Altera a Lei nº 8.291, de 29 de dezembro de 2.001, que "Institui o mapa de valores genéricos destinado a apuração de valor venal de imóveis para lançamento do IPTU, altera a tabela 111 da Lei nº 5.641/89, altera a Lei nº 7.633/98 e dá outras providências".	E21 (sem religião) E29 (sincrético)	Tramitando em 1º turno
PL 465/2.017	Dispõe sobre a proteção ao uso de indumentária, objetos e pinturas corporais e aos modos de se portar típicos e tradicionais de um povo ou uma comunidade, e dá outras providências.	E21 (sem religião) E29 (sincrético)	Tramitando em 1º turno
PL 493/2.018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação aos pais ou responsáveis sobre a realização de qualquer atividade dentro ou fora do estabelecimento de ensino, sua natureza, sua correlação com a Base Nacional Curricular Comum e seu objetivo didático pedagógico.	E39 (evangélico)	Tramitando em 1º turno
PL 597/2.018	Promove alteração na grade curricular do ensino fundamental nas escolas municipais públicas e privadas da Capital e dá outras providências	E18 (evangélico)	Tramitando em 1º turno
Fonte: Elaborado pelo Autor			

4.2.3. Outros projetos:

Destacamos a já citada Proposta de Emenda à Lei Orgânica 3/17 (PELO. 3/2.017), que pretende proibir a tramitação de projetos legislativos que proponham a discussão ou incluam os termos "gênero" e "orientação sexual" em qualquer currículo escolar¹²³. O projeto reivindica que não poderia ocorrer sequer a discussão do tema, uma proposta de grave censura pública a uma temática cara aos religiosos.

Outro projeto de muita projeção é o PL. 274/2.017¹²⁴ de autoria conjunta de 21 vereadores que pretende instituir o “Programa Escola Sem Partido”. Esse projeto vem atraindo disputas em muitos municípios brasileiros e representa uma grande mobilização de setores conservadores do país na composição de uma pauta conjunta¹²⁵. Na CMBH também está colocado e atrai o apoio da “Bancada Cristã”¹²⁶ e de membros da chamada “Bancada Liberal” como E28 (sincrético).

Outro projeto coletivo de autoria conjunta de 14 vereadores é o PL. 289/2.017¹²⁷ já aprovado (origem à Lei 11.077/2.017), que *Instituiu o Dia da Reforma Protestante, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro no Município de Belo Horizonte*.

Outros projetos estão em tramitação em 1º turno como o PL. 212/2.017¹²⁸ que pretende banir *sex shops* dentro de prédios residenciais e dos que estejam a 500 metros de escolas, além de proibir que esses ostentem vitrines, de autoria de E39 (evangélico pentecostal). Na justificativa do projeto o vereador diz:

¹²³ Para acompanhar o processo legislativo, favor consultar: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2018/02/em-audi%C3%A2ncia-tratamento-de-quest%C3%B5es-de-g%C3%A2nero-nas-escolas-dividiu>>. Acesso em: 20/06/2018.

¹²⁴ Idem: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/274/2017>>

¹²⁵ Há pesquisadores que apontam um caráter de organização nas articulações da pauta, embora nessa pesquisa não foi possível confirmar ou refutar essa hipótese.

¹²⁶ Para conhecer mais sobre a temática consultar:

COSTA, Moreira Júlia. **A Escola “sem” partido em debate: Apontamentos sobre neutralidade e autoritarismo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto. Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

VIANA, Igor Campos. Educação de gênero e sexualidade no marco da Teoria Crítica da Constituição: uma análise reconstrutiva das políticas públicas de educação no Brasil (1998-2014) e a defesa de uma leitura democraticamente comprometida do PNE (2014-2024). **Revista Libertas**, Ouro Preto, v. 3, n. 2, p. 49-70, fev./mar. 2018. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/libertas/article/view/440>>. Acesso em: 12/07/2018.

¹²⁷ Idem

¹²⁸ Idem: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/212/2017>>.

Sabemos que estamos vivendo outros tempos. Tempo avançado onde predomina a ausência de valores essenciais no tocante a dignidade das pessoas. Soa estranha a naturalidade com que muitos convivem com aberrações que agridem o íntimo de nossas consciências. Não me venham falar que sou conservador, vereador quadrado e outros tratamentos mais. Esta iniciativa é fruto da inspiração de inúmeros moradores, constrangidos em terem de conviver com estes estabelecimentos comerciais que agridem os seus princípios, localizados nas proximidades de suas residências. É também uma iniciativa articulada no sentido de coibir que os tais "Sex Shop" se instalem nas proximidades de estabelecimentos de ensino. Por fim, vale registrar que a iniciativa confere ao Executivo valer-se de sua prerrogativa quando da concessão do alvará de funcionamento, exigindo dos empreendedores a observância a determinados requisitos afim de habilitarem-se como proprietários de "Sex Shop". Conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

Alguns projetos voltados para proteção à liberdade religiosa também foram encontrados em tramitação como os PL 461/2017¹²⁹ e PL 465/2017¹³⁰ de autoria conjunta de E21 (sem religião) e E29 (sincrético) da “Bancada de Esquerda” que pretende estender benefícios de imunidade para templos de religiões de matriz indígena e africana e garantir a proteção ao uso de indumentárias e objetos típicos e tradicionais.

Na área LGBTQI+ além dos projeto já citados inicialmente pela atuação contrária da Bancada Cristã, temos a tentativa de instituir o Dia Municipal da Parada do Orgulho LGBT que não conseguiu aprovação em 2009 (PL. 105/2.009), em 2.013 (PL. 169/2.013) e agora sob autoria de E10 (católico) tramita em primeiro turno – PL 224/2.017¹³¹, embora o único parecer anexado seja pela sua rejeição.

Até aqui apontamos projetos articulados pelos religiosos para a mobilização da pauta religiosa e também projetos a favor de maior liberdade religiosa e de diversidade por outros vereadores. A seguir, porém, indicaremos dois projetos de lei que demonstram fraturas no apoio político dos religiosos entre si.

A partir de setembro de 2.017, a mídia local apontou a consolidação da Bancada Cristã e o avanço dos projetos em pautas reivindicadas como religiosas. Chamou à atenção, porém uma interação discordante entre esses representantes. Conforme noticiou o Jornal Hoje em Dia:

Um projeto de autoria do vereador [REDACTED] que previa a aplicação de punições para adolescentes que cometessem atos de indisciplina em escolas, foi

¹²⁹ Idem < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/461/2017>>.

¹³⁰ Idem: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/465/2017>>.

¹³¹ Idem: < <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/224/2017>>.

arquivado com votos de colegas evangélicos. O texto foi considerado duro demais por alguns. O resultado gerou bate boca no plenário. “Eles tiveram dúvidas, muitos se abstiveram – não souberam se votariam sim ou não. Isso mostra que não é bem uma bancada, né?”, disse [REDACTED], que é pastor da Igreja Batista da Lagoinha e mostrou-se indignado com a falta de apoio dos colegas. (JORNAL HOJE EM DIA, 18/09/2017)¹³²

Tratava-se do Projeto de Lei 106/2.017¹³³, de autoria de E12 (evangélico), que previa *“Tornar obrigatória a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar do Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências”*.

O projeto pretendia instituir penalidades “com fins educativos” para estudantes da rede municipal de ensino e previa até mesmo a suspensão de todo e qualquer benefício social aos pais que não comparecessem à escola. Foi rejeitado com 13 votos favoráveis, 12 votos contrários e 8 abstenções. Das abstenções, quase todos eram evangélicos.

Outra articulação que revela fraturas internas aos religiosos, ainda está em tramitação, trata-se do PL. 199/2.017¹³⁴ de autoria de E26 (evangélico tradicional), que pretende *alterar a Lei nº 10.221/2.011, que Instituiu o Serviço Voluntário de Orientação Espiritual nos Hospitais de Belo Horizonte*.

O referido vereador pretende exigir registro para o exercício do serviço voluntário de orientação espiritual nos hospitais, sob a argumentação de que *“a exigência de registro impede que pessoas sem qualquer formação possam interferir no trabalho hospitalar, bem como o registro pode responsabilizar a entidade que efetivou o registro de eventuais infortúnios que possam ocorrer durante o atendimento”*¹³⁵. Embora essa argumentação foi aprovada pelas comissões que contam com a presença de vereadores como E24 (evangélico), E 32 (cristão não denominacional) foi rejeitada nas comissões que contavam com E06 (católico) e E34 (católico) por entenderem que se a legislação for aprovada, o *acesso ao registro pode impedir voluntários de pequenas instituições religiosas que não tem acesso, ou mesmo desconhecem tais associações, além de compelir prestador de*

¹³² JORNAL HOJE EM DIA. **Bancada Evangélica ganha espaço e consolida-se como a maior da Câmara de BH.** Publicado em 18/09/2017. Acesso em: 15/06/2018. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/bancada-evang%C3%A9lica-ganha-esp%C3%A7o-e-consolida-se-como-a-maior-da-c%C3%A2mara-de-bh-1.559753>>

¹³³ Para acompanhar o processo legislativo, favor consultar: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/106/2017>>. Acesso em 15/06/2018

¹³⁴ Para acompanhar o processo legislativo, favor consultar: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/106/2017>>. Acesso em 15/06/2018

¹³⁵ Justificativa apresentada no projeto. Para ver, favor consultar: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/289/2017>>. Acesso em 15/06/2018

serviço.

Pela leitura sobressai essa possibilidade, ora, esse projeto impacta diretamente na atuação de missionários e voluntários religiosos e anônimos que busquem visitar pessoas enfermas nos hospitais, sobretudo das pequenas igrejas pentecostais que desenvolvem tal atividade como atividade constitutiva das suas representações religiosas.

Todos esses projetos de lei citados possuem conteúdos reivindicados pelos religiosos como importantes para suas disputas na CMBH. Por um lado com uma constante oposição a pautas sobre diversidade e igualdade de gênero e por outro com a busca pela aprovação de projetos sob as quais já estão contemplados pela legislação ordinária. Se por um lado não se pode apontar uma linguagem política dos vereadores religiosos diversa dos demais, quanto a propositura de projeto há uma evidente conformidade contra pautas da esfera moral. Sobretudo vícios formais por incompetência.

Ainda assim, muitos projetos flagrantemente inconstitucionais estão em tramitação. Sobretudo alguns que pautam uma ética religiosa sobre assuntos atinentes ao Congresso Nacional, como, por exemplo, a interferência na atividade econômica para suposta garantia da preservação de valores da família. À frente veremos como a corrida pela hegemonia política influencia na propositura e no apoio a esses e outros projetos e como isso determina as alianças para e com os vereadores religiosos.

4.3. As estratégias para hegemonia política

Nas entrevistas, foi recorrente a resposta de que a aprovação de projetos de lei era uma das dificuldades na atuação na CMBH. Essa afirmação despertou nesse pesquisador o interesse de quantificar e comparar o número total de apresentações de projetos de lei (e emendas) de todos os vereadores que estavam em tramitação. Dessa forma, levantamos inicialmente que a média geral por vereador foi de 20 projetos de lei apresentados entre janeiro de 2017 e junho de 2018¹³⁶. Destes percebe-se que 67% dos projetos são de autoria própria e 33% de autoria coletiva de projetos (com mais de 2 vereadores).

¹³⁶ Para esse cálculo contamos com a atuação de E31 – não declarado, afastado das funções em maio de 2018 por determinação da justiça.

Quadro 40: Comparativo número projetos por credo x reeleição

Reeleição	Credo	Projetos totais	Projetos Individuais ¹³⁷	Projetos coletivos ¹³⁸
E40	Evangélico Pentecostal	58	48 – 83%	10 – 17%
E18	Evangélico Pentecostal	49	39 – 80%	10 – 20%
E26	Evangélico Tradicional	43	33 - 77%	10 - 23%
E39	Evangélico Pentecostal	42	31 – 74%	11 – 26%
E35	Católico	42	39 – 93%	3 – 7%
E27	Evangélico Pentecostal	38	25 – 66%	13 - 34%
E23	Cristão não denominacional	37	29 – 78%	8 -22%
E11	Evangélico Pentecostal	30	21 – 70%	9 - 30%
E25	Não declarado	29	23 – 79%	6 – 21%
E12	Evangélico Pentecostal	27	18 – 67%	9 – 33%
E14	Evangélico Pentecostal	27	21 – 78%	6 – 22%
E37	Evangélico Pentecostal	25	16 – 64%	9 – 36%
E36	Evangélico Pentecostal	24	14 - 58%	10 - 42%
E33	Evangélico Pentecostal	24	14 - 58%	10 – 42%
E30	Católico	24	14 – 58%	10 – 42%
E03	Evangélico Pentecostal	23	16 - 70%	7 – 30%
MÉDIA		20	13 - 67%	7 - 33%
E34	Católico	19	14 – 74%	5 – 26%
E07	Evangélico Pentecostal	19	11 – 58%	10 – 42%
E15	Católico	17	11 – 65%	6 – 35%
E38	Evangélico Pentecostal	16	12 – 75%	4 – 25%
E22	Católico	16	8 – 50%	8 – 50%
E20	Católico	15	13 – 87%	2 – 13%
E17	Evangélico Pentecostal	15	5 – 33%	10 – 67%
E04	Espírita	14	6 – 43%	8 – 57%
E09	Católico	14	6 – 43%	8 – 57%
E05	Católico	13	8 – 62%	5 – 38%
E08	Católico	13	4 - 31%	9 – 69%
E41	Evangélico tradicional	12	5 - 42%	7 – 58%
E06	Católico	11	5 - 46%	6 – 54%
E10	Católico	10	9 - 90%	1 – 10%
E19	Católico	10	6 – 60%	4 – 40%
E31	Não declarado	10	3 – 30%	7 – 70%
E24	Evangélico Pentecostal	10	1 – 10%	9 – 90%
E32	Cristão não denominacional	9	4 – 44%	5 - 56%
E16	Católico	7	1 – 14%	6 – 86%
E28	Sincrético	6	1 – 17%	5 - 83%
E29	Sincrético	6	5 - 83%	1 -17%
E01	Ateu	6	5 – 83%	1 – 17%
E21	Sem religião	6	5 – 83%	1 – 17%
E13	Sincrético	5	1 – 20%	4 – 80%
E02	Ateu	4	4 – 100%	0- 0%
TOTAL		825	554	271

Fonte: Elaborado pelo autor

¹³⁷ Foram considerados apenas projetos de lei apresentados com autoria e 1 coautoria (projetos de leis e emendas) dos anos de 2017 até o início de junho de 2018

¹³⁸ Foram considerados apenas projetos de lei apresentados com mais de 2 autores (projetos de leis e emendas) dos anos de 2017 até o início de junho de 2018

Consideramos como projetos individuais a articulação de até 2 vereadores, porque é recorrente que projetos inicialmente individuais sejam posteriormente “juntados” em um projeto conjunto quando possuem similaridade de conteúdo com outro. Assim que consideramos importante uma co-autoria na definição dos projetos individuais.

Nessa tabela, é nítido que os evangélicos apresentam um número acima da média de projetos tanto individuais, quanto coletivos. Dos 16 vereadores que apresentaram mais projetos totais, 12 são evangélicos, 2 católicos, 1 cristão não denominacional e 1 não declarado. Se fizermos a média de projetos coletivos, veremos que a média dos evangélicos é de 9 projetos, frente a 7 da média geral.

Para entender mais esse apontamento, indicamos na mesma tabela os vereadores que foram reeleitos. Isso porque assumimos que os novatos na disputa política tendem a apresentar mais projetos do que os reeleitos, quiçá pela mobilização inédita e pela necessidade de fortalecer suas atividades políticas.

- Se considerarmos os 18 vereadores reeleitos, a média de apresentação de projetos é 25% menor do que os novatos.
- Os evangélicos são os mais novatos (10 dos 23 novatos da CMBH), (10 dos 17 representantes evangélicos) e apresentam mais projetos no total, individualmente e coletivamente

Assim, inicialmente assumimos duas hipóteses: 1- os vereadores evangélicos possuem maior mobilização para a propositura dos projetos, 2- essa mobilização pode ser explicada em parte, em razão de serem na média mais novatos que os demais. Porém, se detivermos nossa análise para a diferenciação entre números absolutos e proporcionais, veremos que em relação aos projetos coletivos, ainda que em número absoluto os evangélicos tenham mais projetos que a média, dos 12 vereadores evangélicos que mais projetos apresentaram apenas 5 superam a média proporcional de todos os parlamentares. Ou seja, os projetos coletivos possuem menor importância no cômputo total para os evangélicos que para os demais.

De forma sucinta, podemos com isso sugerir que os evangélicos apresentam mais projetos totais em números absolutos e proporcionais, mais projetos individuais em números absolutos e proporcionais, mas em relação aos projetos coletivos somente possuem mais projetos absolutos.

Por qual razão os evangélicos não apresentam mais projetos coletivos proporcionalmente à média? Ou fazendo o mesmo questionamento de forma inversa. Porque os demais representantes não evangélicos possuem uma média de projetos coletivos proporcionalmente maior que os evangélicos e uma média de projetos totais, individuais e coletivos absolutos menor?

A nossa hipótese é de que por terem menor mobilização de projetos individuais, fazem com que as articulações coletivas ganhem uma grande dimensão na sua atuação política. Ou seja, para os não evangélicos, os projetos coletivos possuem importância maior no número total de apresentação de projetos.

Ainda se resgatarmos a existência de três agrupamentos fictos que usualmente apresentam pautas políticas em conjunto ou tendem a se apoiar nas votações retratados no capítulo anterior. Veremos que os representantes das Bancadas de Esquerda e Liberal estão entre os que menos projetos coletivos e individuais apresentaram. 70% dos vereadores das bancadas liberal e de esquerda (7 dos 10) estão entre os 15 que menos projetos apresentaram e também entre os que possuem uma média mais baixa de projetos coletivos, tanto em números absolutos quanto em números proporcionais.

Logo, a razão da média proporcional dos não evangélicos serem maior que as dos evangélicos, não são em razão da atuação conjunta das Bancadas de Esquerda e Liberal. O que nos indica que a motivação desse dado está conformada na atuação da Bancada Cristã. E que portanto, há mais de um padrão comportamento quanto a mobilização de apresentação de projetos na atuação dessa bancada.

Sabendo disso, elaboramos uma segunda tabela, onde ponderamos sobre o padrão de comportamento nas articulações em torno de 4 projetos de cunho religioso recorrentemente apontados como articulações da Bancada Cristã e que a pesquisa de campo demonstrou como marcadores das disputas em torno da política e da religião.

Pretendemos perceber se há alguma relação entre o maior número de projetos apresentados ao padrão de comportamento mais conservador em pautas sobre moralidade reivindicados pelos vereadores religiosos e como essas articulações impactam no número de projetos apresentados em conjunto absoluto e percentualmente.

Vejamos quais os projetos:

1. Projeto de Lei 274/2.017: Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino do município de Belo Horizonte, o "Programa Escola Sem Partido

2. Projeto de Emenda à Lei Orgânica 03/2017: Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município, e contém outras disposições para proibir a tramitação de projetos legislativos que proponham a discussão ou incluam os termos "gênero" e "orientação sexual" em qualquer currículo escolar
3. Moção contra a ADPF 442¹³⁹ – Moção de repúdio ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional contra as razões da ADPF 442 e contra seu intento de descriminalizar o aborto até a décima segunda semana de gestação, mediante via judicial.
4. Votação do veto do Executivo no Projeto de Lei 1642/2015 que pretendia instituir o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas de Belo Horizonte.

Assim, adiante, comparamos o número de projetos totais, coletivos e individuais conjuntamente a atuação nos 4 projetos referidos, para analisar se os vereadores que mais apoiaram os projetos com intercessão de pautas religiosas na política (em amarelo) são também os que mais apresentaram projetos, individuais e coletivos e como a proporcionalidade se vincula a isso.

¹³⁹ Moção de repúdio ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional contra as razões da ADPF 442 e contra seu intento de descriminalizar o aborto até a décima segunda semana de gestação, por via judicial.

Quadro 41: Comparativo número projetos x apoio aos 4 projetos destacados						
	Credo	Projetos totais	Projetos Individuais ¹⁴⁰	Projetos coletivos ¹⁴¹		
		VETO PL 1642/2015 ¹⁴²	PELO 03/2017 ¹⁴³	PL 274/2017 ¹⁴⁴	MOÇÃO 1265/2018 ¹⁴⁵	APOIO ¹⁴⁶ %
E40	Evangélico Pentecostal	58	48 – 83%	10 – 17%		60%
E18	Evangélico Pentecostal	49	39 – 80%	10 – 20%		
E26	Evangélico Tradicional	43	33 - 77%	10 - 23%		
E39	Evangélico Pentecostal	42	31 – 74%	11 – 26%		
E35	Católico	42	39 – 93%	3 – 7%		
E27	Evangélico Pentecostal	38	25 – 66%	13 - 34%		
E23	Cristão não denominacional	37	29 – 78%	8 -22%		
E11	Evangélico Pentecostal	30	21 – 70%	9 - 30%		
E25	Não declarado	29	23 – 79%	6 – 21%		
E12	Evangélico Pentecostal	27	18 – 67%	9 – 33%		
E14	Evangélico Pentecostal	27	21 – 78%	6 – 22%		
E37	Evangélico Pentecostal	25	16 – 64%	9 – 36%		
E36	Evangélico Pentecostal	24	14 - 58%	10 - 42%		
E33	Evangélico Pentecostal	24	14 - 58%	10 – 42%		
E30	Católico	24	14 – 58%	10 – 42%		
E03	Evangélico Pentecostal	23	16 - 70%	7 – 30%		
MÉDIA		20	13 - 67%	7 - 33%		55%
E34	Católico	19	14 – 74%	5 – 26%		48%
E07	Evangélico Pentecostal	19	11 – 58%	108 – 42%		
E15	Católico	17	11 – 65%	6 – 35%		
E38	Evangélico Pentecostal	16	12 – 75%	4 – 25%		
E22	Católico	16	8 – 50%	8 – 50%		
E20	Católico	15	13 – 87%	2 – 13%		
E17	Evangélico Pentecostal	15	5 – 33%	10 – 67%		
E04	Espírita	14	6 – 43%	8 – 57%		
E09	Católico	14	6 – 43%	8 – 57%		
E05	Católico	13	8 – 62%	5 – 38%		
E08	Católico	13	4 - 31%	9 – 69%		
E41	Evangélico tradicional	12	5 - 42%	7 – 58%		21%
E06	Católico	11	5 - 46%	6 – 54%		
E10	Católico	10	9 - 90%	1 – 10%		
E19	Católico	10	6 – 60%	4 – 40%		
E31	Não declarado	10	3 – 30%	7 – 70%		
E24	Evangélico Pentecostal	10	1 – 10%	9 – 90%		
E32	Cristão não denominacional	9	4 – 44%	5 - 56%		
E16	Católico	7	1 – 14%	6 – 86%		
E28	Sincrético	6	1 – 17%	5 - 83%		
E29	Sincrético	6	5 - 83%	1 -17%		
E01	Ateu	6	5 – 83%	1 – 17%		
E21	Sem religião	6	5 – 83%	1 – 17%		
E13	Sincrético	5	1 – 20%	4 – 80%		
E02	Ateu	4	4 – 100%	0- 0%		
TOTAL		825	554	271		
Fonte: Elaborado pelo autor						

¹⁴⁰ Idem 132¹⁴¹ Idem 133¹⁴² Em amarelo todos os 15 votos contrários ao veto do Executivo no PL 1642/2015¹⁴³ Em amarelo todos os 14 signatários da PELO 03/2017¹⁴⁴ Em amarelo todos os 22 signatários do PL 274/2017¹⁴⁵ Em amarelo todos os 22 signatários da moção 1265/2018¹⁴⁶ Para isso, comparamos a quantidade de votos a favor em relação ao total de possibilidades.

A tabela inaugura novos e importantes dados. Dez dos treze vereadores que estão na parte intermediária da tabela possuem média de projetos coletivos proporcionalmente superiores a média geral, o que indica que embora apresentem menos projetos totais, votam conjuntamente a Bancada Cristã; por isso apresentam uma média de apoio aos 4 projetos destacados mais próximos aos vereadores do topo da tabela (48% e 60% respectivamente).

Os demais, na parte inferior da tabela, são majoritariamente, católicos, sincréticos, ateus e sem religião e são os que menos apresentam projetos totais, eles tendem a apresentar projetos mais individuais, a taxa de apoio às quatro propostas é de somente 21% e, portanto, possuem todos os indicadores absolutos e proporcionais menores.

Essa análise delimita que dentre os que apoiaram os projetos destacados da Bancada Cristã, haveria:

- Apoiadores que apresentam muitos projetos individuais e muitos projetos coletivos (ou seja, muito mobilizados individualmente e mobilizados em bancada), indicativo de serem evangélicos
- Apoiadores que apresentam poucos projetos individuais e muitos projetos coletivos proporcionalmente (ou seja, pouco mobilizado individualmente e muito mobilizados em bancada, indicativo de serem os demais religiosos não evangélicos que apoiam a Bancada Cristã

Entre os não apoiadores, a dinâmica mais forte é a de opositores não evangélicos com menor apresentação absoluta e proporcional de projetos individuais e coletivos.

Esse apontamento pode ser visto diretamente na tabela, dentre os vereadores que dos quatro projetos votaram somente em um deles, (ou seja, tenham na maioria das quatro vezes se colocado contra as propostas, teremos 18/41 vereadores. Desses, a média de projetos totais é quase 30 % menor que a média dos demais que votaram favoravelmente às propostas e ainda, a média de projetos coletivos é ainda mais baixa: 42% menor que os demais que apoiam as propostas conservadoras. Disso temos:

1. A maioria dos vereadores que se colocam contra as propostas não são evangélicos (16/18), sendo católicos (7/18), demais (9/18)
2. Possuem médias menores de projetos totais (-30%), de projetos individuais (- 21%) e de projetos coletivos (- 42%)

Assim, conseguimos graficamente comprovar que a atuação da Bancada Cristã favorece o vereador no cômputo de quantidade de apresentação de projetos, sobretudo para os que tem menos projetos totais. Cabe aqui destacar que apresentar projetos não é um critério de certificação de maior qualidade na atuação, mas para a maioria dos vereadores na Câmara Municipal de Belo Horizonte, essa dinâmica é percebida como um símbolo de atuação e de volume de trabalho, sobretudo para os novatos. É uma estratégia que busca a hegemonia do debate político pelo maior número de apresentação de projetos e o domínio da pauta de discussões e votações.

Foi possível confirmar que a atuação política dos religiosos tem incentivado vereadores de outros credos a atuarem em co-mobilização, ao menos no que se refere ao número de projetos ingressados, dentre eles, projetos comemorativos, de honrarias, de discussões e de emendas auxiliares a projetos já transitados, etc.

Se por um lado a média dos evangélicos pode ser explicada pela maior incidência de vereadores reeleitos, a média menor de projetos dos que votaram contrariamente aos quatro projetos não pode assim ser explicadas, isso porque somente 44 % desses (8/18) são representantes reeleitos, ou seja, a mesma proporção observada na média geral, o que não justifica a taxa inferior de projetos.

Esse longo trecho repleto de tabelas e informações nos serviu para perceber que a atuação da Bancada Cristã não se opera apenas para os discursos religiosos, mas também para outras articulações favorecidas pelo alto poder de mobilização que dispõem. O alto número de vereadores votando em conjunto influencia os demais vereadores não religiosos a se articularem com estes representantes. Nesse sentido, a religião condiciona a pauta política e a dinâmica política favorece a mobilização dos religiosos.

Por um lado enfraquecendo a narrativa de que os religiosos estão na política apenas para a conformação de pautas religiosas mas por outro demonstrando que nessa legislatura há uma hegemonia religiosa encabeçada pelos evangélicos e apoiada por outros credos que assume um potencial risco à discussão livre.

Esta perspectiva nos remete às nossas considerações iniciais, quando afirmamos que o fomento da disputa pela juridicidade, corre riscos de aprofundar as dissonâncias e conduzir a uma ditadura da maioria enfraquecedora da democracia. Nesse caso, as estratégias políticas de disputa da institucionalidade, representada nesse capítulo, tanto pela opacidade e fragilidade do debate democrático nas discussões formais dos projetos,

quanto na mobilização do governo pelo apoio dos vereadores evangélicos e sobretudo pela mobilização para apresentação de projetos não deixam dúvidas que não há uma saída jurídica acabada possível.

Para os casos de excessos da liberdade política em âmbito do discurso é possível indicar que a legislação contempla a possibilidade de controle pelo Direito através de remédios constitucionais e de controles difusos, mas quanto a mobilizações políticas e estratégias políticas utilizadas que invisibilizam determinados debates legítimos e democráticos, poucas seriam as restrições que operariam efeitos satisfatórios.

Uma eventual proibição da articulação de bancadas religiosas, conforme defende alguns pesquisadores apontados na introdução, não alteraria essa dinâmica recém exposta, uma vez que a Bancada Cristã é uma articulação não formalizada. Uma eventual proibição de religiosos na política esbarraria na ampla dificuldade de separação de quem é apontado como religioso e quem é apontado como secular. E significaria o rompimento do nosso pacto democrático. Uma eventual regulamentação para proibição dos símbolos religiosos no processo eleitoral, tampouco operaria efeitos satisfatórios, uma vez que conforme apontamos anteriormente, os representantes religiosos nem sempre se articulam em nome da religião, e os que assim se articulam, são favorecidos não pela mera identificação nominal no processo eleitoral, mas por uma vida pregressa que lhe garante eleitorado e/ou por estruturas de igrejas que também lhes garantem.

Apontar essas dificuldades nos discursos de restrição não significa se conformar perante as atuações dos religiosos, que sobretudo nas apresentações de projetos excedem a uma atuação democrática garantida constitucionalmente, principalmente nos projetos que tentam censurar as opiniões diversas sobre diversidade, tal como vimos na PELO 03/2.017, que não apenas é contrária à pauta, mas também busca a eliminação de qualquer discussão sobre o assunto.

Assim, que após tantas considerações sobre história, perfis e comportamentos dos religiosos na esfera pública do presente. Tentaremos enfim, resgatar um debate mais encaminhativo sobre quais as ofertas possíveis para essas tensões observadas. Nossa tentativa segue através do debate da secularização, é aí que aproveitaremos escritos de sociólogos, filósofos e juristas que assim como este pesquisador, buscaram argumentos sociais e filosóficos fora do debate jurídico de restrição, como subsídios de observação dessa realidade.

CAPÍTULO 5: MODERNIDADE, SECULARIZAÇÃO E FUNDAMENTALISMOS

Nesse trabalho, inicialmente criticamos certas posições jurídicas por fortalecer a tecnicidade em detrimento do olhar sociológico para o cotidiano. Também criticamos o desconhecimento de referenciais científicos sobre o assunto no dogmatismo acadêmico e no senso comum. Depois, através do diário de campo e das entrevistas, inserimos o contexto da Câmara Municipal, expomos as estratégias de votação e as principais falas encontradas junto aos entrevistados, além de analisar as articulações dos vereadores em torno de projetos de lei que remetem à relação entre política e religião.

Contudo, até aqui oferecemos poucas considerações conclusivas sobre as disputas observadas. Primeiro pelo recorte acadêmico elegido na metodologia e segundo porque até aqui não solidificamos considerações capazes de integrarem definições aplicadas a contextos específicos como a disputa na cidade. Por isso, cabe-nos agora, continuar nosso caminho através de uma mirada para os escritos teóricos sobre a modernidade e revisitarmos o que parte dos filósofos e pesquisadores debatem sobre as tensões narradas em diferentes perspectivas para apresentarmos nossas considerações¹⁴⁷.

Para nós, observar a lógica de como se opera o conflito, a disputa pelo poder, sempre foi de maior interesse do que a postura recorrente de alocar o Direito ao papel de centro da discussão. Ao mesmo tempo, nunca renegamos a importância do Direito no pensar filosófico. Na construção da pesquisa, vimos que a revisão crítica da teoria da secularização inserida nos debates da Sociologia da Religião, pode subsidiar grandes contribuições para uma teoria que fortaleça o Direito como ambivalência: orientado como vigilância para a democracia e como mediador para as diferentes disputas.

O campo teórico das discussões sobre secularização se iniciam em Max Weber, um dos principais debatedores das ciências sociais. A maioria das discussões sobre laicidade e secularização se encontram nesse autor, quer para interpretá-lo quer para revisá-lo. Ele se tornou ponto de partida principal das discussões sobre a secularização no Ocidente, sobretudo na Europa e nos EUA. E será a partir do seu conceito de

¹⁴⁷ Todo o debate que se segue foi aproveitado das anotações e bibliografias da disciplina SEA – Seminário de Estudos Avançados – Sociologia da Religião e da Cultura do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Cujá condução zelosa da Professora Dra. Nina Rosas em muito contribuiu para essa pesquisa.

desencantamento que diversas leituras irão se desenvolver. Assim, aqui também seguiremos por esse caminho.

5.1. Os debates da teoria da secularização

Weber, ao analisar certa pretensão universalista das religiões e discorrer sobre a distinção entre as religiões no ocidente e no oriente diferenciou os conceitos opostos de ascetismo e misticismo. O ascetismo seria uma ação do devoto, orientado pela motivação religiosa e desejado por Deus e o misticismo uma não ação, uma contemplação da posse do divino. Weber compreendia que o pensamento ascético presente nas tradições do puritanismo ocidental orientou o decurso das sociedades ocidentais para o desencantamento do mundo, isto é, para a dissolução do pensamento mágico, e para a busca por via de salvação, o que marca a atitude perante o mundo, dando um novo impulso aos sistemas religiosos de interpretação da vida, criando assim uma ética “acósmica do amor” num mundo que se modernizava ao passo de relações impessoais.

Esse contexto somado a uma configuração de potencialização de racionalidade presente na cultura e acrescida de motivações pessoais possibilitou um desencantamento extremo que não gerou uma atitude de afastamento do mundo, mas sim o início do processo de racionalização das esferas da vida e da secularização nas sociedades modernas.

Para ele, a ética de motivação religiosa, em determinado momento da história teria se encontrado com um processo produtivo, facilitando o espírito capitalista. A ética protestante não seria um elemento monocausal do desenvolvimento do capitalismo, mas teria se adentrado em uma afinidade eletiva, uma afinidade não intencional, mas complementar ao capitalismo, fazendo com que a religião inicialmente germinasse a ótica capitalista para depois se voltar contra ela.

Foi assim que Weber voltou-se para a própria realidade social e destacou o fato de que o ascetismo e o misticismo modularam também diferentes maneiras dos crentes se relacionarem com a esfera social, seja no sentido de sua negação, seja no sentido de sua inserção no mundo¹⁴⁸. E é no bojo do aprofundamento desses conceitos que germina as bases da chamada teoria da secularização e, também, a racionalização do direito e moral

¹⁴⁸ SELL, 2009, p. 16-18

para Weber. Isso porque o processo de racionalização da sociedade só foi possível a partir da ética ascética do puritanismo, sobretudo do protestantismo calvinista, assim também do pietismo, do metodismo e de algumas igrejas batistas, e sua disposição em readequar o mundo da vida a partir de uma conduta racional, disciplinada, rigorosa, metódica e desejada por Deus¹⁴⁹.

Os escritos de Weber, pelo contexto em que se debatia e pelo impacto que suas ideias tiveram na área, perpassou anos de debates conduzindo a distintas interpretações sobre a secularização nos dias de hoje. O debate agora se situa sobre um possível encerramento da disputa em torno do sagrado pelo triunfo de uma racionalidade moderna vencedora. Nesse sentido, apontamentos de autores contemporâneos pretenderam situar as revisões weberianas e de outros vieses para uma nova crítica científica.

Essa é também a conjuntura encontrada como pano de fundo nas discussões sobre a laicidade e as tensões inseridas na Câmara Municipal. Como vimos na introdução, a raiz da maioria das posições jurídicas sobre o assunto, pressupõe que há de fato uma racionalidade a ser perseguida como solução para o presente. Como se as respostas para o presente já estivessem dadas a partir de uma modernidade desejada e não pela realidade do cotidiano já colocado no agora.

É uma resposta que enfoca apenas no que se projeta como “moderno”, como “avanço desejado” sem levar em conta a construção e a desconstrução dos sistemas sociais percebidos e a dinâmica de atuação própria da nossa sociedade. Melhor dizendo, a resposta dada pela crítica fechada para as muitas tensões vistas no diário de campo e apontadas pelo recorrido histórico é a eleição de uma racionalidade no interior da qual o Direito é capaz de apenas voltando para si e coercitivamente integrar sentidos sobre a disputa entre a política e a religião. Mas a base desse pensamento se estruturou na tese da privatização surgida no início do paradigma moderno e que hoje está em revisão.

A seguir adentramos no que nos aporta essa tese para perceber como esse debate caminha na sociologia e como foi inicialmente aproveitado pelos juristas. Queremos com isso defender a necessidade de revisão dessa base teórica também para dentro da ciência jurídica, uma vez que esse assunto também manifesta pretensões sob as quais incide o Direito.

¹⁴⁹ ARAÚJO, 1996, p. 121

5.2. A tese da privatização da religião na modernidade

A leitura majoritária dos cientistas sociais europeus até metade do século XX entendia que o processo de secularização culminaria em uma sociedade moderna e “sem religião”, posição própria dos debates iniciais da sociologia, a partir das leituras de Weber, e que se amparava em argumentos da teoria da modernidade. Dentre esses debatedores, há os defensores da chamada tese da privatização da religião, para os quais a secularização representaria o confinamento do poder religioso no domínio do privado, deixando paulatinamente os seus bens ao regime civil e sua influência fora da esfera pública até o seu desaparecimento, a esfera pública na era moderna se delimitaria apenas sob a política temporal dos séculos.

Essa é uma posição semelhante dos juristas atuais que partilham da crítica fechada, eles embasam parte das suas compreensões em argumentos herdados pelo positivismo deixado nas ciências jurídicas e que fora desenvolvido no contexto do iluminismo ainda sob a égide da tese da privatização da religião. Essa posição majoritária de interpretação fechada dos estudos weberianos sobre a religião se fortaleceu nas ciências sociais com o avanço da secularização na modernidade. Com os anos, várias instituições se emanciparam formalmente da religião, a começar na área econômica e posteriormente, o próprio Estado, confirmando parcialmente a tese da privatização.

A emancipação estatal dos poderes hierocráticos teria, ao mesmo tempo, posto fim ao monopólio religioso e tornado o Estado “guardião imparcial da ordem entre concorrentes independentes e livres de coerção”, assumindo papel similar ao que promovera como defensor do *laissez-faire* no capitalismo. A implementação dessa política liberal propiciou a liberdade e a tolerância religiosas e a emergência do pluralismo religioso. Resultado: modernização, secularização e pluralismo se expandem pelo mundo por meio de sua ocidentalização (BERGER, 1.985, p. 121-142 apud MARIANO, 2016, p.713)

Foi assim, que outras fontes passaram a dar sentidos à realidade, fontes religiosas ou não, incluindo a ciência, aumentando também as discordâncias. A religião ao perder seu domínio, abriu outras ofertas de explicação dos sentidos da vida - secularização objetiva e a consequência no nível individual foi a perda de sentidos da religião para o indivíduo - secularização subjetiva¹⁵⁰.

¹⁵⁰ BERGER, 1985

De fato se configurou um paulatino deslocamento da religião-institucional do centro para a margem da incipiente sociedade moderna e tal deslocamento gerou também uma perda do monopólio de visão do mundo da religião e seu rebaixamento para a mentalidade científica e liberal, esses processos foram acompanhados pelo paulatino, mas constante declínio da relevância social dos signos, símbolos e das instituições religiosas na esfera pública¹⁵¹¹⁵² mas nunca houve seu total desaparecimento, sobretudo em sociedades como a brasileira.

A tese da privatização, contudo, passa a entrar em xeque com o passar do tempo. Mesmo imersa no contexto da modernidade, a religião permaneceu como uma pauta frequente e constante na esfera pública e ganhou contornos de maior importância na segunda metade do século XX, quando diversos movimentos conservadores e religiosos arrefeceram suas pautas e passaram a (re)conquistar espaços na esfera pública. Dentre eles, nos anos 1.980, o Movimento Católico de solidariedade na Polônia, a atuação do catolicismo na Revolução Sandinista na América Latina, a Revisão Islâmica no Irã e o crescimento do pentecostalismo na política nos Estados Unidos e na América Latina.

A partir dessa inflexão da tese da privatização, aumentaram os debates sobre qual seria o papel da religião na modernidade e como deveria se interpretar a emergência de novos fenômenos religiosos. Muitos pesquisadores passaram a defender a existência de uma “ressacralização”, “retorno do religioso”, “desprivatização” e até “dessecularização”.

José Casanova (1.994) se firmou como um dos principais revisores. Ele defendeu que o núcleo duro dos debates sobre secularização se mantém incontestado, ou seja, os processos de racionalização das esferas, que ele denomina de “seculares, se mantém irreversível, mas essa secularização não implicaria necessariamente no declínio da esfera religiosa. Pra isso, contestou aquelas posições que apontavam um paradoxo entre a religião ter uma dimensão pública e estar na vida privada das pessoas.

Ainda estendeu a interpretação usual da secularização para abarcar duas subteses de grande impacto nas discussões da área:

a) *subtese da privatização da religião*: que diz que não haveria uma “dessecularização”, mas uma “desprivatização” da religião, ou seja, o deslocamento da esfera religiosa demonstraria uma nova reconfiguração da modernidade com subjetivação

¹⁵¹ ZEPEDA, 2010, p. 130

¹⁵² Ao mesmo tempo, essas interpretações derivam dos estudos iniciais de Weber, que essencialmente creditava à religião herança significativa da leitura filosófica liberal que posteriormente volta-se contra ela.

das crenças, a religião não teria sido excluída da esfera pública e agora tal perspectiva se demonstra pela multiplicidade das crenças.

b) a subtese do declínio: que afirma que a secularização não conduz necessariamente ao declínio da religião.

Casanova defende que não se trata mais de observar “se” a religião interage na esfera política, mas “qual” religião pública a modernidade poderia nos ofertar. Ele reconhece que seria pouco provável que a desprivatização da religião estivesse *contida na esfera pública da sociedade civil, dentro dos limites territoriais do Estado-nação, e dentro das premissas constitucionais de desestabilização eclesiástica e separação jurídica de igreja e estado*. Por isso precisaríamos *ir além do discurso secularista de separação e além da esfera pública da sociedade civil, para abordar as questões reais da política democrática em todo o mundo*¹⁵³.

Outros autores proeminentes ampliam a discussão sobre os contornos da teoria da secularização. Peter Berger, por exemplo, defende que de fato houve uma superação da ética da magia religiosa, deslocando a religião para a esfera do não absoluto, assim como as demais esferas do mundo da vida e do político e estas, se racionalizaram e autonomizaram no tempo, não dependendo mais dos processos que atuam em outras esferas. Contudo, esse processo embora definitivo e sociocultural, não seria uniforme para todos os indivíduos e grupos sociais. Ex: urbano e rural, jovens e adultos. As resistências poderiam inclusive se tratar de movimentos de contrassecularização.

Berger (...). observa que os grupos religiosos que mais se dedicaram a se adaptar à secularização declinaram, enquanto que grupos conservadores, fundamentalistas, ortodoxos, tradicionalistas e saturados de “sobrenaturalismo reacionário” cresceram por toda a parte, o que, a seu ver, falsifica a “ideia de que modernização e secularização são fenômenos aparentados” (ibid., p. 11-13). Liderada por pentecostais e islâmicos, a ressurgência religiosa encerra “feição fortemente popular”, de “protesto e resistência contra uma elite secular” e se mostra atraente por prometer certezas num contexto em que a modernidade as solapa, gerando desconforto intolerável para muitos (ibid., p. 17). (BERGER, 1985 apud ZEPEDA, 2010, p.718)

Outros autores também observaram que a dinâmica de resistência à secularização conduziu a diferentes processos arredor do mundo, mas também conduziram a respostas

¹⁵³ CASANOVA, José. Keynote Speech. International Conference “Religion Revisited – Women’s Rights and the Political Instrumentalisation of Religion”, Heinrich-Böll-Foundation & United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 5-6 June 2009, Berlin. Disponível em: <http://www.gwi-boell.de/sites/default/files/assets/gwi-boell.de/images/downloads/Religion_Revisited_Keynote_Casanova_June2009.pdf>. Acesso em 19/06/2018.

distintas sobre essa tendência, o que não consolida a ideia de que de fato há um retorno do religioso, mas tão somente uma diversificação dos processos próprios à própria secularização, ainda que existam âmbitos como o familiar ou da educação, em que o conflito entre quem advoga por enfoques racionais e os que lutam por perspectivas ético-religiosas não permitem descartar *a priori* uma possível “deslaicização” dessas esferas¹⁵⁴.

A maioria dos estudos a respeito do ressurgimento religioso tem mostrado que, no caso ocidental, não são as principais instituições religiosas que têm ou se “revitalizado”; pelo contrário, salvo algumas exceções, quando o espírito nacionalista ou reivindicatório se encontra e estreitamente ligado a uma determinada igreja, são as igrejas católica, luterana, anglicana etc. que diminuíram seu campo de alcance e influência, tendência que se manifesta em alguns aspectos da religiosidade mais do que em outros, mas que ocorre igualmente em todas essas igrejas, sobretudo em áreas urbanas (Bastian, 1.997; Legorreta, 2.003) Ao mesmo tempo observa-se um crescimento explosivo na diversidade religiosa, desde “fundamentalismos” (testemunhas de Jeová, mórmons, igrejas eletrônicas, fundamentalismos católicos etc.) passando por religiões de matriz oriental (hare krishna, meditação transcendental e novas formas de budismo) até o sincretismo religioso esotérico- holista da New Age (Mardones, 1.994, pp. 113-128). (HERVIEU-LEGER, 1.987, p. 221-222 apud ZEPEDA, 2.010 p.135)

Essas posições vão ao encontro do que observamos na nossa pesquisa e desenvolvemos nessa dissertação. Como vimos no capítulo inicial, a configuração das religiosidades no Brasil demonstra um deslocamento da religião e a emergência de maior oferta de religiosidades tanto no âmbito privado, com maior diversidade intra-religiosa, mas precisamente no âmbito público com a entrada de novos atores religiosos na disputa política. Portanto, não se trata de uma “nova ameaça à laicidade” ou uma confirmação de um caráter “anti-moderno” dessas incursões da religião na esfera pública, mas de processos constitutivos da nossa modernidade.

Essa constatação também se confirma na múltipla existência dos símbolos vistos na Câmara Municipal de Belo Horizonte e narradas no capítulo 2, os símbolos religiosos não desapareceram da esfera pública, antes foram diluídos como componentes culturais e hoje são apontados como desafios à uma racionalidade cuja constituição há muito os co-constituem. Alguns dos autores que se ocupam de revisar a tese da secularização nos dias atuais denominam que haveria uma nova fase da secularidade/modernidade, uma época *pós-secular*, em que uma secularização não aniquiladora se realizaria no modo da

¹⁵⁴ DOBBLILAERE, 1994, p.60 apud ZEPEDA, 2010 p.132.

*tradução dos conteúdos*¹⁵⁵ não seria, portanto o fim da modernidade mas uma radicalização dos seus pressupostos.

Isso porque esse mesmo debate pode ser visto através de uma tensão constitutiva entre diferentes racionalidades sobre os sentidos da modernidade, por um lado, para os que advogam por um ruptura abrupta da esfera religiosa e por outros que a veem como indissociável aos sentidos do Estado Democrático de Direito. Introduzimos semelhante apontamento ao debatermos as falas e apontarmos como a disputa sobre os sentidos do público e do privado direcionam a busca por hegemonia e busca de um triunfalismo político vencedor.

Nesse contexto, se não há propriamente uma modernidade, mas muitas em permanente disputa (Beriaín, 2005), também não se pode falar de um destino único e inescapável da secularização; portanto, há tantas e variáveis secularizações como modernidades existem (CASANOVA, 2007, p. 5-8 apud. (MARIANO, 2016, p.132)

Concordamos que há essa “multiplicidade de modernidades”. O que faz com que o papel do Direito nessa conjuntura seja ainda mais importante. E qual deve ser esse papel?¹⁵⁶ Para esse pensamento, acreditamos que os escritos do autor alemão Jurgen Habermas, oferta possibilidades convincentes para o debate. Sua fundamentação teórica pareceu-nos atrativa justamente por adentrar em debates na filosofia e sociologia e situá-los no debate jurídico¹⁵⁷.

Como parte dos nossos esforços de pensar sobre esse assunto, inicialmente constituímos o grupo de estudos “Matrizes do pensamento político moderno: espaço público, religião e pós-secularismo”¹⁵⁸. Na tentativa de traçarmos um referencial bibliográfico que aproveitasse uma fundamentação crítica sobre a modernidade e que ao fim ofertasse posições aplicáveis ao Direito.

¹⁵⁵ HABERMAS, 2013, p. 24

¹⁵⁶ Nesse sentido, em muito contribui ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**. Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. Tradução de: The identity of the constitutional subject. Cardozo Law Review: Law and the Postmodern Mind, Jan. 1995, p. 1049-1109 e SALCEDO REPOLÊS, **Quem deve ser o guardião da Constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal**. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. 120p.

¹⁵⁷ Por ocasião do intercâmbio de graduação na Universidad de Zaragoza – Espanha, adentramos no debate sobre o patriotismo constitucional e o multiculturalismo. Antes, já havíamos discutido sobre Habermas e democracia participativa em: CUNHA, D. A.; COSTA, João Leonardo Silva. New Mechanisms of Participatory Democracy in Brazil. In: XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy, 2013, Belo Horizonte. World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 26. p. 355-355

¹⁵⁸ Sob orientação da Prof. Maria Fernanda Salcedo Repolês e apoio do Prof. Marcelo de Andrade Cattoni.

5.3. Habermas e o Direito

Aqui, cabe enunciar que nosso interesse se projetará nos escritos sobre atos de fala e razão comunicativa. É assim que acreditamos poder situar o Direito na discussão.

A razão comunicativa é uma postura de análise da tensão entre facticidade e validade traduzida como a tensão entre legalidade e legitimidade, através de uma metodologia reconstrutiva. Na sua obra “Facticidade e Validade”, vemos que para ele, razão e verdade não são absolutas como valor superior e universal. A racionalidade se daria na reconstrução e na disputa e não em uma racionalidade pronta e acabada.

Ele traz dois importantes conceitos “o sistema” e o “mundo da vida”, no primeiro se desenvolve uma reprodução material instrumentalizada e o segundo é o espaço aonde se reproduz uma lógica simbólica: as significações e a linguagem. O mundo da vida seria dividido em 3 componentes estruturais: cultura, sociedade e pessoa. Na modernidade, o sistema operaria sob uma lógica instrumental e buscaria o domínio sobre o mundo da vida, aprofundando o tecnicismo em todas as esferas, econômica, social, política e o Estado passaria a formar um subsistema ao lado de outros subsistemas sociais, funcionalmente especificados, o mesmo com as pessoas e sua sociedade¹⁵⁹.

Habermas compreende que a saída possível capaz de dar significado nas tensões existentes entre as esferas na modernidade e dentre elas, também as tensões sobre a religião, seria através da linguagem, pois para explicar a diferença entre os pensamentos e as representações dependeríamos do médium da linguagem¹⁶⁰. O Direito seria integrado pela linguagem.

Ele aponta que uma linguagem inserida em uma comunidade livre, cuja interpretação dos participantes fosse intersubjetivamente compartilhada, mediada pela razão seria capaz de agregar acordos racionais democráticos na sociedade.

Em uma situação ideal de fala, os indivíduos não teriam pressões externas no seu livre agir, se fundaria um acordo racional de interpretações gerais orientados por pretensões de validade. Os indivíduos através de argumentos racionais tentariam convencer aos demais e se deixariam convencer sobre a validade de alguma norma debatida.

¹⁵⁹ HABERMAS, 1992, p.18

¹⁶⁰ Ibidem, p. 28

Habermas acredita que essa seria uma oferta de um ato de fala, e pressupunha que os falantes e ouvintes deveriam assumir uma qualidade de negociação interpretativa através de processos de entendimento em busca de *fins ilocucionários*, uma vez que assumiriam *uno actu, uma garantia suficiente e digna de fé, de que a pretensão levantada poderá eventualmente ser resgatada através de razões adequadas*¹⁶¹.

Para o risco de dissenso nesse processo, seria necessário que as pretensões de validade fossem colocadas e aceitas no aqui e no agora, uma vez que todo dissenso acarretaria elevados custos para a coordenação da ação¹⁶²

É certo que os espaços para o risco do dissenso embutido em tomadas de posição em termos de sim/não em relação a pretensões de validade criticáveis crescem no decorrer da evolução social. Quanto maior for a complexidade da sociedade e quanto mais se ampliar a perspectiva restringida etnocentricamente, tanto maior será a pluralização de formas de vida e a individualização de histórias de vida, as quais inibem as zonas de sobreposição ou de convergência de convicções que se encontram na base do mundo da vida; e, na medida de seu desencantamento, decompõem-se os complexos de convicções sacralizadas em aspectos de validade diferenciados, formando os conteúdos mais ou menos tematizáveis de uma tradição diluída comunicativamente (HABERMAS, 1.992, p. 44).

Nesse sentido, Habermas reconhece o papel importante do Direito como provedor de liberdades subjetivas de ação através da sua coação objetiva, não mais apoiada em regras de vida consuetudinárias. Não qualquer pretensão jurídica coercitiva, mas uma ordem jurídica capaz de garantir um reconhecimento recíproco de direitos dos cidadãos juntamente com a liberdade dos seus arbítrios. Nesse sentido, a liberdade de crença e a liberdade religiosa são pressupostos a serem levados em conta frente à pretensão jurídica coercitiva.

A razão comunicativa só poderia ser amparada por uma positividade em que os direitos de comunicação e de participação política sejam constitutivos da vontade legítima dos cidadãos e sejam resultantes de uma autolegislação presumivelmente racional desses cidadãos politicamente autônomos¹⁶³.

Para ele, o direito normatizado não consegue assegurar-se dos fundamentos de sua legitimidade apenas através de uma legalidade que coloca à disposição dos destinatários enfoques e motivos¹⁶⁴, a legitimidade pretendida se daria somente sob o

¹⁶¹ Ibidem, p. 37

¹⁶² Ibidem, p. 40

¹⁶³ Ibidem, p. 54

¹⁶⁴ Explicadas pelas seguintes máximas: 1. os falantes e ouvintes assumam uma comunicação

crivo de condicionáveis de validade, dentre as quais temos: a) inteligibilidade, b) veracidade da afirmação, c) sinceridade e d) correção normativa.

A perspectiva habermasiana de um salto paradigmático para a filosofia da linguagem é uma boa possibilidade de compreensão das tensões na modernidade. Nesse sentido, essa mudança do pensar para o giro linguístico é a parte dos escritos que mais nos toma atenção. Porque não renega o Direito ao segundo plano mas também não o essencializa apenas como método.

Tal perspectiva se conecta com a nossa hipótese de que a religião na política condiciona a política na religião na medida que não nega que os processos são constitutivos de uma vontade legítima e democrática. O pluralismo de posições nesse sentido não é visto como uma ameaça à ordem, mas pressupostos de legitimação do Direito.

Compartilhamos com Habermas sua inquietação pelos contornos que a sociedade moderna direciona aos conflitos, nossas maiores convergências se situam nesse pensar analítico das estruturas da sociedade. Por outro lado, quando tal teoria se projeta nos debates e discussões aplicadas à realidade brasileira e sobretudo à realidade da secularização brasileira, carece ainda de maior correspondência.

Portanto, é especialmente na pretensão de universalidade que reside nossas maiores críticas, pois vimos uma limitação espacial da implementação fática da discussão habermasiana no contexto da CMBH.

Acreditamos que sua teoria peca ao não aprofundar na dinâmica de poder e nas ocorrências de ações que não se enquadram na situação ideal de fala¹⁶⁵. Essa abstração revela-se precária, sobretudo nas análises de conflitos em democracias em consolidação e/ou cujos corpos políticos em disputa se distinguem dos sentidos que o autor alemão inicialmente se refere.

intersubjetivamente compartilhada por um acordo racional de interpretação; 2. as pretensões de validade sejam pactuadas livremente no aqui e no agora e respeitados pelos participantes; 3. haja uma ordem jurídica garantidora de um ambiente democraticamente válido, provedor de liberdades subjetivas sob validação coercitiva racional; 4. o que é válido precisa estar em condições de comprovar-se contra as objeções apresentadas factualmente, 5. as normas e valores devem ser diluídos comunicativamente e expostas ao jogo livre de argumentos mobilizadores, levando em conta a diferença categorial entre aceitabilidade e simples aceitação, 6. os membros têm que poder supor que eles mesmos, numa formação livre da opinião e da vontade política, autorizariam as regras às quais eles estão submetidos como destinatários

¹⁶⁵ Nesse sentido partilhamos das críticas da Professora Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês expressas em comunicação oral no I Colóquio Nacional Políticas da Performatividade, em junho de 2018.

No caso brasileiro, o avanço desigual do acesso e da hegemonia no capitalismo situaram trajetórias distintas entre os atores políticos de diferentes credos. Logo, as ofertas de validade sobre as disputas pela laicidade não estão colocadas em uma comunidade livre e o cotidiano da CMBH revela que ainda nos falta muito para superarmos as condicionáveis de validade sugeridas pela teoria.

Pelas mobilizações políticas narradas nessa pesquisa, vimos que as pretensões de validade nem sempre são respeitadas pelos participantes na política local, as objeções não estão sendo factualmente apresentadas por todos os atores e a ordem jurídica embora garanta formalmente um ambiente democrático, ainda se erige sob uma estrutura desigual e mantenedora de enormes privilégios econômicos, sociais, raciais, de gênero e também religiosos. A pesquisa de campo na CMBH mostra nesse sentido que, ao excluir da análise do perfil dos vereadores o marcador “religião”, que em parte os distinguiria, mas ao mesmo tempo os une pela identidade “cristã”, os demais marcadores sociais – raça, gênero, escolaridade e classe social – apontam para a imobilidade do perfil representativo na política brasileira: trata-se de homens, brancos, com alta escolaridade e de estratos sociais mais altos. Os impactos dessas representações e marcadores na “fala” parecem passar despercebidos na teoria de Habermas¹⁶⁶. Logo, a disputa pela laicidade no caso brasileiro ainda carece de subsídios para se equivaler a situações ideais de fala.

Outras críticas a este autor também caminham nesse sentido e se direcionam: a) à sua (in)definição sobre o papel da religião na modernidade e b) à sua definição de fundamentalismo pouco aplicável à realidade brasileira. O estudo sobre fundamentalismo é de todo muito importante, pelo papel que projeta ao Direito. E a intercalação com a teoria da ação comunicativa demonstra suas fraquezas. Habermas nos seus escritos sobre fundamentalismo, se orienta para o debate entre Ocidente x Islã e portanto, deixa-se guiar por pressupostos de validade que não são universalizados.

Esse é o seu principal ofertório específico de considerações sobre tensões constitutivas entre religião e política. Por isso sua posição sobre o papel de religião na modernidade, oscila entre referendar uma superação da religião pela razão comunicativa (posição defendida em 1988 em seus escritos sobre pensamento pós-metafísico) até defender uma posição mediada entre a coexistência entre as esferas¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Idem 165

¹⁶⁷ ARAÚJO, 2013, p. XVI

Fé e saber (2001), um texto que reproduz o seu discurso de ganhador do Prêmio da Paz concedido pela Associação dos Livreiros da Alemanha, cerca de um mês após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, é um manifesto filosófico que acompanha um marcador histórico do debate da secularização e da modernidade e é fundamentado nesse contexto.

Observando o aumento de conflitos culturais e avanço de um extremismo chamado por ele de “fundamentalismo”, quando se refere ao contexto de atentados do terrorismo islâmico. Habermas traça um panorama sobre a religião em que enfoca que as disputas nesse campo oporiam posições entre a ciência organizada x Igreja, entre os céticos e os crentes do avanço do conhecimento científico. O fundamentalismo seria uma negação violenta ao avanço do conhecimento científico:

Apesar de sua linguagem religiosa, o fundamentalismo é um fenômeno exclusivamente moderno. O que chama particularmente a atenção nos terroristas islâmicos é a assincronia entre os motivos e os meios. Reflete-se nisso a assincronia entre cultura e sociedade nos países natais desses terroristas, algo que só se constituiu em decorrência de uma modernização acelerada e fortemente desenraizadora. Aquilo que em condições mais favoráveis poderia ser vivido, entre nós, como um processo de destruição criadora, não oferece por lá qualquer compensação perceptível para a dor que acompanha o declínio das formas de vida tradicionais. (HABERMAS, 2012, p. 3)

Certamente essa visão aplicada ao contexto em que ele debate, tem pouca amplitude para a realidade brasileira, como no caso visto da CMBH. Ali, os discursos fundamentalistas não estão circunscritos apenas na lógica contra o conhecimento científico, mas para a definição do que é visto como aceitável ou não na política. Ali, os discursos tentam definir os conceitos científicos em uma disputa nem sempre violenta. Por isso, discordamos de uma conceituação de fundamentalismo que sintetize tal fenômeno apenas a partir do debate epistemológico, ou de uma posição a favor x contra a ciência, porque a projeção desse debate não é apenas sobre os contornos da teoria política mas sobre o fundamentalismo também como crença e como componente de integração da política no plano cultural.

Concordamos, contudo, quando argumenta que *quem quer evitar uma guerra de culturas precisa ter em mente a dialética inconclusa do nosso próprio processo ocidental de secularização*¹⁶⁸. Essa perspectiva nos auxilia a criarmos uma dialética própria do

¹⁶⁸ HABERMAS, 2001, p.4

nosso contexto que dê conta de responder aos questionamentos do paradoxo brasileiro de religião-política.

Um desses paradoxos aplicáveis a nossa realidade é a percepção de que nossos dissensos não formatam um “fundamentalismo” nos mesmos moldes de outras sociedades. Como vimos, esse autor o define a partir de uma visão frente à realidade do terrorismo islâmico. É importante definirmos isso, uma vez que essa seria uma posição justificada para atuação coercitiva do Direito. Ou seja, o papel do Direito como coerção caberia ao projetar-se sobre aquelas posições que ameaçam as possibilidades do debate, rompem com a possibilidade de integração comunicativa e obstam os mecanismos de participação democrática, basicamente as que se colocam como fundamentalistas.

Nesse sentido, traçarmos um critério sobre atuações fundamentalistas para a realidade brasileira é nosso último ofertório de respostas para a delimitação da atuação do Direito. E aqui é onde nossa investigação projetará valorações deste pesquisador sobre muitas das dinâmicas vistas.

5.4. Posições fundamentalistas e o risco à democracia

Nesse tópico, nossas considerações voltam-se para a discussão do fundamentalismo aplicado à política, por isso, aqui não nos remetemos tanto à sociologia da religião e mais à teologia política e à filosofia.

Essa perspectiva é para traçar um conceito duro sobre fundamentalismo que mantenha um correspondência mínima entre as diferentes religiosidades. Como nos situamos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e o Brasil possui uma estrutura social majoritariamente cristã, assumimos que nosso olhar será em posturas fundamentalistas aplicadas às tradições mais presentes: cristãos, católicos e evangélicos.

Das mais diversas conceituações de fundamentalismo, salta-nos a recorrência da noção de que é uma resposta à mudança das estruturas tradicionais de organização social pela adesão estrita a conjuntos de interpretações literais de valores e pertencas.

Como marco do fundamentalismo ocidental, temos a interpretação literal dos textos bíblicos pelos protestantes dos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, com a publicação de uma pequena coleção de 12 fascículos teológicos que formavam a série *Fundamentals: a testimony of the truth* (Os fundamentos: um testemunho da

verdade). Estes fascículos tratavam sobre pontos que, segundo os autores seriam fundamentais para a fé cristã e eram explicitamente contra o liberalismo¹⁶⁹.

A herança desses fascículos aporta no Brasil conjuntamente às tradições pentecostais de primeira geração e permanece com a diversificação das suas premissas diluída nas fases seguintes. A postura fundamentalista se embasa na interpretação literal dos textos sagrados e opõe-se a qualquer interpretação histórica, crítica e hermenêutica ou tentativa de ampliação dos sentidos sobre a teologia e sobre os sentidos da realidade. Mas também se articula no âmbito político com o patrocínio de uma pauta de restauração conservadora.

Essa forma de interpretação dos sentidos da vida é hoje parte constitutiva de diversos credos, em maior ou menor grau. Entre os católicos se articula, sobretudo na condenação às mudanças efetuadas no Concílio Vaticano II no âmbito religioso e na disputa eleitoral também pela imposição de uma pauta conservadora e moralista. Estas posições assumem uma postura de risco à democracia na medida que se veem legítimas para o confronto e o silenciamento de vozes discordantes. Contudo, é necessário separarmos o fundamentalismo no plano da sua correspondência social.

Nesse sentido, há religiosos que são fundamentalistas e ativistas¹⁷⁰., orientados para a disputa e dispostos a quebrarem as regras democráticas para impor suas justificativas individuais na esfera pública, mas também há religiosos que são fundamentalistas apenas como crença, sobre a qual guardam sentimento de rejeição à esfera mundana ou não se orienta para a imposição de suas convicções e não ofertam riscos imediatos à democracia

*Todos os sistemas (culturais, científicos, políticos, econômicos e artísticos) que se apresentem como exclusivos da verdade e de solução única para os problemas se inscrevem dentro daquilo que chamamos de fundamentalismo*¹⁷¹. Por isso, também há fundamentalismos políticos que conduzem a riscos ao Estado Democrático, como o fundamentalismo da globalização, conduzido pelo capital especulativo que joga à margem da sociedade os mais pobres e marginalizados do processo produtivo. E o fundamentalismo científico, assentado sobre a imposição de uma racionalidade única como forma de acesso exclusivo ao que se compreende como o que é real, de certa

¹⁶⁹ BOFF, 2016, p. 9

¹⁷⁰ WEINGARTNER NETO, Jayme. **Ensino Religioso nas escolas públicas: a tensão do caso brasileiro.** Revista Latinoamericana de Derecho y Religión. Vol. 2, Núm. 1. 2016.

¹⁷¹ Idem p. 37

forma impondo violentamente o que se considera como desejado e excluindo outros caminhos que não passem pela razão técnica instrumental.

Portanto, ainda é difícil apontar um alvo específico para a seta restritiva do Direito quando se percebe relações tão complexas e de difícil separação do coletivo de fiéis, sejam não fundamentalistas ou crentes fundamentalistas. O papel do Direito portanto deve se orientar para o bloqueio dos fundamentalismo ativistas, seculares ou religiosos, e à consolidação de uma esfera pública democrática para todos.

5.5 Por um pós-secularismo brasileiro

Vimos que a configuração brasileira não nos permite apontar o fundamentalismo nos mesmos moldes que os relatados nas interações entre ocidente x islamismo radical, que é o foco de análise de Habermas. E nem tampouco nos brinda com um conceito pronto possível de separar quais os agentes devem sofrer restrições públicas ou decidir quais atores políticos podem ter seus direitos políticos restringidos. Porém, a inexistência de um fundamentalismo terrorista no Brasil não significa que não há tensionamentos, e que certas posturas não possam acabar reforçando posturas fundamentalistas. Estas, em seu viés religioso, científico ou econômico, estão diluídas na política.

O que a nossa pesquisa mostra, no caso da Câmara Municipal de Belo Horizonte, na atual legislatura, é que a atuação política de muitos religiosos tendem a avançar na disputa pela hegemonia histórica do catolicismo majoritário. Além disso, a disputa pela hegemonia não se dá somente entre católicos e evangélicos pentecostais e tradicionais, mas vem incorporando outras identidades, tais como ateus, sem religião, espíritas, sincréticos e cristãos não denominacionais, como demonstram as narrativas sobre laicidade do Estado vindo dessas várias vozes.

A pesquisa também demonstra uma confluência a partir de uma ética conservadora inter-denominacional, que reúne evangélicos pentecostais, evangélicos tradicionais, católicos, espíritas, sincréticos e cristãos não denominacionais. Essa confluência às vezes é lida como um avanço do pentecostalismo sobre a política, ou seja, como um indicador da disputa por hegemonia. Mas lançamos aqui a hipótese de que tal confluência também fortalece a hegemonia histórica político-religiosa já colocada sobre a política.

A posição conservadora inter-denominacional fortalece, no final, quem já exerce influência política religiosa há séculos, no caso, os católicos, sobretudo, por direcionar as críticas aos “novos” debatedores, como se operasse uma lógica religiosa distinta entre a atuação dos disputantes dos diferentes credos.

De qualquer forma, essas posturas de fato podem se revelar como ameaças à democracia, uma vez que os dissensos se multiplicam e os disputantes não estão em situações ideais de fala. Seja pela histórica e desigual configuração dos poderes econômicos dos agentes que hoje reivindicam o protagonismo político, seja pelo nosso inconcluso processo de secularização.

Pelas nossas considerações nos capítulos 3 e 4 vimos como as discordâncias avançam para a disputa pelo institucional e como nossas estruturas democráticas não têm apoiado na integração comunicativa dos diversos falantes, uma vez que embora haja um médium comunicativo comum, as pretensões de fala dos disputantes não estão orientadas para uma comunidade de valores livres, mas caminham para o silenciamento paulatino e para a censura de algumas pautas divergentes.

Um exemplo disso foi visto com a discussão do PL. 1.642/2.015, acima tratada. Ao relegar o debate desse projeto apenas ao rito do processo legislativo puramente formal, não se efetiva uma arena ampla de debates, com a presença de diversidade de falantes e integração comunicativa. Mas antes, se orienta para a disputa dentro da juridicidade, por vezes dispensando mecanismos de participação pensados para esse fim, como as audiências públicas. Assim, o jurídico coloniza o político, substituindo a deliberação pública democrática por uma discussão sobre o legal/ilegal.

Para Habermas, a saída é a construção de uma sociedade pós-secular que garanta a sobrevivência de comunidades religiosas e se oriente por senso comum democraticamente esclarecido, um conceito que descreve uma constituição mental de uma esfera pública de muitas vozes, onde, *em meio aos ânimos exacerbados da luta cultural, funcionaria como um terceiro partido, pavimentando seu próprio caminho entre a ciência e a religião*¹⁷².

Para isso, só seria possível tratar com razoabilidade aquelas comunidades religiosas que renunciem à imposição violentas das suas verdades religiosas:

¹⁷² ibidem, p.6

Esse discernimento se deve a uma tríplice reflexão dos fiéis sobre a sua posição em uma sociedade pluralista. Primeiramente, a consciência religiosa tem de assimilar o encontro cognitivamente dissonante com outras confissões e religiões. Em segundo lugar, ela tem de adaptar-se à autoridade das ciências, que detêm o monopólio social dos *aber* mundano. Por fim, ela tem de adequar-se às premissas do Estado constitucional, que se fundam em uma moral profana. (ibidem, p. 6 -7)

Sem essa postura, a religião poderia assumir um potencial destrutivo na modernidade, pois em um “impulso reflexivo” daria um novo passo a cada conflito que irrompe nos campos de batalha da esfera pública democrática¹⁷³. Portanto, é essencial que nas sociedades pós-seculares os corpos reconheçam as condições seculares estabelecidas pelas Constituições e o Estado mantenha-se neutro sem assumir nenhuma dessas posições.

Acreditamos que aqui reside a importância do Direito, em relação às três condicionantes apontadas é possível perceber fragilidades para a realidade nacional. Especificamente na Câmara Municipal de Belo Horizonte, apontamos não haver violência explícita contra outras confissões religiosas, nem uma contrariedade intransponível ao saber científico. Embora o tensionamento atue no plano simbólico e não se descarta a possibilidade de se operar a ruptura desses dois pressupostos.

Mas em relação às “condições seculares”, reside a maior necessidade de preenchimento dos sentidos. O papel do Direito deve ser em fixar tais condições seculares. Por exemplo, no caso da CMBH faz-se necessária uma atuação do Direito contrário a projetos e articulações que tentam silenciar o debate, seja pela imposição de censura a temas de diversidade ou o esvaziamento das pautas sobre a religião. Nesse sentido, entendemos que mecanismos como controle público das atividades parlamentares, ações contra a quebra do decoro parlamentar, restrições legais aos discursos de ódio estão sendo pouco utilizados pelo Estado e não são mecanismos excessivos para esse paradoxo.

O Direito precisa fortalecer tais condições seculares e isso não significa novas restrições públicas à religião, mas a convalidação e execução das estruturas de controle sociais já garantidos e estabelecidos pelo pacto democrático. Assim se garante a neutralidade pretendida. Mas não pode ser apenas aí. É necessária uma diversificação das vozes, é necessária uma atuação do Direito para a radicalização democrática e a ampliação da democracia para minorias aliadas do processo decisório. Assim, antes

¹⁷³ ibidem, p.7

mesmo de analisarmos os pressupostos de validade para dentro da comunidade política em disputa, é essencial a ampliação dos falantes.

Habermas acredita que o senso comum enquanto saber do cotidiano é capaz de servir como autocompreensão de conteúdos de fala e ação dos cidadãos, já que entrelaçaria com as consciências das pessoas e teria a capacidade de mudá-las. Por isso deve ser destrinchado e criticado pelas ciências, mas nunca deveria ser negado. As ciências, obrigadas a dar esclarecimentos racionais apoiaram-se no senso comum do direito racional do Estado constitucional democrático, cujas fundações repousam em raízes religiosas hoje profanadas¹⁷⁴.

No entanto, nas sociedades pós-seculares o senso comum democraticamente esclarecido deve manter bases aceitáveis não somente para os membros de uma comunidade religiosa, mas para todos. Assim, a liberdade religiosa nesse contexto garante que o Estado exija dos cidadãos que dividam a sua identidade, no público e no privado fazendo com que traduzam seus argumentos para a disputa na esfera pública para o convencimento das maiorias.

Sendo o senso comum algo que descreve a constituição mental de uma sociedade de muitas vozes, a maioria secular deve se manter sensível à força das representações religiosas e sua capacidade de expressar sentidos na esfera pública, como uma tarefa cooperativa em que se exija dos dois lados aceitar a perspectiva do outro. Uma espécie de veto suspensivo, uma objeção que conduz também ao aprendizado¹⁷⁵. Portanto a linguagem única da restrição pública não seria a melhor saída para essas tensões, porque somente integraria mais conflito ao cômputo do debate. Antes é importante uma linguagem democrática capaz de frear a radicalização, já que as linguagens seculares que apenas eliminam aquilo em que se acreditava, causam perturbação¹⁷⁶.

E diante da inexistência de um conceito apropriado que estabeleça diferenças semânticas entre o moralmente incorreto e o profundamente mal nas tensões da modernidade, o papel do Direito é em integrar uma nova ética de cidadania capaz de solidificar no senso comum, um esclarecimento democrático, através do fortalecimento de condições seculares entre as tensões, mas, sobretudo, pela garantia e ampliação das liberdades políticas e religiosas de todos os debatedores e não apenas suas restrições.

¹⁷⁴ ibidem, p.14

¹⁷⁵ ibidem, p.15-16

¹⁷⁶ ibidem, p.18.

CONCLUSÃO

Iniciamos essa narrativa convidando o leitor a conhecer o ambiente difuso da relação entre a política e a religião na atualidade brasileira, partindo de um olhar não pessimista do futuro. Narramos distintos enfoques, desde a apresentação de parte do debate no plano teórico, até a inserção de pesquisas de âmbito nacional como forma de introdução às variadas margens que compõe a discussão.

Além disso, a investigação no contexto da cidade na Câmara Municipal de Belo Horizonte, revelou-se por si só uma fonte fervilhante de possibilidades de discussão. Focamos, na apresentação dos atores políticos e religiosos pela lupa dos símbolos visuais e de outras simbologias, como o perfil dos entrevistados e suas falas.

Assim observamos com maior clareza que as disputas afeitas ao campo da moralidade monopolizam as estratégias pela hegemonia política, sobretudo porque um *agrupamento de facto* autodenominado “Bancada Cristã” direciona seus esforços para essa temática e a vê como uma pauta urgente e relevante para a política do presente, de certa forma forçando a uma dicotomia constante entre nós x eles.

Essa dicotomia também é apontada pelos opositores a essa bancada, que embora minoritários, cumprem um papel de “constante vigilância” das pautas promovidas e utiliza significativamente as redes sociais como forma de mobilização política contra-hegemônica, fortalecendo o mesmo antagonismo ora como forma de “ataque” ora como forma de “resistência” ao avanço de pautas contra a diversidade.

A disputa sobre questões de gênero e sexualidade serve como principal referencial da atuação dos vereadores e é por si só uma forma demarcatória entre as margens da política secular e da influência conservadora e religiosa, ainda que dada a fluidez do que isso significaria, enfatizamos a observação da co-constituição desses atores políticos.

Esses revelam outras mais variadas margens da atuação e representação dos religiosos, nem todos acionando a ética religiosa como pauta de direcionamento das suas ações e os que o fazem não pertencem a apenas um agrupamento, revelando assim uma ética interdenominacional, conservadora e conectada às engrenagens da política secular.

A partir desse impulso de compreensão, definimos alguns marcadores como pontos privilegiados para a crítica ao nosso questionar inicial, sobre se no contexto observado opera a política na religião ou a religião na política.

Antecipamos que tais marcadores não devem subsidiar conclusões acabadas, mas representar quais são as nossas considerações finais após essa investigação, quiçá como marcos inaugurais de novos questionamentos.

Marco 1 –A radicalização dos pensamento exige a radicalização da democracia

Terminamos nosso prólogo conclamando a observação da temática através de uma radicalização, uma ida à raiz do que se debate. Aqui, desenvolveremos brevemente essa ideia compartilhada. Ir à raiz de algo significa destrinchar suas origens, mover as estruturas para observar o que está abaixo, o que não está colocado completamente na superfície. É nesse sentido nosso anseio pela radicalização do pensamento¹⁷⁷.

Radicalizar é questionar sobre quais são as raízes das defesas colocadas. Como tais atores sociais adentraram nessa disputa? Quais são as justificativas encontradas? Quem alimenta estas posições? E nesse sentido, o trabalho de campo revelou-nos que há uma concomitância de raízes, uma simultaneidade de posturas justificadoras. Revelou também um ambiente mais conservador do que o inicialmente imaginado e ainda mais maniqueizado entre as posições ofertadas.

Nesse sentido concordamos com muitos debatedores da crítica fechada ao apontar que as articulações de religiosos na política carregam um forte componente religioso, moralizante, conservador, anti-gay e anti-feminista na política atual da cidade de Belo Horizonte. Mas discordamos na ideia de que é necessário novas restrições jurídicas para um solução via limitação legal.

Entendemos que essa postura arrefece as tensões sobre a juridicidade e incentiva o aprofundamento dos antagonismos. Lembremos que ambos os lados do debate acionam uma pretensão “reformista” da política. Justamente pela forte presença do discurso “anti-establishment” em todos os debatedores. Corremos assim, um sério risco de incentivo à dicotomia “nós x eles” e de institucionalizarmos mais ainda a “ditadura da maioria” como caminho legítimo de disputa.

¹⁷⁷ Um recurso metafórico para a narrativa, mas que não se refere às teorias radicais já consolidadas. Não nos referimos portanto a uma teoria sistematizada, mas a um pensar pessoal radicalizado.

Antes, porém, acreditamos que a radicalização da democracia é o único caminho passível de nos apontar soluções. É necessário ir a raiz à procura do povo. Radicalizar a democracia é discutir quem é o povo? Quem representa esse povo? Que democracia queremos? Empréstado as definições de Friedrich Müller, seria possível um povo ativo que movimenta as estruturas sociais e que caibam também os atores sociais cuja ética pessoal religiosa compõe a esfera pública?

Mas e se aceitarmos que o pêndulo democrático seja de pronto direcionado para a negação da participação de atores políticos religiosos sob o argumento de defesa da democracia, certamente politizará mais a esfera religiosa e atestará uma postura de povo ícone, aquele que não é o senhor de si.

Assim que como marco dessa investigação, apontamos que a democracia pressupõe a radicalização do pensamento, e não há como pensar a raiz e negar o observado, o aumento de representantes conservadores é antes, mais uma concomitância espaço-temporal da nossa construção errática da democracia do presente. E negar o caráter de fluxos e influxos das esferas em disputa, não é uma melhor saída para a modernidade.

Marco 2 –A crise representativa e a crise partidária

Acostumamos a localizar o debate dos paradoxos da religião e política para dentro das discussões desse binômio e cremos que localizar os disputantes seria o suficiente para ver a fronteira transmarginal dessas esferas. Mas aqui cabe uma reflexão sobre quais os princípios devem guiar nosso enfrentamento das crises, não apenas a visão sobre elas.

Tanto nas entrevistas quanto na bibliografia utilizada, situamos o tempo atual pelo decurso de uma crise de representação nos contornos da democracia. Assim, nas falas dos vereadores essa temática surgiu, na pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre as perspectivas dos neopentecostais na periferia também a localizamos, nos escritos da ciência política idem. Até mesmo no diário de campo, narramos conversas de funcionários e cidadãos nos bastidores da Câmara apontando a crise política como importante componente e ofertório de debates. Ocorre que muitos debatedores deslocam os efeitos

da crise para uma posição secundária. Ou apontam que a tensão político-religioso é um dos seus fatores.

Não discordamos dessa perspectiva, mas defendemos que não é apenas um fator, mas também uma das suas consequências. Ora, como visto no capítulo 2, se as pesquisas apontam que não há diferenciação dos efeitos da crise entre cidadãos religiosos e não religiosos, porque motivos entender que alguns cidadãos sejam mais responsáveis que outros sobre esse sentido?

Parece-nos que entender que a crise de representação é também uma tensão constitutiva que ao mesmo tempo em que fragiliza a confiança nas instituições públicas, se coloca como uma oportunidade para novas configurações da política e portanto, é necessário computa-la na crítica aos excessos da política municipal. Assim, entendemos que uma das consequências da crise foi a facilitação da entrada de novas emergências políticas. Muitas sem tradição anterior, ainda caminhando no processo democrático e na adaptação dos discursos e da atuação na esfera pública de muitas vozes.

A incidência de tantos eleitos vindos do cotidiano próximo dos eleitores demonstra que os postulantes mais conhecidos tem ganhado mais a disputa para serem eleitos, assim, não surpreende a eleição do vereador locutor de todas as manhãs na rádio, ou do conhecido líder religioso, do benquisto líder comunitário ou da celebridade local, em detrimento de outros candidatos tão bem intencionados quantos esses mas menos conhecidos e próximos da realidade dos eleitores.

Em meio ao desencantamento generalizado com a política, o principal momento de comunicação com a razão democrática (a eleição) é cada vez mais fragilizada. Também há uma evidente derrocada dos mecanismos internos do Estado sobre a democracia representativa como os canais de participação semidireta. Por exemplo, Belo Horizonte, um das pioneiras na criação dos conselhos municipais, vem negando a criação dessas estruturas para comunidades minoritárias como os LGBTQIS+, e até mesmo o orçamento participativo foi pouco citado pelos representantes entrevistados, isso certamente enfraquece a integração comunicativa e aprofunda o fisiologismo.

Não apenas a ausência de remissão aos partidos no diário de campo nos levou a essa convicção, mas, sobretudo, a pouca incidência de estruturas de debate para dentro dos partidos. Assim, postulantes legítimos a cargos políticos adentram em estruturas de representação partidárias fisiológicas, voltadas a uma lógica de disputa apenas para o

processo eleitoral e isso necessariamente reflete na convivência com as divergências e na construção de um senso de democracia comum.

Nesse sentido, não é exagero apontar que a diminuição símbolos e ausência da defesa constante de ideologias político-partidárias na Câmara Municipal têm refletido em um aumento de discursos moralizantes e de valoração pessoal de base ética. Uma vez que um importante “filtro” político têm sua atuação minorada.

Por isso, defendemos saídas à crise que não invisibilizem os perfis dos envolvidos, perfis de raça, de classe, de gênero e também os perfis religiosos. E que também não ignorem as estruturas políticas internas da nossa democracia.

É preciso aumentar a mirada sobre a dissonância na esfera pública e integrar os religiosos nas discussões sobre a democracia que queremos, fortalecendo uma crítica que seja reconstrutiva, que se embase a partir das construções colocadas em busca de superá-las. Por isso, o combate às crises não pode apagar atores envolvidos, por mais entediantes que possam ser a defesa desses.

Marco 3: Precauções na investigação social de minorias:

Este apontamento carrega uma pretensão de justificação sobre o percurso narrativo assumido na escrita. Assim como apontado pela banca de avaliadores na entrada do Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG, um relevante fator pessoal impregnou constantes reflexões nos bastidores dessa pesquisa. Compartilhar o que foi percebido no campo de pesquisa exigiu antes de tudo o reconhecer que não é possível um relato asséptico e disperso das posições de fala e de vivência do pesquisador. Este não sendo apenas uma imagem que compõe a paisagem, não estando estático e não puramente objeto, também interage no campo de pesquisa e narra a partir desse lugar.

Nesse sentido, a vivência pessoal de ter nascido e crescido no seio de uma família evangélica e pentecostal conduziu o pesquisador a um lugar situado de observação sobre tal minoria religiosa. Assim, por vezes um tom subjetivo assumiu parte dos contornos explicativos, sobretudo quando na exposição da história desses movimentos religiosos. Não queremos dizer com isso que esse lugar sirva como uma posição superior de debate, até porque não mais partilhamos dessa convivência religiosa. Mas certamente o alocamos como um marco distintivo do nosso olhar sobre as disputas colocadas. Justamente por

conseguir nos situar nessa “posição” é que foi possível também nos contrapor a outros falantes religiosos e nos colocar na fronteira das reivindicações de sentidos entre o sagrado e o profano. Uma vez que nessa pesquisa vimos que não há apenas uma posição localizada, mas várias.

Portanto, o mais precioso dessa nossa compreensão dos falantes foi em perceber que o acionamento da ética religiosa não pode representar unicidade e totalidade dos movimentos religiosos, mas certamente conduz a um alerta sobre a necessidade de maior precaução nas discussões sobre minorias, nesse sentido, também as minorias religiosas, ainda que estas estejam na posição atual de busca pela hegemonia política.

Marco 4 – Um amanhã que se aproxima

Esperamos que o leitor tenha se envolvido nessa narrativa tal como este pesquisador, um convidado transformado internamente pelo simples fato de pensar sobre o que se está colocado no agora. Expressamos nessa narrativa final parte das nossas precauções, por saber que o amanhã até pode mudar nossas compreensões do hoje, mas não apagar o que se viveu, o que se aprendeu e de onde viemos.

Para os pesquisadores que acompanham os indicadores da religião no Brasil, ainda não está claro se o período atual de diversificação das religiosidades significa apenas uma pluralidade de crenças ou uma transição religiosa mais profunda. Assim que, o amanhã que se aproxima é antes de tudo, aberto a novas configurações, a novos atores político-religiosos e a novas construções de sentidos sobre democracia e esfera pública.

Nos fluxos e influxos históricos de fuga e restauração de sentidos da vida, pavimentamos caminhos, aprendemos, seguimos adiante. Acreditamos que as tensões do presente podem nos servir como incentivo para a mudança da sociedade e para a consolidação de um amanhã com mais acesso ao conhecimento, mais respeito às minorias e mais vontade política para com o diferente. Para isso, perceber a tortuosidade do caminho é condição que se impõe para os que buscam uma sociedade democrática, para os que ousam sonham em um mundo melhor.

Nada deve parecer impossível de mudar, e as mudanças perpassam também processos de arrefecimento e calma, guerra e paz, sonho e utopia. Paul Freston, um dos grandes nomes da Sociologia da Religião no Brasil, fala sobre a existência de um

mandato político em todos nós como motivação para a (re)construção política do agora. Diz ainda que para os cristãos, assumiria o vínculo de mandato missionário, um imperativo além do mandato cultural, extensivo a todos os homens baseado na passagem bíblica de 2 Co 5. 19. “Deus estava em Cristo, reconciliando o mundo, não imputando aos homens a suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação”¹⁷⁸.

Pensar sobre as tensões entre política e religião para além do reducionismo e do pessimismo exige a mesma coragem no âmbito secular. Para os corpos do presente, seculares ou religiosos é necessário acreditar na democracia, duvidar vigilantemente de todos que falam contra ela e dialogar com esse tempo/espço para *aprender a edificar nosso futuro, um futuro que ainda não está dado, como se fosse destino, como se devesse ser recebido pelos homens e não criado por eles*¹⁷⁹.

¹⁷⁸ FRESTON, Paul. **Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Ultimato. Viçosa. 2006

¹⁷⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 1998. Rio de Janeiro. 25^a ed. (1^a Ed.: 1970).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSSUR, Edin Sued. **Periferias, religião e política. Análise de pesquisa.**

Publicado em: 01/06/2017. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/2017/06/01/periferia-religiao-politica/>>. Acesso em 04/06/2018.

ALEIXO, Victor Correa. **Religião e Laicidade na política mineira: o envolvimento de denominações evangélicas nas eleições de Belo Horizonte-MG.** 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <

<https://www.sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0582-1.pdf>>. Acesso em 25/07/2018

ALESSI, Gil. “A esquerda abriu espaço e legitimou os evangélicos na política”. **El País Brasil.** Publicado em 31/10/2016. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html>. Acesso em 05/03/2017.

ALEXANDRE, Ricardo. **Centenário da Congregação Cristã no Brasil.** Publicado em 03/07/2009. Disponível em: <<http://www.blogdomario.com/2009/07/centenario-da-congregacao-crista-no.html>>. Acesso: 03/06/2018.

ALVES, Daniel; ORO, Ari Pedro. **Renovação Carismática Católica e pentecostalismo evangélico: convergências e divergências.** Debates do NER. Porto Alegre. Ano 17. n.30. 2016. p. 224

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Apresentação à edição brasileira** In HABERMAS, Jürgen. Fé e saber. Trad. Fernando Costa Mattos – I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____ **Pluralismo e Justiça. Estudos sobre Habermas.** São Paulo: Loyola, 2010

_____ **“Moral, Direito e Política. Sobre a Teoria do Discurso de Habermas”.** In OLIVEIRA, Manfredo; AGUIAR, Odílio Alves; SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva (org.). Filosofia política contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 214-235.

_____ **Religião e Modernidade em Habermas.** São Paulo: Loyola, 1.996

_____. **Weber e Habermas: religião e razão moderna.** Síntese Nova Fase. V. 21. N. 64. 1.994. p. 15-41

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2.016, 154 pp.

BRAGA, Tércio. **METRO BH.** Alexandre Kalil terá oposição forte na Câmara de Belo Horizonte. Sd. Disponível em:
<<https://www.metrojornal.com.br/foco/2016/11/01/alexandre-kalil-tera-oposicao-forte-na-camara-belo-horizonte.html>>. Acesso em 10/06/2.018

BRASIL. Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Capes. **Catálogo de Teses & Dissertações.** 2.018. Disponível em:
<<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Acesso em: 25 jul. 2.018.

BRASIL, **Constituição(1.824)** Constituição Política do Império do Brasil. Rio de. Janeiro, 1.824. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 05/02/2.018.

BERGER, Peter: **A dessecularização do mundo: uma visão global.** Religião & Sociedade, v. 21, n. 1, 2.001. p. 9-23

_____. **O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** São Paulo: Paulinas, 1.985, p.117-180.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz. Desafio para o século XXI.** Editora Vozes, Petrópolis, 2.009. pp.112

BOHN, Simone R. **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral.** Opinião Pública. Vol. 10, nº 2. Campinas, Outubro de 2.004.

CAMARGO, Candido de Procópio F. **Católicos, protestantes, espíritas.** Petrópolis: Editora Vozes, 1.973.

CAMPOS. João Pedro de. Nas capitais, 250 candidatos vêm de templos evangélicos. **Revista Veja.** Publicado em 2708/2.016. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/politica/nas-capitais-250-candidatos-vem-de-templos-evangelicos/>>. Acesso em 03/03/2.017.

CANDIDO, Máira Dias. **A inconstitucionalidade da atuação da Bancada Evangélica no Congresso Nacional**; Monografia de Graduação em Direito. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Maciel Ramos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2.016.

CARVALHO, Nara Pereira. **A Formação da Liberdade Religiosa: Peculiaridade e Vicissitudes no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito). Orientador: Brunello Stancioli. Universidade Federal de Minas Gerais. 2.011.

CASANOVA, José. **Religion Revisited – Women’s Rights and the Political Instrumentalisation of Religion**. Keynote Speech. International Conference. Heinrich-Böll-Foundation & United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 5-6 June 2.009, Berlin. Disponível em: <http://www.gwi-boell.de/sites/default/files/assets/gwi-boell.de/images/downloads/Religion_Revisited_Keynote_Casanova_June2009.pdf>. Acesso em 19/06/2.018.

_____. **Reconsiderar la secularización: una perspectiva comparada mundial**. Revista Académica de Relaciones Internacionales, 7: 2.007. p. 1-20.

_____. **Religion, the new millennium, and globalization**. Sociology of Religion, 62: 2.001. p. 415-441.

_____. **Dimensiones públicas de la religión en las modernas sociedades occidentales**. Iglesia Viva, 1.995, p. 178-179: p. 395-410.

_____. **Public Religions in the Modern World**. Chicago: The University of Chicago Press, 1.994;

CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da Evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais**. Ultimato Editora. Viçosa. 2.000. pp.192

CIPRIANI, Juliana. **Jornal Estado de Minas**. Kalil veta ensino religioso nas escolas de BH. Publicado em 04/03/2.017. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/04/interna_gerais,851641/kalil-veta-ensino-religioso-nas-escolas-de-bh.shtml>. Acesso em 28/05/2.017.

CONSTANTI, Giovanna. **Economia e Política**. Irmão vota em irmão? Pesquisa investiga relação entre eleições e pentecostalismo. Publicado em 15/06/2018. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/06/15/irmao-vota-em-irmao-pesquisa-investiga-relacao-entre-eleicoes-e-pentecostalismo/>>. Acesso em 12/07/2018.

CORREA, Jonas Augusto Santos. **Estado de Direito Laico e os direitos fundamentais: uma abordagem do Islã frente a Laicização Turca**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG. 2012. p.17.

COSTA, José Francisco de Assis Ferreira . **O processo legislativo e o Estado democrático de direito**. Brasília: IDP, 2013. 63f. –Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público.

COSTA, Júlia Moreira. **A Escola “sem” partido em debate: Apontamentos sobre neutralidade e autoritarismo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Orientador: Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto. Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

CUNHA, Daniel Antônio da. **O discurso e o testemunho: as identidades político-religiosas na Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG**. Comunicação Oral. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. 2018.

_____. **Quando os penalistas não encontram Deus: Diferentes enfoques da academia jurídica sobre a laicidade**. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Relato de experiência. Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. 2018.

_____. **A Travestilidade debaixo do Véu - Relato de experiência da presença de uma travesti em uma igreja pentecostal**. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Relato de experiência. Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. 2018

_____. **O caso da “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional: da reafirmação à crítica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Direito. Orientadora Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. COSTA, João Leonardo Silva. **New Mechanisms of Participatory Democracy in Brazil**. In: XXVI World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy, 2013, Belo Horizonte. World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 26. p. 355-355

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política. Ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal.** Tese de Doutorado em Psicologia Social. Orientador: Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2.011.

DIAP - Estudos Políticos. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2.015-2.019 /** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, DF. DIAP, 2.014. 164 p.il. Color.

DOBBELAERE, K. **Secularización: un concepto multidimensional.** México, Universidad Iberoamericana. 1.994

_____. **Secularization theories and sociological paradigms: a reformulation of the private-public dichotomy and the problem of societal integration.** *Sociological Analysis*, 4: p. 377-387. 1.985

ERNESTO, Marcelo. **Jornal Estado de Minas.** Câmara de BH aprova reajuste e mudanças no estatuto do servidores municipais. Publicado em: 20/11/2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/20/interna_politica,918117/vereadores-aprovam-reajuste-dos-servidores-municipais-e-mudancas-no-es.shtml>. Acesso em: 16/05/2.018.

FAGUNDES, Ezequiel. **O Tempo Política.** Quem é quem na Câmara de BH. Publicado em 01/11/08. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/quem-%C3%A9-quem-na-c%C3%A2mara-de-bh-1.253874>>. Acesso em 04/07/2.018.

FOERSTER. Norbert Hans Christoph. **Poder e Política na Congregação Cristã no Brasil: Um pentecostalismo na contramão.** Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 121-138, outubro de 2006. ISSN online: 1982-2650

FONTES, Letícia. **O Tempo Política** Após confusão na CMBH, servidores municipais perdem benefícios. Publicado em: 20/11/2.017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/ap%C3%B3s-confus%C3%A3o-na-cmbh-servidores-municipais-perdem-benef%C3%ADcios-1.1544423>>. Acesso em: 16/05/2.018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra. 1.998. Rio de Janeiro. 25^a ed. (1^a Ed.: 1.970).

FRESTON, Paul C, **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação na política**. Viçosa. Ultimato. 2.006

_____. Breve história do pentecostalismo brasileiro. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1.994.

_____. **Evangélicos e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Campinas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1.993.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos nas Periferias de São Paulo**. Partido dos Trabalhadores, 2.017, disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-3009.pdf> > acesso em: 30/03/2.017.

GALEANO, Eduardo. Celebração das Contradições. In: **O Livro dos Abraços**. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre. 13 ed. L&PM. 2.016.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2.014.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. **Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: um olhar perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.69-92, jun. 2.008

GRUPO DE PESQUISA MÍDIA, RELIGIÃO E CULTURA. **Composição da Bancada Evangélica**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, em 29/10/2.016, disponível em: <http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/composicao-bancada-evangelica/>>. Acesso em 05/03/2.017

_____. **Entrevista com o Pesquisador Ronaldo de Almeida** em 29/10/2.016, disponível em: <http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/2016/10/29/qual-a-influencia-das-igrejas-evangelicas-na-politica-brasileira-entrevista-com-o-pesquisador-ronaldo-de-almeida/>>. Acesso em 05/03/2.017.

GRUPO DE PESQUISA TEMPO, ESPAÇO E SENTIDOS DA CONSTITUIÇÃO. **Discussões presenciais**. Programa de Pós- Graduação em Direito da Universidade

Federal de Minas Gerais. Orientação: Prof.. Maria Fernanda Salcedo Repolês, 1º semestre de 2.017.

GUIMARÃES, Bruno Menezes Andrade. **O riso parte à porta [manuscrito]: o humor de "Porta dos Fundos" e a crítica à religiosidade cristã contemporânea**. 2.016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

GUSTIN. Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) pensando a pesquisa jurídica**. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2.006.

HABERMAS, Jurgen. **Entre Naturalismo e Religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2.007.

_____ (2.004), **Fundamentos morales prepolíticos del estado liberal**. Disponível em <www.almendron.com/politica/pdf/2005/reflexion/reflexion_0648.pdf>.

_____ (2.004) **Fundamentalismo e Terror: um Diálogo com Jürgen Habermas**. In: Filosofia em Tempos de Terror: Diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida. BORRADORI, G. (org.). RJ: Jorge Zahar, 2.004

_____ (2.001). **Fé e saber**. Trad. Fernando Costa Mattos – I. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2.013.

_____ (1.999) **Uma vez mais: a relação entre teoria e prática** In HABERMAS, Jurgen. Verdade e Justificação. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo. Loyola, 2.004, p. 313 – 326.

_____ (1.992) **Facticidad y validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho em términos de teoria del discurso**. Trad. Manuel Jiménez Redondo.

_____ (1.989) **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.

_____ (1.989). **Modernidad un proyecto incompleto**, in Vários Autores, El debate modernidad posmodernidad, Buenos Aires, Punto Sur, pp. 131-144.

_____. (1.981). **A Filosofia como guardador de lugar e como intérprete** In HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1.989, p. 17-35.

_____. RATZINGER, Joseph. **Dialética da Secularização: sobre razão e religião**. 3. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2.007.

HERVIEU-LEGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2.008.

_____. **“Secularización y modernidad religiosa”**. *Selecciones de Teología*, 26 (103), 1.987. pp. 217-227.

_____. WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião: abordagens clássicas**. São Paulo: Ideias & Letras, 2.009, p. 9-42.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Protestantismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre/São Leopoldo. EST/Sinodal. 1.983, p.59 em CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da Evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais*. Ultimato Editora. Viçosa. 2.000. p. 76.

ITXASO, María Elósegui. **El derecho a La identidad cultural em La Europa del siglo XXI**. EUNSA. 1 ed. Navarra. 2.012.

_____. **Derechos Humanos y pluralismo cultural**. IUSTEL. 1.ed. Madrid. 2.009

KNAPP, Markus - **Fé e saber em Jurgen Habermas. A religião numa sociedade “Pós-Secular”**. INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade. Uberlândia, v. 6, n. 10, p. 179-192, jul-dez, 2.011.

LEÃO, Naiara. **Pentecostalismo raiz: Quando evangélicos defenderam a igualdade racial e de gênero**. Publicado em 02/02/18. Acesso em 04/02/18. Disponível em : <https://medium.com/@naileao/pentecostalismo-raiz-quando-evang%C3%A9licos-defenderam-a-igualdade-racial-e-de-g%C3%AAnero-3306bfc1cb1e>

LEGORRETA, J. J. **Cambio religioso y modernidad en México**. México, Universidad Iberoamericana. 2.003.

LOPES, Paulo Roberto. Ensino religioso confessional está no fim, indica audiência. Publicado em: 16/11/2015. Disponível em: <http://www.paulopes.com.br/2015/06/ensino-religioso-confissional-esta-no-fim-indica-audiencia.html#.WUdDd_nyuDJ>. Acesso em 18/06/2017.

LUCKMANN, Thomas. **A religião invisível**. São Paulo: Olho d'Água, 2014.

MAFRA, Clara. **O que os homens e as mulheres podem fazer com números que fazem coisas** in TEIXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2.010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 38.

MARDONES, J. M. **Para un diagnóstico sociocultural de nuestro tiempo**, 1.991 in , **Postmodernidad y neoconservadurismo**, Estella, Verbo Divino, pp. 15-36.

_____. **Para comprender las nuevas formas de la religión**. Estella, Verbo Divino. 1.994.

_____. **El discurso religioso de la modernidad: Habermas y la religión**. Barcelona, Anthropos/UIA. 1.998.

_____. **Síntomas de un retorno: la religión en el pensamiento actual**. Santander, Sal Terrae. 1.999.

MARIANO, Ricardo: **Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate**. Civitas, v.16, n.4, 2016, p.710-728.

_____. **Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010**. Debates do NER, Porto Alegre. ano 14. n. 24. 2013. p. 119-137.

_____. **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas, v. 11, n. 2, 2011. p. 238-258 .

_____. **Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos**. Revista de Estudos da Religião dezembro / 2.008 / pp. 68-95.

_____. **Usos e limites da teoria da escolha racional da religião**. Tempo Social, v. 20, n. 2, 2008. p. 41-66.

_____**Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais.** Civitas, Porto Alegre, v. 3, nº 1, jun. 2.003.

_____**Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1.999.

_____**ORO, Ari Pedro. Introdução ao dossiê Religião, política, espaço público e laicidade no Brasil.** Cultura y Religión, v.7, n.2, 2.013, p.4-12.

MARIZ, Cecília L. GRACINO JR, Paulo. **As igrejas pentecostais no Censo de 2.010** in TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2.010.** Petrópolis: Vozes, 2.013. p. 161.

MARTINS, Edgar. **Ensino, Religião, Divórcio, Transportes.** Discursos pronunciados e requerimentos apresentados pelo Deputado Edgar Martins. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília – 1.977.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2.008.

MATOS, Alderi Souza. **Breve História do Protestantismo Brasileiro.** Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Instituto Presbiteriano Mackenzie. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/74654100/BREVE-HISTORIA-DO-PROTESTANTISMO-NO-BRASIL-Alder-Souza-de-Matos> |>. Acesso em: 29/07/2.018.

MATTOS, P.A. “A relevante queda de crescimento evangélico revelado pelo Censo de 2.010” Cadernos IHU em Formação, ano VIII. 43, 2.002, p.30 apud TEIXEIRA. Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2.010.** Petrópolis: Vozes, 2.013. p. 25.

MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2.010.** Petrópolis: Vozes, 2.013.

MONTERO, Paula. **Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro.** Cultura y Religión, v.7. n.2, 2.013 .p.13-31.

_____**Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade.** Novos estudos - CEBRAP, n.84, São Paulo, 2.009.

_____ **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil.** Novos Estudos, 2.006, p. 47-65.

MORAIS, Luisa Cristina de Carvalho. **Direito, Estado e Religião: O Casamento Civil nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Direito). Orientador: Giordano Bruno Soares Roberto. Universidade Federal de Minas Gerais, 2.016.

MOREIRA, Ana Luisa de Navarro. **Liberdade Religiosa (com e contra Dworkin): A fé é um valor? A relação entre Estado e religião no direito brasileiro.** Texto Parcial da Tese. Qualificação de Tese. Program de Pós Graduação em Direito da UFMG. Orientador: Prof. Dr. Thomas da Rosa de Bustamante. 2.018., p.10.

MOTTA, Filipe. **Jornal Hoje em Dia.** Bancada evangélica ganha espaço e consolida-se como a maior da Câmara de BH. Publicado em 18/09/2.017. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/bancada-evang%C3%A9lica-ganha-esp%C3%A7o-e-consolida-se-como-a-maior-da-c%C3%A2mara-de-bh-1.559753>>. Acesso em: 20/06/2.018.

MOUFFE, Chantal (1.993). **El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical.** Paidós Ibérica, España. ISBN 8449307147. Tradução nossa.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia.** Tradução de Peter Naumann. São Paulo : Max Limonad, 2003.

NESP. Perfil do município de Belo Horizonte/MG. 2.016. Disponível em: ≤http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Belo_Horizonte.pdf>. Acesso em 29/07/2.018.

ORO, Ivo Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, n. 1, v. 3, 2.001, pp. 71-85.

_____ **Avanço pentecostal e reação católica.** Petrópolis: Vozes, 1.996.

_____ **O Outro é o Demônio: Uma análise sociológica do fundamentalismo.** São Paulo: Paulus, 1.996.

PERDIGÃO, Gabriel Andrade. **Lentes Coloridas: Direito e Religião, as concepções de mundo e a ilusão da igualdade em F. Engels**. Dissertação em andamento (Mestrado em Direito). Orientador: Vitor Bartoletti Sartori. Universidade Federal de Minas Gerais, 2.018.

PICOLOTTO, Mariana Reinisch. **O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações**. Contraponto. v.3, n.1. 2.016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, 1.998. p. 43-73.

_____. **Criacionismo é fundamentalismo. O que é fundamentalismo?** Disponível em: < <http://www.comciencia.br/200407/reportagens/12.shtml> >. Acesso em: 21-04-2.017.

_____. MARIANO, RICARDO. **Sociologia da religião, uma sociologia da mudança**. In: MARTINS, C. B e MARTINS, H. H. T.D.S. (Ed.) Sociologia, São Paulo: ANPOCS, 2.010, p. 279-301.

PNAD 2013. IBGE. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios anual/2013/Sintese Indicadores/sintese_pnad2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf)>. Acesso em 22/03/2.015.

PORTAL G1 MG. Servidores protestam na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Publicado em 20/11/2.017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/servidores-municipais-protestam-na-camara-municipal-de-belo-horizonte.ghtml>>. Acesso em: 16/05/2.018.

PRATA, Nair; LOPES, Débora Cristina; CAMPELO, Wanir – **Panorama do Rádio Religioso no Brasil**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR, 2.014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0548-1.pdf>>; Acesso em: 26/01/2.018.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/download/773/532>>. Acesso em 22/06/2.018, p. 6.

_____**GIUMBELLI, Emerson. *Símbolos religiosos em Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo. Terceiro Nome. 2014. Debates do NER, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 429-437, jan./jun. 2.015.**

REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo. ASTE. 1.984. p. 29. Disponível em CÉSAR, Elben M. Lenz. **História da Evangelização do Brasil, dos jesuítas aos neopentecostais**. Ultimato Editora. Viçosa. 2.000. p. 64.

RIBEIRO, João Lucas e SIQUEIRA, Tiago Soares. **O Ensino Religioso no Brasil pós ADI 4439: Fundamentos jurídicos e desafios para a manutenção da laicidade estatal**. 5º Encontro de Pesquisa sobre Direito e Religião. Uberlândia/MG. 2.018.

ROCHLITZ, Rainer. **Introdução: Razão e racionalidade em Habermas**. In ROCHLITZ, Rainer. **HABERMAS: o uso público da razão**. Trad. Lea Novais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2.005, p. 7-26.

ROSAS, Nina. **Novos contornos da sociologia da religião?**. *Religiao & Sociedade*, v. 36, 2.016. p. 191-194.

_____**Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono**. Belo Horizonte: Tese de doutorado em sociologia, Fafich/UFMG, 2.015.

_____**Religião, mídia e produção fonográfica: o Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal**. *Religião & Sociedade (Impresso)*, v. 33, 2.013. p. 167-193.

ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**. Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2.003. Tradução de: The identity of the constitutional subject. *Cardozo Law Review: Law and the Postmodern Mind*, Jan. 1.995, p. 1.049-1.109.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. **Identidade do Sujeito Constitucional e Controle de Constitucionalidade: Raízes Históricas do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Edições Cada de Rui Barbosa, 2.010. v. 1. 155p .

_____**Quem deve ser o guardião da Constituição? Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal**. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2.008. 120p .

_____. **Habermas e a desobediência civil.** 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2.003. v. 1. 152 p .

_____. PRATES, Francisco de Castilho. **A laicidade em disputa: o caso francês e a legislação do véu.** In: Maria Fernanda Salcedo Repolês; Maria Tereza Fonseca Dias. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2.015, v. 1, p. 23-56.

SANTOS, Bruno Carazza. **Da minha aldeia eu vejo o universo: Encerrada a eleição, é hora de conhecer a nova Câmara Municipal de BH.** Disponível em <<http://leisenumeros.com.br/2016/11/da-minha-aldeia-eu-vejo-o-universo-encerrada-a-eleicao-e-hora-de-conhecer-a-nova-camara-municipal-de-bh/>>. Acesso em 07/06/2.018.

SCARPELLINI, Guilherme. **Portal BHZ.** Bancada evangélica na CMBH fica mais forte com a eleição de seis novos vereadores com ideologia conservadora. Publicado em 01/11/2.016. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2016/11/01/bancada-evangelica-na-camara-de-belo-horizonte-ganha-quatro-novos-reforcos-a-partir-de-2017/>>. Acesso em 04/07/2.018.

SELL, Carlos Eduardo **A multiplicidade da secularização: a sociologia da religião na era da globalização.** Política & Sociedade. Florianópolis. V.16. N. 36. 2.017. p.53. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n36p44>>. Acesso em 25/07/2.018.

_____. **Max Weber e o Misticismo Oriental.** Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. n.14. São Cristovão. 2.009.

SEMINÁRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS - SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO E DA CULTURA. Disciplina ofertada no 1º semestre de 2.017. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Prof. Dra. Nina Rosas.

STYCER, Maurício. **Programação religiosa ocupa 21% da grade da TV aberta no Brasil, vê ANCINE.** Blog do Maurício Stycer. Publicado em 25/08/2.017. Disponível em:<<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2017/08/25/programacao-religiosa-ocupa-21-da-grade-da-tv-aberta-no-brasil-ve-ancine/>>. Acesso em: 26/01/2.018.

SYNAN, Vinson. **The Century of the Holy Spirit: 100 years of Pentecostal and Charismatic Renewal,** Nashville: Thomas Nelson Publishers, 2.001. p.42–45

TAYLOR, Charles. **Uma era secular.** São Peopoldo: Unisinos, 2.010.

TEIXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento: o censo de 2.010**. Petrópolis: Vozes, 2.013. p. 11-61; p.89-109; 161-174; 175-201; 329-346.

VENTURINI, Lilian, ARAGÃO, Alexandre. **Lava Jato: a origem e o destino da maior operação anticorrupção do país**. Publicado em 16/03/2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/03/16/Lava-Jato-a-origem-e-o-destino-da-maior-opera%C3%A7%C3%A3o-anticorrupt%C3%A7%C3%A3o-do-pa%C3%ADs>. Acesso em 27/06/2.018.

VIANA, Igor Campos. **Educação de gênero e sexualidade no marco da Teoria Crítica da Constituição: uma análise reconstrutiva das políticas públicas de educação no Brasil (1.998-2.014) e a defesa de uma leitura democraticamente comprometida do PNE (2.014-2.024)**. Revista Libertas. Ouro Preto, v. 3, n. 2, p. 49-70, fev./mar. 2.018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/libertas/article/view/440>. Acesso em: 12/07/2.018.

WAGNER, C. Peter. A Church Growth Perspective on Pentecostal Missions. Called and empowered: Global mission in Pentecostal perspective, Baker Academic, Washington, 1.991, pp. 63-90.

WEBER, Max. **El político y el científico**. Madri, Alianza, 2.000.

_____. **Ensaaios de Sociologia**. Quinta edição. Tradução: Waltensir Dutra LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1.982

WEINGARTNER NETO, Jayme. **Ensino Religioso nas escolas públicas: a tensão do caso brasileiro**. Revista Latinoamericana de Derecho y Religión. Vol. 2, Núm. 1. 2.016.

WULFHORST, Ingo. **O pentecostalismo no Brasil. Estudos teológicos**, São Leopoldo, n. 1, v. 35, 2.013, pp. 7-20.

ZEPEDA, J. D. J. L. **Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.25, n.73, 2.010, p. 129-141